



OBSERVATÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO CEARÁ

ESTUDO

O PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Integra a terceira parcela do Plano de Trabalho

Contrato nº 071/2018

MARÇO DE 2019





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana
Governador

EXPEDIENTE DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Francisco de Assis Diniz
Secretário

Wilson Vasconcelos Brandão Junior
Secretário Executivo

SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Av. Bezerra de Menezes Nº 1820, São Gerardo - Fortaleza - Ceará
Fone: (85) 3101-8002



EXPEDIENTE DO INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ

Ana Teresa Barbosa de Carvalho
Presidente

Sonia Souza do Nascimento Braga
Diretora de Gestão de Programas

Delanny Alves Pinheiro
Diretora Administrativo-Financeira

Instituto Agropolos do Ceará
Rua Barão de Aracati, 2555 - CEP: 60.115-082 Fortaleza - CE
Telefone: (85) 3101-1670
E-mail: instituto.agropolos@institutoagropolos.org.br

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio
Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri
Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Junior
Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira
Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenação Geral do Projeto

Milena Prado – Técnica do Observatório da Agricultura Familiar do Ceará
Gilvan Farias dos Santos - Técnico do Observatório da Agricultura Familiar do Ceará
Patrícia Pelatieri – Coordenadora de pesquisas e tecnologia

Equipe Executora

Laura Teresa Benevides
Patrícia Lino Costa

Revisão: Carla Maria Bernardelli Massabki
Juliana da Silva Matos Leal

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 - 1º andar - Centro - São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821-2199 – Fax: (11) 3821-2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
Site: <http://www.dieese.org.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CONCEITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	9
A RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR	12
O CONCEITO DE SEGURANÇA NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
O PRONAF E A AGRICULTURA FAMILIAR	21
O PAA (PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS).....	26
OS DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD): SEGURANÇA ALIMENTAR 2013	29
ANÁLISE DO PAA – BASE DE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA.....	38
Considerações metodológicas sobre a análise de dados da execução do PAA – Compra com doação simultânea no Ceará.....	39
Análise dos dados de 2015 a 2018 para o Ceará.....	41
Análise por região de Planejamento	53
Região de Planejamento Cariri.....	53
Região de Planejamento Centro Sul.....	58
Região de Planejamento do Litoral Leste	68
Região de Planejamento do Litoral Norte	73
Região de Planejamento do Litoral Oeste/Vale do Curu	77
Região de Planejamento do Maciço de Baturité	81
Região de Planejamento da Serra da Ibiapaba	86
Região de Planejamento do Sertão Central	91
Região de Planejamento do Sertão de Canindé.....	96
Região de Planejamento do Sertão de Sobral.....	101
Região de Planejamento do Sertão dos Crateús	106
Região de Planejamento do Sertão dos Inhamuns	111
Região de Planejamento do Vale do Jaguaribe	116
REFERÊNCIAS	122

APRESENTAÇÃO

O presente estudo faz parte do projeto do Observatório da Agricultura Familiar do Estado do Ceará estabelecido no contrato 071/2018, firmado entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e o Governo do Estado do Ceará, viabilizado através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e do Instituto Agropolos, que em seu plano de trabalho estabelece uma sequência de produtos que devem ser elaborados e apresentados para o contratante.

O Observatório da Agricultura Familiar do Estado do Ceará tem como meta produzir conhecimento sobre o meio rural, especificamente sobre a agricultura familiar, por meio da organização de informação, elaboração e disponibilização sistemática de análises e estudos técnicos temáticos, seminários e oficinas que tragam ferramentas para a observação, avaliação, formulação e/ou reformulação de políticas públicas para o campo.

Este estudo tem como objetivo observar e analisar as políticas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, realizadas pela SDA, cujo ator principal é a Agricultura Familiar. As fontes de informação são as disponibilizadas pela SDA, que faz o acompanhamento sistemático do PAA, dos resultados do Censo Agropecuário de 2006 e do Censo Demográfico de 2010.

INTRODUÇÃO

A importância da agricultura familiar cresceu, tanto como ação para a redução da pobreza e miséria no campo, como para o tratamento da insegurança alimentar.

No Brasil, os dados do Censo Agropecuário de 2006 indicaram que a agricultura familiar foi responsável por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e empregou 74% da mão de obra no campo; produziu ainda 70% dos alimentos que estiveram nas mesas dos brasileiros e foi protagonista nacional na produção de mandioca (83%), feijão (70%), milho (46%), café (38%), arroz (33%), trigo (21%), soja (14%), leite (58%), aves (51%), suínos (59%) e bovinos (30%) (MDA,2017).

Houve crescimento da agricultura familiar ao longo da primeira década dos anos 2000, principalmente devido ao incentivo de programas que estimularam a agricultura familiar por meio de crédito, o que garantiu o escoamento da produção e levou alimento de qualidade à população necessitada, entre outras ações.

O incremento das políticas de agricultura familiar, por meio de programas variados, articulados ao Pronaf, trouxe mudanças importantes para a vida do pequeno produtor, entre elas, o incremento de renda; a maior articulação com outros produtores locais; a produção de alimentos de qualidade, que respeita o meio ambiente; e, ainda, a diversificação da produção, o que amplia o tipo de alimentos para distribuição e autoconsumo.

Esses resultados estão presentes neste relatório, que tem por objetivo apresentar a evolução do conceito de Segurança Alimentar no Brasil e no mundo; mostrar a relação entre agricultura familiar e a segurança alimentar; e, ainda, apresentar a evolução das políticas de segurança alimentar no Brasil e o salto qualitativo dado com a ampliação do Pronaf e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social, a partir de 2003.

O relatório também apresenta os dados da segurança alimentar para o Ceará, calculados com base nos resultados dos suplementos temáticos, realizados em 2004, 2009 e 2013; além de sistematizar os dados da base do PAA – modalidade Compra Direta com doação simultânea – no Estado do Ceará para os anos de 2015 a 2018.

No Estado do Ceará, essa política é executada e acompanhada pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, através da CODET - Coordenadoria do Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural. A CODET possui uma célula

para as compras institucionais (Coordenação estadual do PAA - compra com doação simultânea) e redefine os objetivos do PAA, em consonância com os objetivos gerais do programa, que são definidos como: fortalecer a agricultura familiar por meio da geração de renda no campo e da aquisição da produção dos agricultores familiares cearenses, e garantir o direito humano à alimentação por meio da doação dos produtos obtidos para entidades socioassistenciais.

CONCEITOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O surgimento do conceito de segurança alimentar se deu no pós-guerra, na Europa, devido à percepção de que um país poderia controlar o outro somente pelo fornecimento de alimentos.

A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos (MALUF et al, 1996, p. 1).

Em um primeiro momento, o conceito tem origem militar, está ligado à questão da soberania alimentar e se relaciona apenas à oferta de alimentos para todos os habitantes do país.

Em meados da década de 70, em plena crise de alimentos, na 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, foi incentivada a produção por meio de novas técnicas e agrotóxicos, ou seja, a indústria química passava a ter acesso à produção de alimentos, de maneira que fosse possível aumentar o volume disponível para a população.

Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) (MALUF et al, 1996, p. 1).

No entanto, mesmo com as novas técnicas, ainda existiam populações em situação de miséria e fome; não apenas nos países mais pobres da África, Ásia e América Latina, mas também nos bolsões de pobreza dos países desenvolvidos. Isso indicava que havia necessidade de ampliar o conceito e incluir nele a capacidade da população ao acesso aos alimentos. E o conceito de segurança alimentar foi ampliado.

Os autores destacam que as situações de guerra, desestruturação na capacidade de produção, catástrofes naturais e bloqueios econômicos podem levar à situação de insegurança alimentar. E acrescentam

Embora a fome e a desnutrição, sejam as manifestações mais cruéis da situação de insegurança alimentar, e a incapacidade de acesso aos alimentos a sua principal causa, outros aspectos devem também ser considerados, de maneira que se identifiquem as condições necessárias para que prevaleçam melhores condições alimentares, seja nos planos locais e nacionais ou no plano global (MALUF et al,1996, p. 2).

O acesso ao alimento de qualidade, sem agrotóxicos, e o respeito aos hábitos e costumes alimentares de cada região, deveriam ser dimensões importantes do conceito de segurança alimentar. Relevante também é a questão da sustentabilidade dos alimentos, pois é a produção, distribuição e consumo de hoje que influenciam os alimentos no futuro.

Dentro da ótica aqui definida, pode-se afirmar que a segurança alimentar está regida por determinados princípios. O primeiro deles é que a segurança alimentar e a segurança nutricional são como “duas faces da mesma moeda”, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida. O segundo princípio está no fato de que somente será assegurada a segurança alimentar e nutricional através de uma participação conjunta de governo e sociedade, sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabe a cada parte. Por fim, é preciso que se considere o direito humano à alimentação como primordial, que antecede a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à própria vida (MALUF et al, 1966, p. 3).

Um outro parâmetro foi acrescido ao conceito de segurança alimentar, a questão da qualidade do alimento e dos nutrientes que ele contém. A obesidade da população passou a ser um problema frequente, mesmo entre as camadas mais pobres, o que indica a ausência de qualidade no alimento e nas práticas alimentares.

Dessas considerações, em 1996, a Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma, definiu o conceito de Segurança Alimentar e surgiu então a definição a seguir:

Segurança Alimentar e Nutricional – SAN é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais

assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo.

Para melhor entender, deve-se considerar que a dimensão alimentar inclui a produção e a disponibilidade de alimentos, que deve ser: suficiente e adequada para atender à demanda da população em termos de quantidade e de qualidade; estável e continuada para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais; autônoma para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos; equitativa para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas, para manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população; e, sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações.

Já a dimensão nutricional incorpora as relações entre o ser humano e o alimento, o que implica em: disponibilidade de alimentos saudáveis; preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário; consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo da vida; condições de promoção da saúde, da higiene e de uma vida saudável para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos; condições de promoção dos cuidados com a própria saúde, a da família e a da comunidade; direito de acesso aos serviços de saúde garantidos de forma oportuna e com resolutividade das ações prestadas; e, prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais; bem como oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social no local em que vive e trabalha.

Todos estes enfoques são complexos e dependem de muitas ações e políticas públicas, bem como a disposição do governo em atingir esse conceito multifacetado. O mais importante, na opinião de Maluf et al (1996), é a intencionalidade do governo em colocar a segurança alimentar como eixo estratégico do desenvolvimento de uma nação, garantindo também a equidade social por meio da segurança alimentar. Dessa maneira, não apenas o requisito de renda monetária e o enfrentamento da pobreza contribuem para a segurança alimentar, mas também as formas sociais em que se organiza a produção dos alimentos e as condições em que se dá o acesso a estes bens são determinantes para alcançar a equidade social.

A RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

A correlação entre agricultura familiar e segurança alimentar vem crescendo e, cada vez mais, é possível perceber a importância de unir as políticas de incentivo à produção agroalimentar para redução da fome e da pobreza nos espaços urbanos e, principalmente, nos rurais.

A estimativa, segundo a ONUBR (2014), é que 800 milhões de pessoas não têm acesso a alimentos de qualidade e nutritivos. Por outro lado, a ONU afirma que as propriedades agrícolas familiares detêm cerca de 80% da produção de alimentos e 75% dos recursos agrícolas no mundo. Por isso, a agricultura familiar passa a ser estratégica para a erradicação da insegurança alimentar e da fome.

Ao longo dos anos, a partir da incorporação do marco da segurança alimentar nas diretrizes de Estado e nas políticas dos diversos países, a questão da fome ganhou ações mais amplas para sua superação, o que inclui um espectro grande de políticas de incentivo à agricultura familiar.

Contil (2018) destaca que a ampliação do conceito de segurança alimentar, com a incorporação da noção de acesso a alimentos de qualidade, que possuam todos os nutrientes necessários; com o respeito aos hábitos alimentares das regiões, que garante a todos o direito à informação e à qualidade do que se consome; e, com o respeito ao meio ambiente; alterou a forma de olhar para a segurança alimentar e abriu espaço para outras alternativas de produção, com especial incentivo à agricultura familiar.

Já em 1996, Maluf et al diziam que o incentivo à produção agroalimentar possibilitaria o enfrentamento do problema do desemprego e a melhora e elevação da oferta de alimentos em âmbito regional e nacional, com redução da pobreza na área rural. Ainda, a intermediação do governo na compra e repasse de alimentos para utilização em programas e organismos públicos (alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas, entre outros) garantiria que uma parcela vulnerável e numericamente expressiva da população pudesse ter acesso a alimentos de qualidade.

Assim, para potencializar a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar, seria importante privilegiar os circuitos curtos de produção e distribuição.

Os circuitos curtos compreendem circuitos regionais de produção, distribuição e consumo, ocorrendo no interior do país e nos territórios. São integrados por pequenos produtores, cooperativas e associações e agroindústrias familiares, empreendimentos urbanos industriais e comerciais de pequeno porte e equipamentos de abastecimento, com frequência associados aos mecanismos de venda direta aos consumidores e mercados locais (CONTIL, 2018, p. 5).

Sendo assim, a agricultura familiar pode produzir para abastecer programas públicos, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com suporte creditício do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Ainda, Maluf et al (1996) indicaram que, em países onde as compras governamentais eram significativas e contava-se com uma gestão transparente, a participação de pequenos e médios fornecedores (notadamente as associações de pequenos produtores agrícolas) nos programas públicos de alimentação, dos quais sempre estiveram excluídos, poderia constituir-se em importante instrumento de alavancagem para estes produtores.

Outro aspecto significativo a ser destacado é o grau de associativismo no caso da agricultura familiar, que se fortaleceria com os laços comunitários entre os participantes e com a valorização das redes de economia solidária, sobretudo na gestão do crédito e na comercialização da produção. Estes elementos permitiriam também amenizar os impactos das interrupções de programas, em função da renovação dos mandatos na administração pública.

Porém há que se destacar a importância de não se incentivar a especialização do pequeno produtor em um ou dois produtos; mas sim estimular a produção para o autoconsumo, como componente importante da reprodução das famílias rurais e de sua segurança alimentar, uma vez que sempre é um importante instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil.

Fatores como a falta de recursos (água, área útil e outros) para a produção para o autoconsumo ou a perda das condições para a produção própria, devido à escolha da especialização, tenderam a aumentar a pobreza rural e a jogar as famílias em situação de insuficiência alimentar.

Um aspecto importante pode ser a necessidade de repartir a terra:

(Nos) países aonde se realizou um processo de reforma agrária e esta se manteve com razoável grau de consolidação, a situação alimentar e nutricional dessas populações mostra-se adequada. Em sentido inverso, aonde permanece a terra concentrada e com contingentes elevados de trabalhadores rurais e suas famílias sem terra, é grave a situação de insegurança alimentar (MALUF et al, 1996).

No caso brasileiro, sem a realização de uma ampla reforma agrária, existiria um contingente enorme de pessoas pobres na região rural e em situação de insegurança alimentar grave ou moderada. A insegurança alimentar tenderia a diminuir em assentamentos de terra. Assim, a reforma agrária favorece a segurança alimentar em quatro aspectos:

- a) É uma importante política de geração de trabalho e renda, aumentando a possibilidade de acesso aos alimentos que são adquiridos para consumo;
- b) Cria as condições para que as famílias possam produzir os próprios alimentos que vão consumir;
- c) Fortalece a chamada “segurança alimentar local” através da garantia de produção de alimentos para as áreas próximas; e,
- d) As opções produtivas, usualmente adotadas pela agricultura reformada, tendem ao cultivo de alimentos básicos integrantes da tradição dos agricultores.

A partir da década 1990, a segurança alimentar e nutricional foi sendo incorporada ao debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil e teve estreita relação com a potencialização da agricultura familiar, como produtora de alimentos para a segurança alimentar e nutricional dos diferentes grupos sociais, como se indica na próxima seção.

O CONCEITO DE SEGURANÇA NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para o Brasil e os países da América Latina, Maluf e al. (1996) falam que existe uma "versão latino-americana", da definição geral de segurança alimentar da FAO, que difere da utilizada nos países centrais. A autossuficiência produtiva nacional tem um papel central no conceito de Segurança Alimentar, porém com ênfase nos problemas de acesso aos alimentos por insuficiência de renda, o que levou a acrescentar a equidade (acesso universal) aos quatro atributos da disponibilidade agregada de alimentos básicos - suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade.

A agricultura camponesa figurava como componente estratégico em um modelo de desenvolvimento com ênfase no mercado interno e valorização da integração regional, sem subestimar a diversificação das exportações.

No Brasil, em virtude das particularidades, a segurança alimentar é abordada sob várias dimensões, o que inclui a dimensão cultural do povo, como nos mostra Maluf¹ e o conceito aprovado de Segurança Alimentar em Olinda no ano de 2004:

É a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde e que respeitem a diversidade cultural, e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

A acentuada desigualdade brasileira na distribuição de renda e os elevados índices de pobreza contribuem para que uma parcela das famílias se encontre em situação de insegurança alimentar, manifestada pelo baixo consumo diário de calorias, o que ocasiona, em algumas situações, desnutrição e óbito por fome. Um dos principais fatores que determina a insegurança alimentar é o baixo rendimento dos trabalhadores, que impossibilita a eles dispor de alimentação adequada e suficiente durante o mês. Essa situação acarreta, além de inúmeras mazelas, alterações nos processos metabólicos e, em decorrência disso, reduz a concentração no trabalho e causa vários acidentes.

¹ MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar**. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKewjyk-zhrMjgAhXAK7kGHTOPAVUQFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fedisciplinas.usp.br%2Fmod%2Fresource%2Fview.php%3Fid%3D647147&usg=AOvVaw1edrrZ6IPEFCXdINIC2x-M>>. Acesso em: 12/03/2019.

Os baixos rendimentos são decorrentes da precária inserção no trabalho, muitas vezes sem proteção trabalhista e previdenciária, o que expõe os trabalhadores a situações extremas, análogas à escravidão.

Até a década de 80, os avanços na segurança alimentar foram pequenos. Em 1930, Josué de Castro mostrou, de forma inédita, o caráter político e social da fome, que estaria relacionada ao subdesenvolvimento; às estruturas herdadas desde o colonialismo; e, à aplicação de políticas públicas e dinâmicas econômicas, que geravam desigualdade e injustiça sociais. Castro seguiu carreira na FAO-ONU até ser cassado pela ditadura militar brasileira.

Em 1985, o Ministério da Agricultura elaborou uma proposta de segurança alimentar com o objetivo de atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos e atender às necessidades alimentares da população.

Em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, o INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição convocou a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição; e, nesta, o conceito de segurança alimentar foi ampliado ao acrescentar as dimensões de acesso aos alimentos, a questão da carência alimentar e a necessidade de alimentação de qualidade. Dentre as resoluções pouco efetivas da conferência, foi criado um sistema de segurança alimentar e nutricional, coordenado pelo Ministério do Planejamento, e um conselho nacional de alimentação e nutrição, coordenado pelo Ministério da Saúde. Tal estrutura deveria ser reproduzida nos estados para garantir o acesso aos alimentos de qualidade e em quantidades suficientes.

Somente nos anos 90 é que, efetivamente, começou a se pensar em políticas voltadas à segurança alimentar no Brasil. Lideranças do Partido dos Trabalhadores apresentaram uma proposta que colocava a segurança alimentar como estratégia de governo. As políticas de produção agroalimentar (agrária, agrícola e agroindustrial), de distribuição, comercialização e consumo de alimentos passaram a ter uma perspectiva de descentralização regional e levar em conta as diferenças entre as regiões. Em conjunto, outras medidas seriam implementadas para minorar a fome, com acesso a alimentos saudáveis e com controle de qualidade.

Em 1992, o IPEA lança o Mapa da Fome, que traz à tona que 32 milhões de brasileiros não tinham renda para se alimentar. Em 1993, o governo Itamar assume o tema da SAN como prioridade estratégica e cria o CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar, com o objetivo de indicar prioridades de ação ao Presidente da República. Representantes da sociedade civil, de diversos setores, envolvidos com a questão da segurança alimentar, deveriam fazer parte do Conselho. Foram ações desse governo:

- a) Descentralização da merenda escolar;
- b) Ampliação e divulgação do Programa de Alimentação do Trabalhador;
- c) Implementação do Programa de Combate à desnutrição infantil; e,
- d) Distribuição de estoques públicos de alimentos à população carente e/ou vítimas de enchente.

Em 1994, o presidente Fernando Henrique extinguiu o CONSEA e criou o Programa da Comunidade Solidária; desta maneira, a questão da segurança alimentar perde a prioridade estratégica declarada pelo seu antecessor.

O Programa da Comunidade Solidária teve como propostas o combate à pobreza e a erradicação da miséria, com ações de curto prazo e descentralização das políticas sociais; de forma a alocar recursos com transparência. O público-alvo delimitado foram os 10% mais pobres, com base nos dados do Mapa da Fome, e as ações prioritárias estavam ligadas à ocupação, renda, segurança alimentar, crianças e jovens e desenvolvimento rural.

Com base no Programa, quatro prioridades foram trabalhadas na Agenda da Segurança Alimentar e Nutricional:

- Atendimento a Crianças e Gestantes Desnutridas, ligado ao Ministério da Saúde, que distribuiu leite e alimentos a crianças desnutridas e gestantes.
- Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA), ligado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que distribuiu cesta básica à população em situação de risco nutricional e criou, no período, comissões municipais de acompanhamento.

- Programa Nacional de Alimentação do Escolar (Merenda Escolar), ligado ao Ministério da Educação, que repassou aos municípios a responsabilidade de execução do programa.
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), ligado ao Ministério do Trabalho, que distribuiu cesta básica, tíquetes alimentação e refeição.

O governo também extinguiu o INAN e subordinou as ações da SAN ao Ministério da Saúde.

Apesar das contribuições do CONSEA até 1994, das conferências temáticas realizadas nos anos 90 e do documento do Brasil levado à Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma em 1996, não foram obtidos maiores avanços em termos de efetivação de uma proposta de segurança alimentar para o país.

Em 2001, na virada do milênio, as discussões em torno do combate à fome e à pobreza foram intensificadas no Brasil, com evolução não só da formulação teórico-conceitual sobre o tema, mas também marcou o início de ações importantes na área.

O Projeto Fome Zero - PFZ - foi uma proposta de política de segurança alimentar, construído a muitas mãos, elaborado, ainda em campanha, e debatido nacionalmente.

O novo governo de 2003 tinha como estimativa feita pelo IPEA, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 1999, 9,3 milhões de famílias em situação de fome, o equivalente a 28% da população. E muitos casos, a fome era estrutural, devido ao modelo de crescimento do país.

Sem desconsiderar as ações desenvolvidas na área, ao longo dos anos, o PFZ, a partir de 2003, foi uma espécie de “divisor de águas” com relação à SAN, no Brasil. Iniciativas de mobilização social foram retomadas; o governo federal passou a destinar mais recursos para o setor; programas e projetos específicos foram criados, ampliados ou unificados; foram aumentadas as transferências de renda a públicos vulneráveis socialmente; criaram-se mecanismos de gestão das políticas sociais; permaneceram os esforços teóricos e práticos na área; espaços de discussão e deliberação, como os fóruns, conferências e conselhos, passaram a ser incentivados, dentre outros. Isso tudo elevou o combate à fome e à miséria no Brasil a patamares até então não experimentados. Assim, um novo

referencial de políticas públicas sobre segurança alimentar e nutricional se iniciou em 2003 e inaugurou um novo ciclo nesta temática, como nos mostrou Contil (2018).

O Programa Fome Zero tinha como principais eixos:

- a) Acesso a alimentos seja por meio de distribuição de produtos, transferência de renda ou obtenção de informação nutricional.
- b) Fortalecimento da agricultura familiar, com vistas a reduzir a pobreza agrícola e a produzir alimentos de qualidade.
- c) Geração de renda, por meio de ações com o objetivo de melhorar a qualificação da população de baixa renda e de incentivar a economia solidária.
- d) Articulação, mobilização e controle social.

No primeiro eixo, o programa Bolsa Família ganhou destaque, mas também ocorreram outras importantes ações, tais como: a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que oferecia alimentos de qualidade aos estudantes do ensino público; a distribuição de alimentos a grupos sociais mais vulneráveis; a construção de cisternas para a população do semiárido; a distribuição de alimentação saudável nos restaurantes populares; o banco de alimentos, que recebia doação e repassava à população mais carente; o estímulo a hortas comunitárias e plantações urbanas; a implantação do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, que elaborava ações para monitoramento nutricional da população, distribuição de vitamina A e ferro; o Programa de Alimentação dos Trabalhadores (PAT); e, a desoneração de cesta básica entre outras.

As ações para o eixo da agricultura familiar foram o PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar; a garantia de safra, benefício em época de seca, nas regiões semiáridas; o Seguro Agricultura Familiar, que cobre 100% do financiamento e 65% da receita líquida esperada pelo agricultor; o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, que incentiva a produção de alimentos, a formação de estoques, a compra e distribuição, para as populações em situação de insegurança alimentar.

No eixo de geração de renda, foram realizadas ações de qualificação profissional, economia solidária e inclusão produtiva; a criação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, que buscava desenvolver ações com ênfase na Segurança

Alimentar e na geração de trabalho e renda nas áreas periféricas do país; a organização produtiva das comunidades pobres; e, a oferta de microcrédito, entre outras.

E o último eixo incluiu ações de proteção social básica, desenvolvidas nos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social); o programa de mobilização social e educação cidadã, que inclui a elaboração e divulgação de material didático informativo; as ações solidárias de mutirões; a capacitação de agentes públicos e sociais; o controle social e outras.

O Programa Fome Zero foi desenhado para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DDHA) e colocou a fome na agenda pública e social, além de reativar o CONSEA e incentivar a criação dos conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar, de onde derivaram várias ações e estudos sobre o tema.

Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil, a partir de 2003, com a implantação de ações estratégicas, obteve resultados positivos, especialmente no combate à insegurança alimentar e à desnutrição.

O Brasil realizou grandes avanços na governança da segurança alimentar e nutricional ao longo da última década. Avanços significativos na diminuição da pobreza e da fome demonstram o êxito dessa abordagem intersetorial, participativa e bem coordenada (AMARAL, V.R.; BASSO, D.).

Ao longo do tempo, o Programa Fome Zero foi substituído pelo Programa Nacional de Segurança Alimentar; e, em 2011, foi lançado o Programa Brasil sem Miséria, com o objetivo de superar a extrema pobreza - definida como a população com renda *per capita* de até R\$ 70,00 - no território nacional, por meio de uma série de políticas e ações, dentre elas, a ampliação do PAA e o Programa Luz para todos.

O PRONAF E A AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo LISITA, F. O.; AMÂNCIO, C. O. G. (2005) foi no ano de 1996 que o Pronaf foi institucionalizado pelo Decreto Presidencial, nº 1.946 de 28/06/96. A fonte de recurso proviria do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), dos fundos constitucionais de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e da exigibilidade bancária.

Existiam quatro linhas de ação:

- a) financiamento da produção da agricultura familiar;
- b) profissionalização e capacitação dos agricultores;
- c) negociação de políticas públicas com órgãos setoriais e investimento em infraestrutura; e,
- d) serviços de apoio aos municípios.

Em 1997, foram incluídas novas categorias de beneficiários do Pronaf, como os aquicultores, pescadores artesanais e seringueiros; no ano de 1998, foi criada a linha Pronaf Agregar. Em 1999, com a transferência para o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o programa passou a ter mais abrangência em suas ações e foram ampliadas as modalidades de crédito; além disso, os agricultores familiares assentados no Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA foram incluídos no Pronaf.

Em 2000, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo Decreto Presidencial nº 3.338 de 14 de janeiro, tendo o Pronaf como uma de suas atribuições. Desde então, o Pronaf sofreu alterações de grande magnitude, ganhou importância ano a ano e melhorou as condições de financiamento e de acesso ao crédito.

Segundo o MDA, o principal apoiador da agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Por meio dele, agricultores familiares podem acessar várias linhas de crédito, de acordo com a sua necessidade e o seu projeto. Os projetos podem ser destinados para o custeio da safra, para a atividade agroindustrial, para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Para acessar o Pronaf, a renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até trezentos e sessenta mil reais.

O MDA indicou que, ao longo do tempo, houve ampliação do número de municípios atendidos; sendo que em 2005/2006 foi observada a inserção de quase 1.960 municípios em relação a 1999/2000. Em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% em relação a 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios.

O montante disponibilizado aos agricultores também cresceu. Em 1999/2000, foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões, com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004, ocorreu o primeiro grande incremento no montante, com crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões aos agricultores, com execução de 83% do valor disponibilizado. Em 2006/2007, o montante disponibilizado para financiamento do Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento, em relação a 1999/2000, de 205%, com taxa de execução de 84%.

A partir de safra 2003/2004, o lançamento do Plano Safra, específico para a Agricultura Familiar, trouxe resultados significativos, com aumento expressivo na aplicação de recursos, passando de 3 bilhões entre 1999/2000 para mais de 5 bilhões entre 2004/2005. As principais inovações do Plano Safra, entre 2003 e 2006, para a Agricultura Familiar, estão sistematizadas no quadro a seguir.

Quadro 1 - Programas do Plano Safra para Agricultura Familiar entre 2003 e 2006

Plano Safra para Agricultura Familiar 2003/2004	Pronaf Alimentos: aumento no aporte de recursos para os agricultores que cultivam os seguintes alimentos básicos: arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.
	Política de comercialização e garantia de preços, sendo uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para aquisição perante aos agricultores familiares, dos cinco produtos básicos para a alimentação da população brasileira (arroz, feijão, mandioca, milho e trigo), por meio dos mecanismos: <ol style="list-style-type: none"> 1) Garantia para a Comercialização dos Assentados da Reforma Agrária; 2) Compra Antecipada da Agricultura Familiar; 3) Compra Direta da Agricultura Familiar; 4) Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisição do Governo Federal (AGF) para a Agricultura Familiar; 5) Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).
	Renegociação de dívidas por meio da Medida Provisória 114 de 2003.
	Implantação do Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem Rural, Pronaf Agroindústrias Familiares, Pronaf Pesca, Pronaf Florestal, Pronaf Agroecologia, Pronaf Pecuária Familiar, Pronaf Turismo Rural e Pronaf Máquinas e Equipamentos.
	Ampliação nos valores para investimento e custeio em todas as linhas de crédito do Pronaf.
	Diminuição da burocracia para a obtenção de financiamentos.
	Garantia de Renda: com garantia de safra para agricultores do semiárido e ampliação do PROAGRO.
	Implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, sob responsabilidade do MDA.
Plano Safra para Agricultura Familiar 2004/2005	Aperfeiçoamento no Pronaf Mulher e Pronaf Jovem Rural, pois na safra 2003/2004 houve pouquíssimas operações nessas linhas de financiamento.
	Implantação do Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares.
	Implantação do Pronaf para financiamento de integralização de cotas-partes em cooperativas de crédito rural.
Plano Safra para Agricultura Familiar 2005/ 2006	Ampliação e aperfeiçoamento do Programa de Aquisição de Alimentos e da Política de Garantia de Preços Mínimos.
	Melhoria nos valores e condições de financiamento para agricultores assentados na reforma agrária.
	Fortalecimento da linha de Microcrédito Rural (Pronaf Grupo B), com ampliação do teto de financiamento.

	Melhoria no Pronaf Floresta e Extrativismo, visando contemplar agricultores familiares silvicultores e populações tradicionais.
	Aperfeiçoamento do Pronaf Convivência com o Semiárido, destinando pelo menos 50% dos financiamentos para aplicação em obras hídricas.
	Implantação do Pronaf Biodiesel para custeio de culturas oleaginosas.
	Criação do sobreteto de 50% em linhas de investimento para viabilização de obras hídricas.
	Ampliação e melhoria do Pronaf Mulher.
	Possibilidade de pagamento de créditos do Pronaf com carnês.
	Redução da taxa de juros dos Grupos C e D para 3% ao ano.
	Aprimoramento do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).

Fonte: LISITA, F. O.; AMÂNCIO, C. O. G. (2005).

Elaboração: DIEESE.

Ao longo dos anos, os Planos Safra para Agricultura Familiar agregaram eixos novos, elevaram crédito a juros baixos e ajudaram o pequeno agricultor a se fortalecer e a fornecer alimentos de qualidade às famílias de maior vulnerabilidade.

No Plano Safra para Agricultura Familiar 2008/2009, foi incorporado o programa MAIS ALIMENTOS, que tem uma estratégia estruturante de longo prazo, com vistas ao avanço na produtividade e na produção de alimentos. Esta linha de crédito destina recursos para o investimento em infraestrutura produtiva, o que inclui ações como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares, formação de sistemas agroflorestais, além de permitir a renegociação da dívida dos agricultores familiares.

O Plano Safra 2009/2010 trouxe a ampliação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) à educação básica de toda a rede pública de ensino. Além disso, a proposta do seguro para investimento passou a prever que, caso haja eventualidade que impossibilite o pequeno produtor de pagar alguma dívida, relacionada à sua propriedade rural, o seguro assumirá as parcelas da dívida durante o restante do ano vigente. Outra inovação foi que o Pronaf Mais Alimento - linha que financia projetos de até R\$ 100 mil, com juros de 2% ao ano, carência de três anos e prazo de pagamento de até dez anos - passou a contemplar mais atividades a partir desta safra 2009/2010, como a apicultura, o

sorgo e a aquicultura. O novo plano também garantiu mais agilidade à prestação de serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), ofertada gratuitamente em todo o País. Hoje, o MDA executa o Plano Safra da Agricultura familiar para os anos de 2017 a 2020, e segue garantindo eixos de comercialização; assistência técnica; segurança jurídica da terra, com titulação e regularização fundiária; seguro da produção; ações para o Semiárido, apoio à modernização produtiva, entre outros.

O avanço da agricultura familiar e da questão da segurança alimentar no Brasil são inegáveis, não apenas pelo montante disponibilizado para atender os pequenos produtores, mas também pelo esforço do governo brasileiro em reduzir a fome e a pobreza e elevar a qualidade de vida e nutricional para as populações em situação de vulnerabilidade em todo território brasileiro.

O PAA (PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS)

O programa nasceu em 2003, no âmbito da plataforma “Fome Zero”, e teve como foco a segurança alimentar. Cabe destacar que o PAA foi fruto das mobilizações sociais e das demandas por maior acesso dos produtores familiares às ações públicas de garantia de preço e renda e ampliação do mercado de seus produtos, como indicou Camargo et al (2013).

Caracterizou-se como uma ação pública que assumiu um papel de diversificação do apoio à agricultura familiar, favorecendo a comercialização dos produtos. Além disso, ajudou às famílias desfavorecidas a receber alimentos de qualidade.

A lei de implantação do programa (10.696/2003) facilitava a aquisição pública dos produtos comercializados pela agricultura familiar, para beneficiar tanto os agricultores quanto às famílias que não tinham acesso satisfatório a alimentos (notadamente, pessoas em situação de insegurança alimentar). Já os preços dos produtos do programa não poderiam ser maiores do que os preços dos mercados regionais.

VALADARES A.A. E SOUZA, M.G.P. (2015) indicaram que, dentro do PAA, a principal modalidade do programa era a de compra com doação simultânea, uma vez que concentrava a maior proporção de agricultores fornecedores. Na modalidade do PAA compra com doação simultânea, a participação dos produtores estava condicionada à vinculação deles a uma associação ou cooperativa: isso acontecia com o objetivo de assegurar escala e variedade da produção, além de promover auto-organização dos pequenos agricultores, e, desse ponto de vista, ainda segundo os autores, funcionava como um mecanismo adicional de construção de sua autonomia produtiva.

Em 2010, com o lançamento do programa Brasil sem Miséria, o PAA passou a objetivar a inclusão produtiva de pequenos produtores rurais em situação de extrema pobreza. A modalidade de doação simultânea, operada pela Conab, foi, então, considerada o principal instrumento de realização desse objetivo, e, entre 2011 e 2012, houve elevação desta modalidade (VALADARES A.A. E SOUZA, M.G.P., 2015).

O autor da nota do IPEA afirma ainda que *“Entre o final de 2012 e o início de 2013, porém, o PAA passou por um conjunto de mudanças institucionais e normativas que tenderam a reduzir o papel da Conab no programa e a conferir maior centralidade*

estratégica às modalidades estaduais e municipais de adesão dos produtores”
(VALADARES A.A. E SOUZA, M.G.P., 2015, pág.2).

Tendo como público alvo as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, o objetivo social do Programa é contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos produtores e de segmentos mais destituídos da população, como os atendidos pelas entidades da rede socioambiental, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, que recebem produtos da agricultura familiar pela modalidade Doação Direta do PAA. O programa viabiliza a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar por parte do Estado, sem processo de concorrência pública (licitação).

Desta forma, pelo PAA é possível fornecer alimentação de qualidade, subsidiado pelo Estado, fazendo estes alimentos chegarem às entidades e pessoas mais necessitadas. Sobretudo, o produtor familiar tem garantida a sua renda e o escoamento da produção, com estímulo a continuar plantando.

O PAA está dividido em quatro modalidades, a saber:

Quadro 2. Modalidades, Objetivos e Executores do PAA

Modalidade	Objetivos e funcionamento	Fonte de recursos	Executor	Forma de acesso
COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR - CD	Polos de Compra. Em situação de baixa de preço ou em virtude de atendimento de demandas de populações em insegurança alimentar. Cumprindo um importante papel na regulação de preços e no abastecimento.	MDS e MDA	CONAB	Individual, grupos informais, Cooperativa, Associação
FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR - FE	Instrumentos de apoio à comercialização. Disponibiliza recursos financeiros e a organização adquire a produção de agricultores familiares sócios/filiados e forma estoque de produtos para posterior comercialização, em condições mais favoráveis.	MDS e MDA	CONAB	Cooperativa e Associação
COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - CDS	Compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e da doação desses alimentos para entidades integrantes da rede socioassistencial	MDS	CONAB, Estados e Municípios	Individual, grupos informais, Cooperativa, Associação
INCENTIVO À PRODUÇÃO E AO CONSUMO DE LEITE PAA - LEITE	Propiciar o consumo do leite às famílias, que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional, e incentivar a produção familiar.	MDS	Estados do Nordeste e MG (norte)	Individual, grupos informais, Cooperativa, Associação

Fonte: MDS (2010).

Estudos de caso do PAA indicaram que o programa permitiu maior organização local dos agricultores; a proximidade da comunidade com agricultores; a reorientação da produção da agricultura familiar para o fornecimento diversificado de alimentos. Ainda, o PAA era responsável pela principal fonte de remuneração das famílias dos agricultores familiar, ajudando-os a sair da situação de miséria e de insegurança alimentar.

Do lado dos beneficiários, houve, em muitos casos, um processo de reeducação alimentar e o reforço ao consumo dos alimentos típicos de cada região, cada vez mais negligenciados em razão do crescimento da alimentação industrial. Além disso, os alimentos fornecidos pela agricultura familiar eram de maior de qualidade e estavam ligados à uma produção orgânica ou agroecológica.

OS DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD): SEGURANÇA ALIMENTAR 2013

A Pnad é uma pesquisa por amostra de domicílios cujas entrevistas são realizadas no mês de setembro de cada ano e abrange todas as Unidades da Federação. A pesquisa compreende todo o mercado de trabalho, formal e informal, além de aprofundar outros temas como educação, condições familiares, rendimentos oriundos do não-trabalho (como aposentadorias e pensões), dentre outros.

Aspectos da segurança alimentar nos domicílios foram analisados a partir dos dados de pesquisa suplementar da Pnad sobre o tema, realizada em 2013.

(...) considerando o período de referência dos três últimos meses anteriores à data da entrevista, são domicílios em condição de Segurança Alimentar, aqueles onde seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. Os domicílios com Insegurança Alimentar Leve são aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e nos quais há comprometimento da qualidade dos alimentos mediante estratégias que visam manter uma quantidade mínima disponível. Nos domicílios com Insegurança Alimentar Moderada os moradores conviveram, no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento. Por fim, nos domicílios com Insegurança Alimentar Grave, além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome (IBGE, 2013, p. 32).

O IBGE utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para identificar e classificar os domicílios brasileiros segundo o nível de (in)segurança experimentado pelos seus moradores. A pontuação necessária para definir em qual categoria o domicílio será classificado baseia-se no número de respostas positivas, a um conjunto de perguntas (Quadro 3), realizadas pelo entrevistador ao membro da família considerado como o mais preparado para respondê-las.

Quadro 3 - Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Número da pergunta	Enunciado
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?
9	Nos últimos três meses, os moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?
11	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
12	Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
13	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
14	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

Fonte: IBGE (2013).

É importante destacar que há limitações em mensurar a insegurança alimentar por meio de pesquisa domiciliar. É bastante razoável admitir que, por se tratar de uma pesquisa declaratória, o morador possa se sentir bastante constrangido em informar ao entrevistador se sua família passou por um período se alimentando precariamente ou se foi submetida à séria privação: fome. Por isso, os resultados apresentados necessitam de cautela na análise.

Os dados do suplemento da PNAD 2013 indicam que a maior proporção de domicílios com insegurança alimentar (leve, moderada e grave) estão no Nordeste: 38,1% dos domicílios nordestinos; sendo que 5,6% apresentam insegurança grave, 8,9%, insegurança moderada e 23,6%, leve. Cabe ressaltar, porém, a melhora do quadro em

relação a 2004, quando mais da metade (53,5%) dos domicílios estavam em condições de insegurança alimentar (Tabela 1).

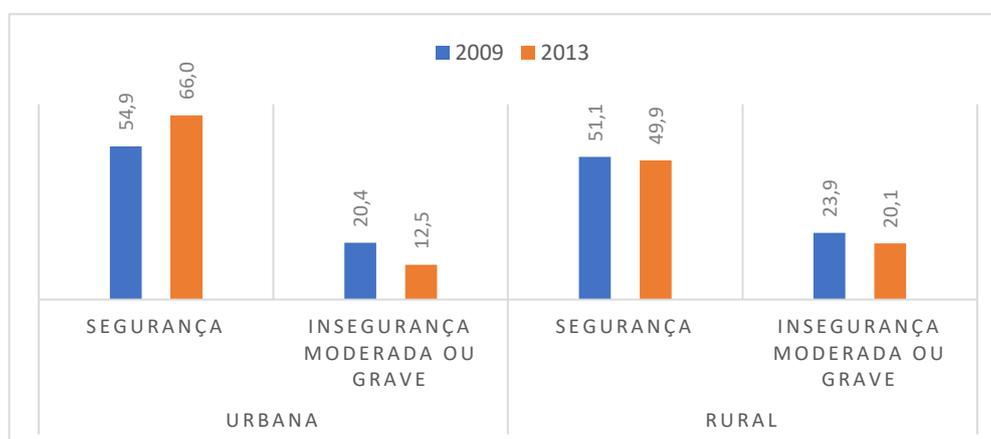
Ainda no Nordeste, 23,9% dos domicílios rurais apresentaram insegurança alimentar moderada ou grave em 2009 e em 2013, o percentual diminuiu para 20,1%. Já na área urbana, o percentual foi de 20,4% em 2009 e de 12,5%, em 2013.

Tabela 1 - Distribuição dos domicílios particulares totais, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar Nordeste – 2004 e 2013 (%)

2004		
Com segurança alimentar		46,5
com insegurança alimentar	total	53,5
	leve	22,8
	Moderada ou grave	17,5
	grave	13,2
Total		100,0
2013		
Com segurança alimentar		61,9
com insegurança alimentar	total	38,1
	leve	23,6
	moderada	8,9
	grave	5,6
Total		100,0

Fonte: IBGE (2013).

Gráfico 1 - Proporção dos domicílios particulares totais, por situação de segurança alimentar, segundo a situação do domicílio Nordeste – 2009 e 2013 (%)



Fonte: IBGE (2013).

É preciso destacar a importância do crescimento econômico e do desenvolvimento promovido, na região do Nordeste, por políticas de transferência de renda, de valorização do salário mínimo; por investimentos públicos; e, pelo aprofundamento dos programas de estímulo e amparo à agricultura familiar.

No quadro dos estados do Nordeste, em 2009, o Ceará apresentava 51,9% dos domicílios com segurança alimentar e 23,8% em situação de insegurança grave e moderada. Apenas o Maranhão, onde 31,2% dos domicílios estavam em grave ou moderada insegurança alimentar, registrava percentual superior ao do Ceará. Em, 2013, 64,5% dos domicílios cearenses apresentavam segurança alimentar e 12,5%, insegurança grave ou moderada (Tabela 2).

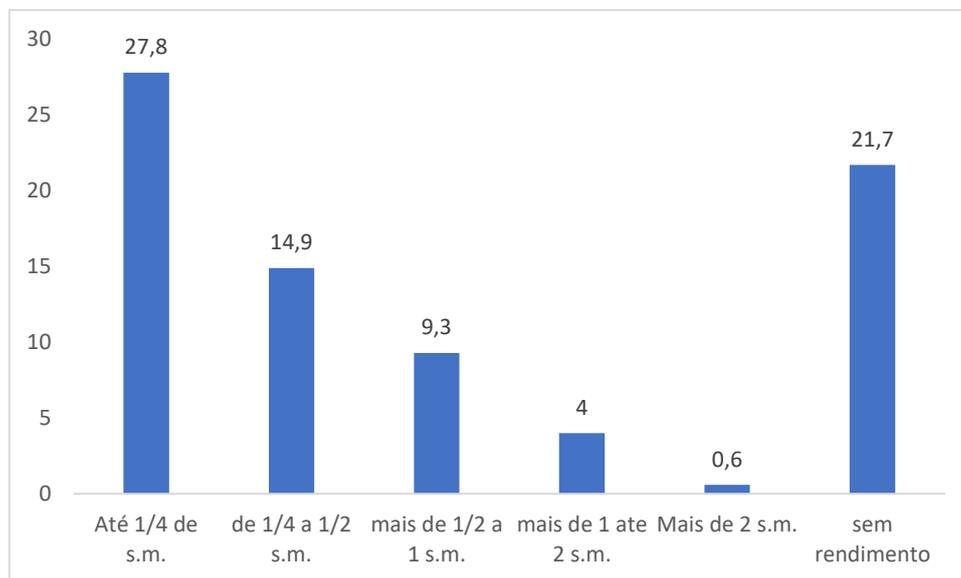
Tabela 2 - Distribuição dos domicílios particulares totais, com ou sem menores de 18 anos, por situação de segurança alimentar e tipo de insegurança alimentar Ceará – 2013 (%)

Situação dos domicílios		total dos domicílios	Domicílios sem menores de 18 anos	Domicílios com menores de 18 anos
2013				
Com segurança alimentar		64,5	73,3	57,2
com insegurança alimentar	total	35,5	26,7	42,8
	leve	23,0	15,1	29,7
	moderada	7,4	7,1	7,6
	grave	5,1	4,5	5,6
Total		100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2013).

No Ceará, em 2013, foi maior a presença da insegurança alimentar grave ou moderada em domicílios com menor renda domiciliar *per capita*, de forma que, entre aqueles com renda mensal domiciliar inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (s.m.), a taxa foi de 27,8%; diminuiu para 14,9% entre os que possuíam renda entre $\frac{1}{4}$ s.m. e $\frac{1}{2}$ s.m.; e, para 9,3% entre os que recebiam mais de $\frac{1}{2}$ s.m. e 1 s.m. Dos domicílios sem rendimentos, 21,7% estavam em situação de insegurança alimentar.

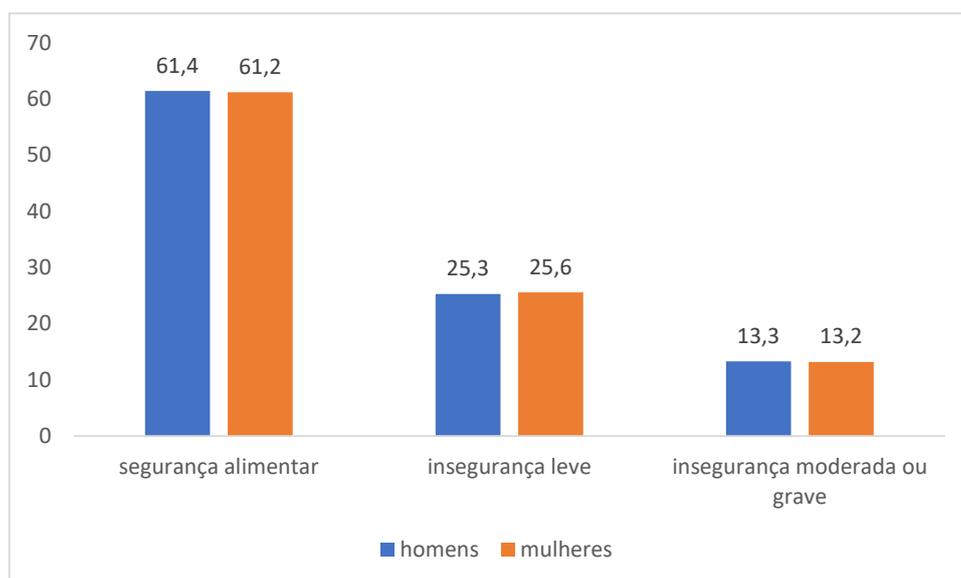
Gráfico 2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores de domicílios particulares, por classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*
Ceará – 2013 (em %)



Fonte: IBGE (2013).

A prevalência de homens e mulheres em situação de segurança alimentar era muito semelhante, conforme os dados da PNAD em 2013. Para os homens, 61,4% estavam em domicílios particulares com segurança alimentar, 25,3%, com insegurança leve e 13,3%, com insegurança moderada ou graves. Para as mulheres, os percentuais foram de: 61,2%, com segurança, 25,6% e 13,2%, em insegurança leve e grave/moderada, respectivamente.

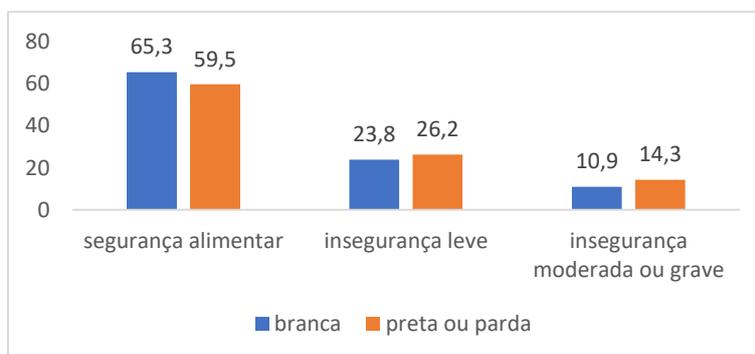
Gráfico 3 - Prevalência de situação de segurança alimentar dos moradores de domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar e sexo Ceará – 2013 (em %)



Fonte: IBGE (2013).

Com relação à cor ou raça das famílias dos domicílios, a maior prevalência em situação de insegurança alimentar esteve entre as pessoas pretas ou pardas. Para os brancos, 65,3% estavam em domicílios particulares com segurança alimentar; 23,8%, com insegurança leve; e, 10,9%, com insegurança moderada ou grave. Para as pessoas da cor ou raça preta ou parda, os percentuais foram maiores nas situações de insegurança: 59,5%, com segurança, 26,2% e 14,3%, em insegurança leve e grave/moderada, respectivamente.

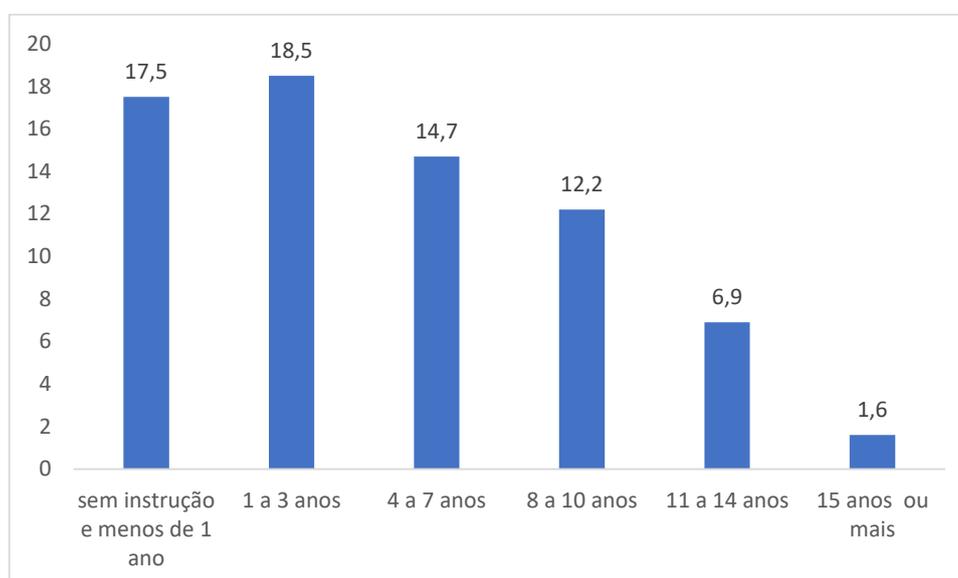
Gráfico 4 - Prevalência de situação de segurança alimentar dos moradores de domicílios particulares, por tipo de insegurança alimentar e cor/raça Ceará – 2013 (em %)



Fonte: IBGE (2013).

Tomando por base as pessoas de referência do domicílio, com prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, 17,5% estavam entre o total de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo e 18,5%, entre o total de pessoas com 1 a 3 anos de estudo. Conforme o grau de escolaridade aumentou, a proporção de domicílios com insegurança moderada e grave diminuiu. Isso porque a escolaridade tende a melhorar a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, o que eleva a renda e coloca toda a família em situação de segurança alimentar.

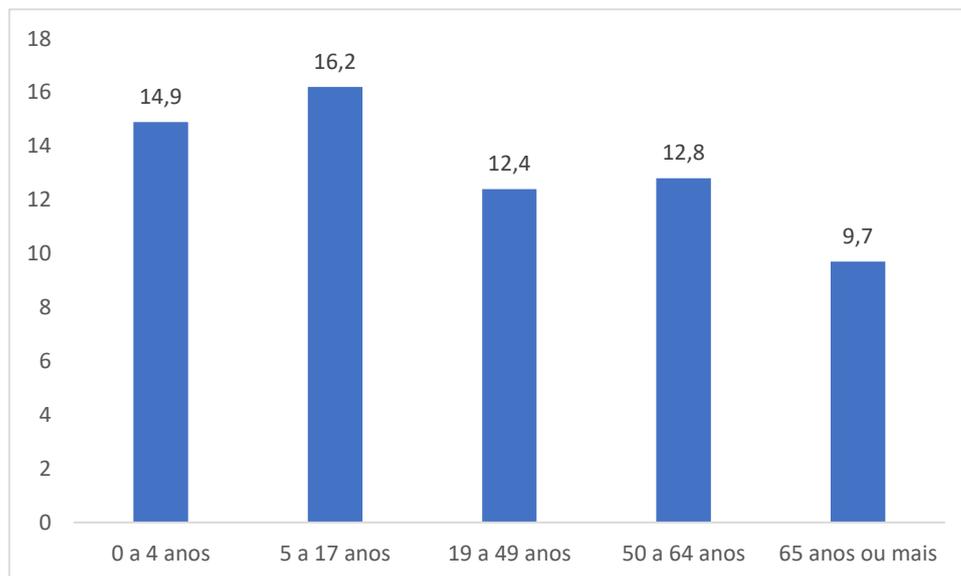
Gráfico 5 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores de domicílios particulares, por anos de estudo da pessoa de referência Ceará – 2013 (em %)



Fonte: IBGE (2013).

Por grupos de idade, notou-se maior prevalência de crianças e adolescentes (14,9% e 16,2%) em domicílios com situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Entre as pessoas de 65 anos ou mais, o percentual foi de 9,7%. O PAA pode, por meio de repasse dos alimentos da agricultura familiar, ajudar às crianças e adolescentes em escola e creches públicas e aos idosos, em asilos, dar a oportunidade de acesso à alimentação de qualidade.

Gráfico 6 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores de domicílios particulares, por grupos de idade Ceará – 2013 (em %)



Fonte: IBGE (2013).

No Ceará, os dados de 2013 indicaram que 81,6% dos menores de 18 anos em domicílios particulares frequentavam escolas ou creches. E mais, 79,8% dos domicílios com pessoas com menos de 18 anos, e em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, estavam em escolas ou creches, enquanto que outros 20,2%, não frequentavam.

Por fim, a distribuição dos moradores por domicílio particular em situação de insegurança alimentar grave ou moderada mostrou que 42,2% dos moradores não eram ocupados, e 57,8%, ocupados; sendo que 39,2% trabalhavam em atividade agrícola e 60,8%, em atividades que não eram ligadas à agricultura.

Os dados revelaram que, no Ceará, houve melhora na segurança alimentar por várias razões, desde o crescimento e investimento realizados na região, até os programas sociais e de transferência de renda, que beneficiaram uma parcela importante das famílias. E mais, a agricultura familiar e os programas de incentivo dentro do Pronaf podem ser o caminho para melhorar a parcela que ainda se encontra em situação de insegurança.

De uma forma geral, os dados de 2013 indicam que as famílias com menor rendimento mensal *percapita*, da área rural, com presença de menores de 18 anos, da

cor/raça preta ou parda, com menor escolaridade da pessoa de referência na família, se encontram, em maior frequência, na situação de insegurança alimentar moderada ou grave, devendo ser sempre, alvo das políticas públicas.

ANÁLISE DO PAA – BASE DE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA

O projeto Compra Direta Local da Agricultura Familiar, realizado em parceria entre o Governo do Estado, Governo Federal e Governo Municipal objetiva desenvolver a agricultura familiar no Ceará através da compra da produção dos(as) agricultores(as) cearenses enquadrados no PRONAF e garantir segurança alimentar e nutricional às pessoas que participam de atividades desenvolvidas por entidades socioassistenciais. O projeto é parte integrante do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

A base consultada para este relatório foi a base do PAA de compra direta com doação simultânea, cedida pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará - SDA e os dados sistematizados pela Coordenadoria do Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural - CODET/SDA para os anos de 2015 a 2018.

Segundo o manual de preenchimento disponível online, os agricultores familiares que podem se cadastrar, tem que estar enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, apresentar a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ou a Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos (DAPAA).

Segundo a SDA, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e/ou Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS participam no controle social e o Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos do Estado do Ceará possibilita um melhor acompanhamento e/ou monitoramento das centrais de distribuição do PAA em cada município.

Considerações metodológicas sobre a análise de dados da execução do PAA – Compra com doação simultânea no Ceará

Para a análise do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no Ceará foram utilizados dados de duas fontes de informação: O sistema de informações online de monitoramento do PAA² e a planilha de monitoramento do PAA, elaborada pela coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará - SDA, sobre as quais são necessárias algumas ponderações.

O sistema de informações online de monitoramento do PAA foi acessado por meio de senha fornecida pela SDA. O sistema permite a extração de relatórios com informações variadas sobre o PAA, contendo dados sobre as propostas apresentadas pelos agricultores familiares, os produtos efetivamente adquiridos, as entidades beneficiadas, as pessoas beneficiadas, entre outros. Ainda que seja possível acessar uma gama variada de informações, não é possível cruzar dados indistintamente, pois o sistema gera apenas os relatórios pré-definidos. Para fins de análise estatística da execução do PAA, este rol de informações se mostrou restrito, impedindo o refinamento dos dados.

Durante o trabalho com as tabelas geradas a partir do sistema online, foram verificadas algumas situações de insegurança estatística, nas quais se observou, em relatórios diferentes, valores distintos para variáveis que, aparentemente, eram as mesmas. Não é possível afirmar que sejam inconsistências da base, na medida em que não tivemos acesso ao dicionário de variáveis deste sistema (documento no qual é definida de forma clara e objetiva cada variável). Porém, por critérios de rigor técnico, frente à tal situação, optou-se por não cruzar informações de relatórios distintos. Desta forma, o plano tabular analisado no relatório acabou por ser determinado, em última instância, pelas possibilidades do sistema de informações e não pelas expectativas analíticas de investigação.

No que se refere à planilha de monitoramento do PAA, elaborada pela CODET/SDA, cabe destacar que, ao longo dos contatos efetuados com a secretaria para esclarecimentos de dúvidas com relação às informações do sistema online, obtivemos acesso à tal consolidação de informações. Os dados constantes dessa planilha são oriundos da mesma

² <http://sistemas2.sda.ce.gov.br/scriptcase/app/paacd/login/login.php>

base do sistema online, porém, foram cuidadosamente verificados pela equipe técnica da SDA, de modo que são consolidados como os dados oficiais do PAA no Ceará. Sob essa orientação, definiu-se que, ao citar informações sobre o PAA que constavam entre as informações consolidadas pela SDA, estas teriam prioridade em relação às constantes nos relatórios exportados do sistema online. Ressalta-se que, em razão dos objetivos de monitoramento da SDA, os dados consolidados abarcam poucas variáveis, conforme poderá ser observado no relatório.

Buscando o aprimoramento e ampliação de análise e acompanhamento do desenvolvimento do PAA, indica-se a possibilidade de acesso aos microdados que geram os relatórios apresentados no sistema de informações online. Desta forma, se ampliaria as possibilidades de cruzamentos de informações sobre a execução do programa, como também permitiria a verificação de algumas possíveis inconsistências na base. Também se indica a elaboração e disponibilização de um dicionário de variáveis da base de dados de monitoramento do PAA.

Análise dos dados de 2015 a 2018 para o Ceará

Em 2018, houve redução de mais da metade do valor executado no Ceará, que em 2015 foi de R\$ 12.719.926,90 e passou para R\$ 5.446.034,90, em 2018, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 7).

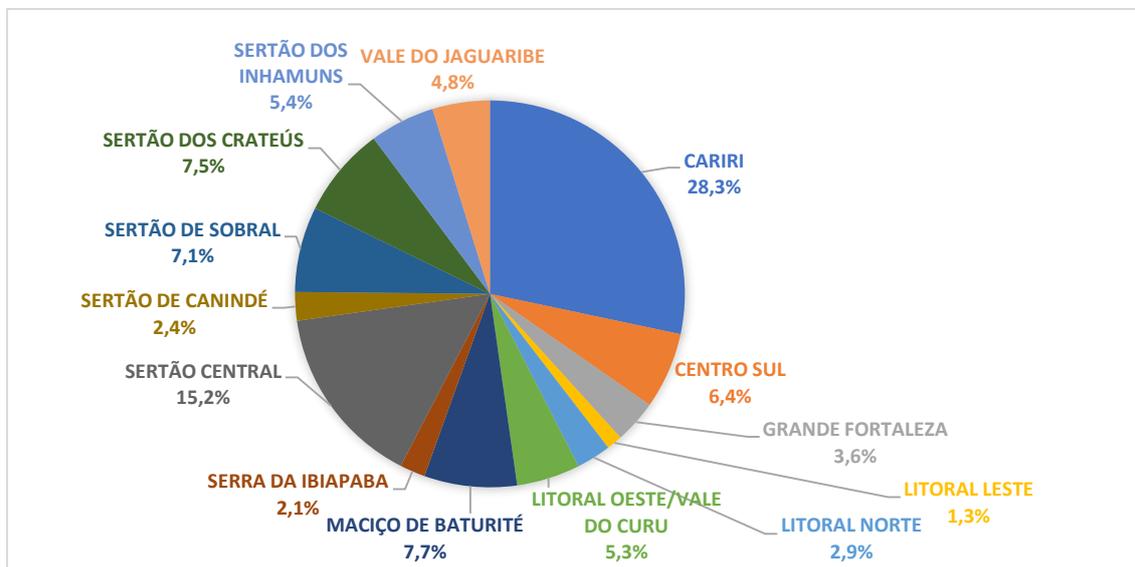
Gráfico 7
Valor total executado por ano
Ceará -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, do total investido, a maior parte foi destinada ao município do Cariri, (28,3%), seguido do sertão central (15,2%), Maciço de Baturité (7,7%) e Sertão dos Crateús (7,5%) (gráfico 8).

Gráfico 8
Distribuição do valor executado no Ceará, por região de planejamento
Ceará - 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em todos os anos analisados, Cariri se destaca como a região de planejamento que mais recebeu recursos para execução do PAA. Ao longo dos quatro anos, Maciço de Baturité perdeu recursos e passou de 17,4% do total em 2015 para 7,7%, em 2018 (tabela 3).

Como visto no gráfico 6, a redução de recursos foi sentida em todas as regiões de planejamento, houve diminuição de quase 90% do total entre 2015 e 2018 no litoral leste e de 81% no Maciço de Baturité.

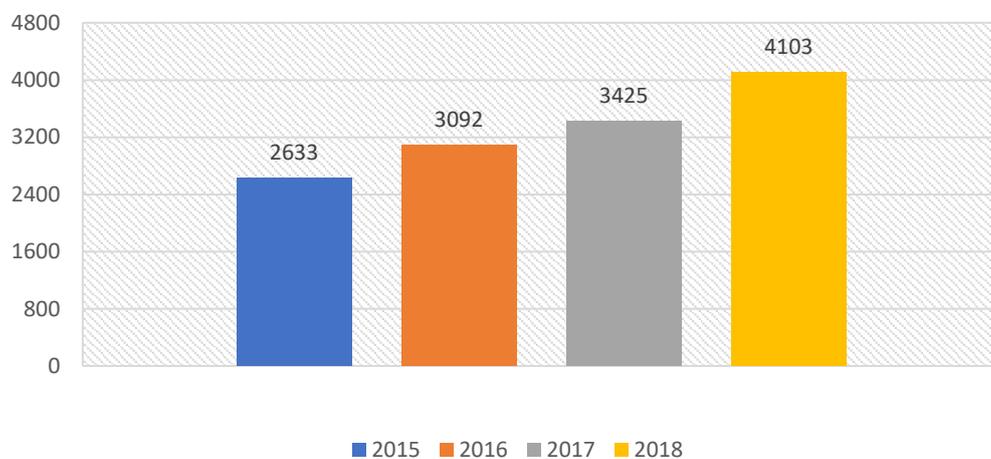
Tabela 3
Distribuição do valor executado no Ceará por região de planejamento e variação do montante de recursos executados por região de planejamento Ceará – 2015 a 2018 (em %)

Região de Planejamento	Ano				Variação dos totais absolutos 2015 a 2018 (%)
	2015	2016	2017	2018	
Cariri	18,7	21,7	24,3	28,3	-35,2
Centro Sul	3,7	4,4	4,9	6,4	-25,6
Grande Fortaleza	4,0	5,0	3,7	3,6	-62,0
Litoral Leste	5,5	4,3	4,1	1,3	-89,9
Litoral Norte	1,7	2,2	2,7	2,9	-28,8
Litoral Oeste/Vale do Curu	4,9	5,4	5,7	5,3	-53,7
Maciço de Baturité	17,4	9,0	7,6	7,7	-81,0
Serra da Ibiapaba	1,6	1,7	2,3	2,1	-42,8
Sertão Central	19,2	21,7	17,6	15,2	-66,1
Sertão de Canindé	1,1	1,2	2,2	2,4	-9,0
Sertão de Sobral	5,6	5,7	6,5	7,1	-45,5
Sertão dos Crateús	7,3	6,3	7,1	7,5	-55,8
Sertão dos Inhamuns	3,6	5,5	6,0	5,4	-35,4
Vale do Jaguaribe	5,7	5,7	5,3	4,8	-64,2
Ceará (Total)	100,0	100,0	100,0	100,0	-57,2

Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA cresceu entre 2015 e 2018, no total do Ceará e em 2018, foi de 4.103, contra os 2.633 de 2015, um crescimento de 55,8% (gráfico 9).

Gráfico 9
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Ceará -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

A maior parte das regiões de planejamento teve aumento no número de agricultores familiares envolvidos no PAA, com exceção do Litoral Leste, Maciço de Baturité e Vale do Jaguaribe. No Cariri, em quatro anos, houve incremento de 617 agricultores na participação do PAA (tabela 4).

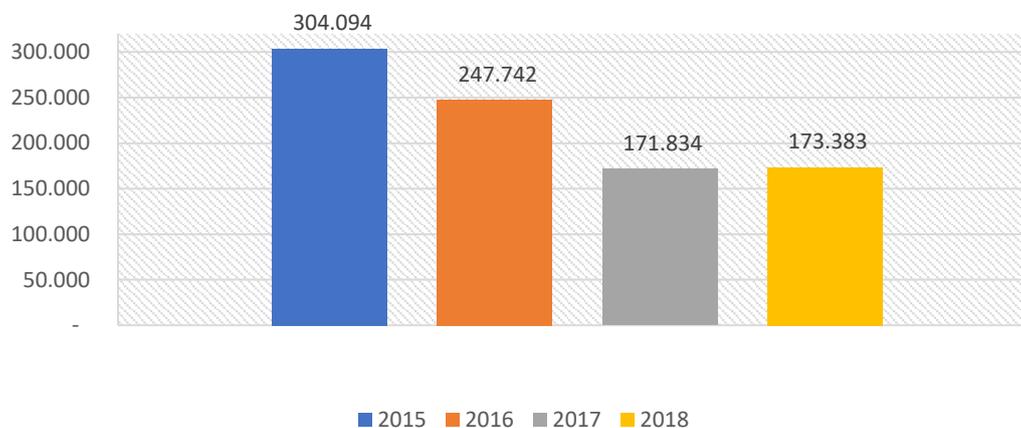
Tabela 4
Distribuição do número de agricultores participantes do PAA, por região de planejamento
Ceará - 2015 a 2018 (em %)

Região de Planejamento	2015	2016	2017	2018
Cariri	475	593	763	1.092
Centro Sul	98	157	166	219
Grande Fortaleza	150	175	173	217
Litoral Leste	126	128	129	86
Litoral Norte	45	66	75	81
Litoral Oeste/Vale do Curu	140	174	206	266
Maciço de Baturité	399	368	315	387
Serra da Ibiapaba	49	53	64	83
Sertão Central	496	569	579	497
Sertão de Canindé	35	43	86	104
Sertão de Sobral	142	166	216	306
Sertão dos Crateús	189	177	236	385
Sertão dos Inhamuns	106	192	190	234
Vale do Jaguaribe	183	231	227	146
Ceará (Total)	2.633	3.092	3.425	4.103

Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em compensação, o número de beneficiários do PAA diminuiu no período analisado, passou de 304.094 para 173.383. Importante falar que a população total do Ceará hoje é estimada em 9 milhões de pessoas, o que significa um alcance do PAA a cerca de 2% da população cearense. A PNAD indicou que no Ceará, 5,1% da população estava em situação de segurança alimentar grave (tabela 2), se este número estivesse mantido, significaria um total de 460 mil pessoas em 2018. Seria então, necessário aprofundar o PAA e os demais programas de agricultura familiar, com vistas a melhorar a situação de vida e nutricional das famílias (Gráfico 10).

Gráfico 10
Número total de beneficiário do PAA
Ceará -2015 a 2018

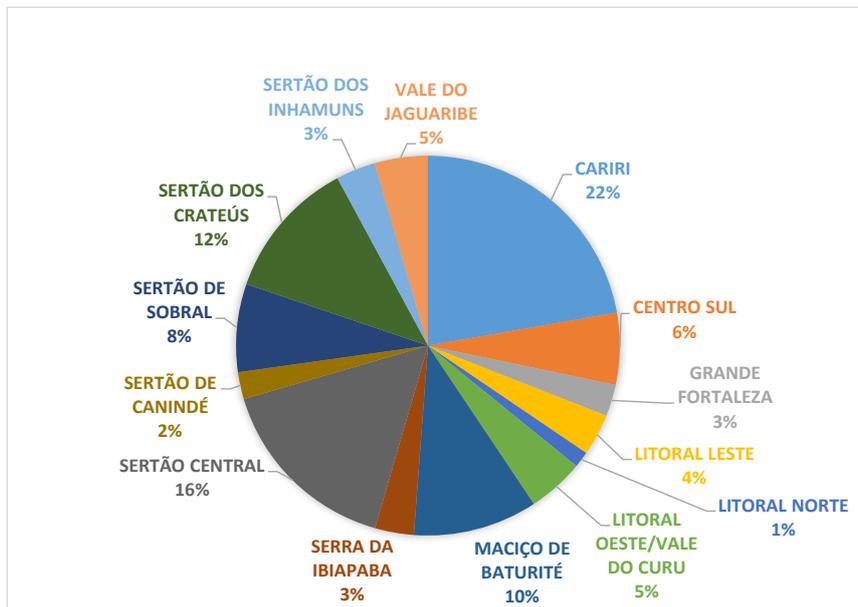


Fonte: sistematização CODET/ SDA.
Elaboração: DIEESE

Em todas as regiões de planejamento houve redução do número de beneficiários, entre 2015 e 2018, sendo que ocorreu na Grande Fortaleza (-65,7%), no Maciço de Baturité (-57,9%) e Centro Sul (-53,2%).

As regiões de planejamento do Cariri (22%), Sertão Central (16%), Sertão do Crateús (12%) e Maciço de Baturité (10%) foram as que mais apresentaram, relativamente, beneficiários do programa PAA em 2018, (Gráfico 11).

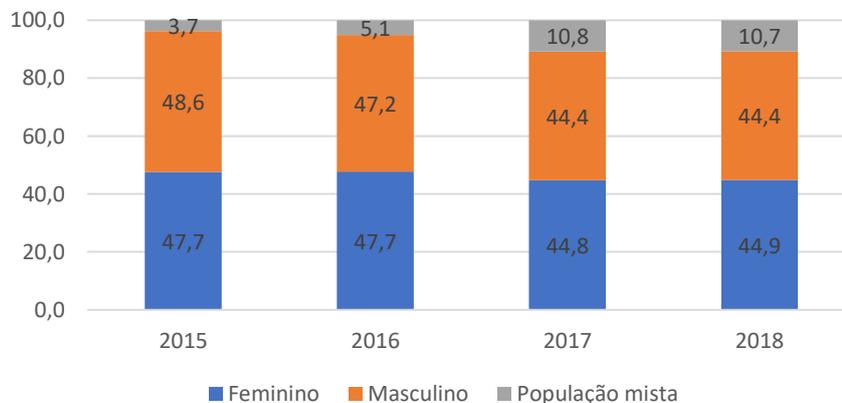
Gráfico 11
Distribuição dos beneficiários por região de planejamento
Ceará – 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

Por sexo, a proporção da população beneficiária não se alterou substancialmente entre 2015 e 2018. Em 2018, 44,9% dos beneficiários eram do sexo feminino, 44,4%, do masculino e 10,7% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 12).

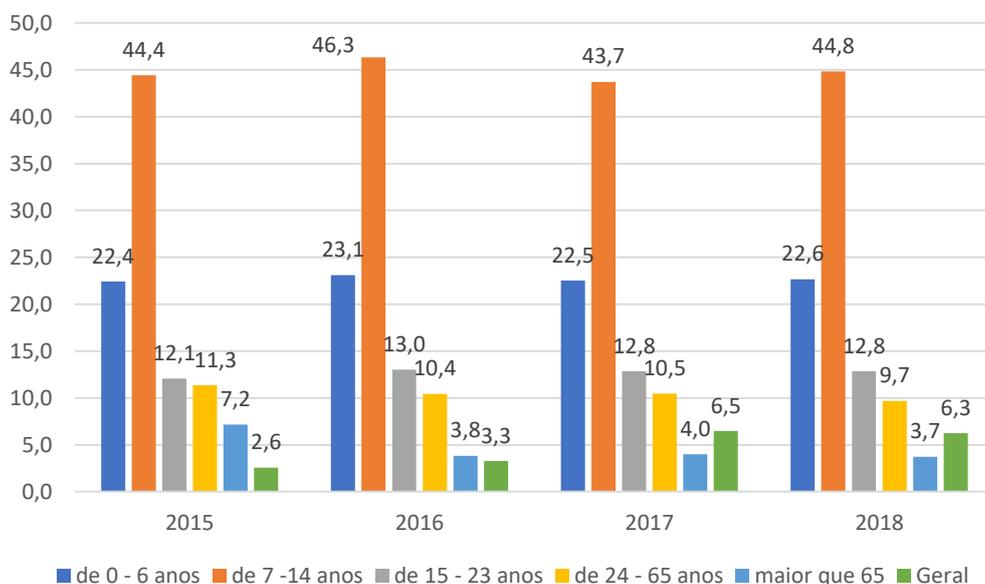
Gráfico 12
Distribuição dos beneficiários por sexo
Ceará – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Quase metade dos beneficiários do PAA tem entre 7 e 14 anos (44,8%) em todos os anos analisados e 22,6%, entre 0 e 6 anos, fase da vida de desenvolvimento físico e mental e quando os alimentos de qualidade são mais importantes para o crescimento e desenvolvimento. As pessoas de mais de 65 anos perfizeram 3,7%, em 2018 (gráfico 13).

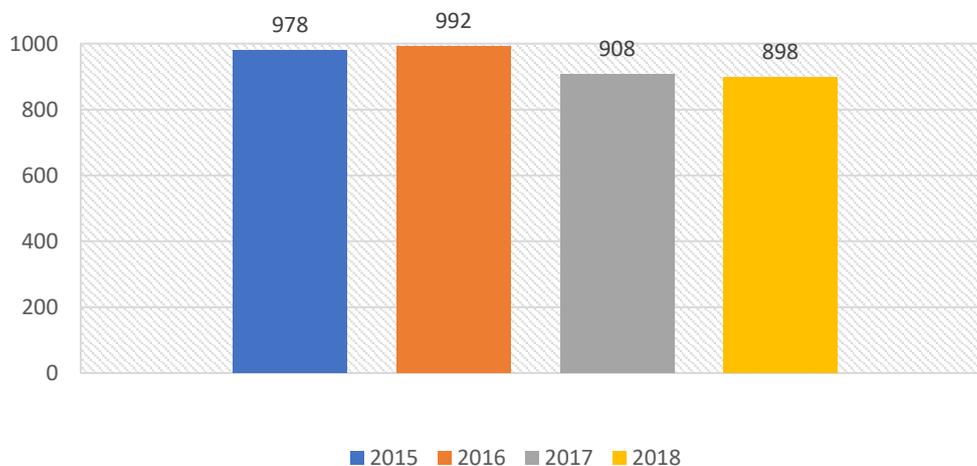
Gráfico 13
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Ceará – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas diminuiu, segundo os dados da SDA. Em 2015, 978 entidades foram atendidas e em 2018, esse número caiu para 898. (Gráfico 14).

Gráfico 14
Número de entidades atendidas pelo PAA
Ceará – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

A região do Cariri contava com 20% das entidades beneficiadas, enquanto que 14,9% estavam no Sertão Central e 10,8% no Sertão dos Crateús, no ano de 2018, e as proporções foram semelhantes entre os anos analisados (tabela 5).

Tabela 5
Distribuição de entidades que receberam alimentos do PAA, por região de planejamento
Ceará - 2015 a 2018 (em %)

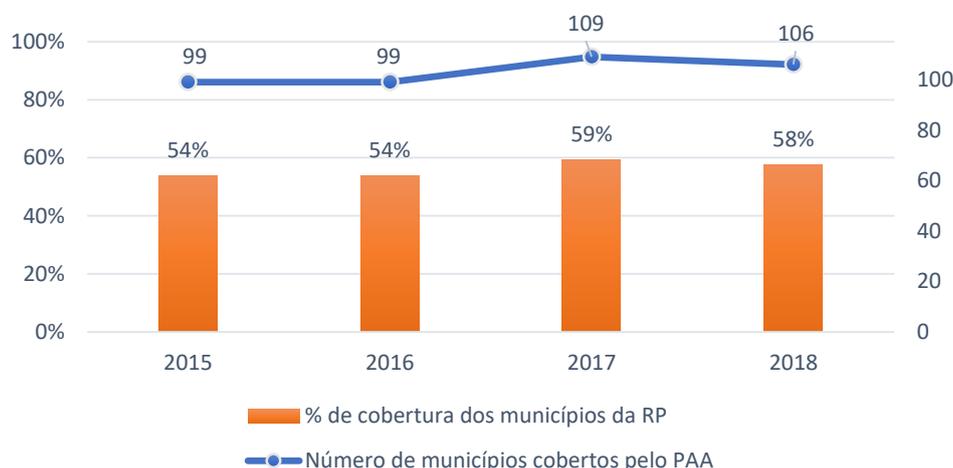
Região de Planejamento	2015	2016	2017	2018
Cariri	19,1	19,1	19,8	20,0
Centro Sul	6,6	6,7	5,3	5,3
Grande Fortaleza	6,6	6,6	5,2	4,8
Litoral Leste	3,6	3,5	4,4	4,2
Litoral Norte	2,7	2,6	2,6	2,7
Litoral Oeste/Vale do Curu	6,0	5,9	6,4	6,5
Maciço de Baturité	10,5	10,7	8,5	8,5
Serra da Ibiapaba	1,9	2,0	3,1	3,1

Sertão Central	15,3	15,1	14,9	14,9
Sertão de Canindé	0,7	0,7	1,7	1,7
Sertão de Sobral	4,8	5,3	7,7	7,8
Sertão dos Crateús	11,5	11,3	10,9	10,8
Sertão dos Inhamuns	6,1	6,0	5,7	5,8
Vale do Jaguaribe	4,4	4,4	3,9	3,9
Ceará (Total)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: sistema online da SDA.
Elaboração: DIEESE

O Ceará possui 184 municípios, sendo que 106 foram atendidos em 2018, o equivalente a 58% dos municípios em 2018. Interessante notar que houve expansão do PAA nos últimos anos, uma vez que em 2015, 99 municípios eram cobertos pelo PAA.

Gráfico 15
Número de municípios atendidos pelo PAA
Ceará – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

A base online do PAA – compra com doação simultânea - indicou que, em média, cada produtor participante produz 3 produtos diferentes. E no Ceará, 106 tipos diferentes de produtos são comercializados pelo PAA.

Apesar da média ser baixa entre os produtores, os números totais e das regiões de planejamento indicaram grande diversificação. No Cariri, 82 tipos diferentes de produtos foram comercializados, 63, no Maciço de Baturité e 60, no Sertão de Sobral (tabela 6).

Tabela 6
Tipos de produtos comercializados no PAA
Ceará - 2015 a 2018 (em %)

Regiões de Planejamento	2015	2016	2017	2018
Cariri	81	81	82	82
Centro Sul	51	51	52	52
Grande Fortaleza	55	55	55	50
Litoral Leste	30	30	30	30
Litoral Norte	41	31	31	31
Litoral Oeste/Vale do Curu	48	48	48	48
Maciço de Baturité	63	63	63	63
Serra da Ibiapaba	32	33	34	34
Sertão Central	55	55	59	59
Sertão de Canindé	34	32	34	34
Sertão de Sobral	60	58	60	60
Sertão dos Crateús	65	61	59	55
Sertão dos Inhamuns	52	52	52	52
Vale do Jaguaribe	40	36	36	36
Ceará (Total)	106	105	106	106

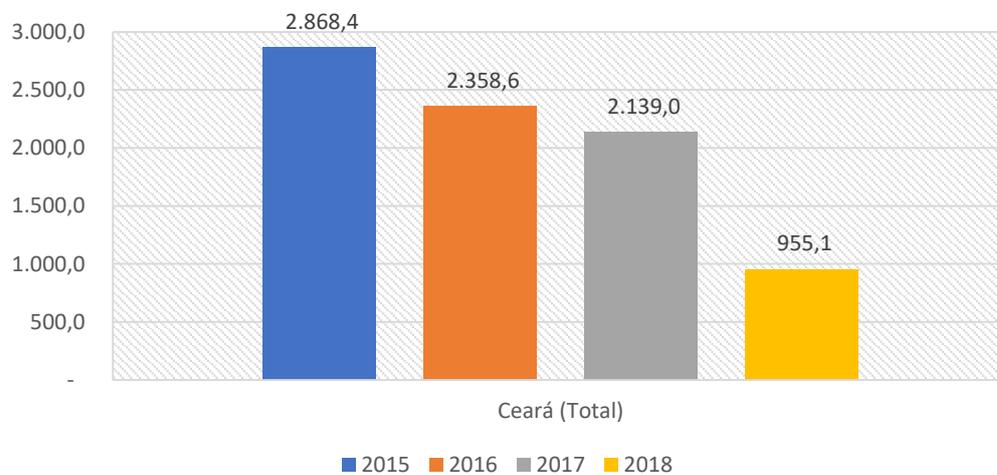
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Finalmente, o PAA comercializou 955 mil toneladas de alimentos em 2018, número menor do que o registrado em anos anteriores e que seguiu em queda desde 2015.

Em 2015, o total foi de 2.868 toneladas, em 2016, 2.358 toneladas e em 2017, 2.139 toneladas (gráfico 16).

Gráfico 16
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Ceará – 2015 a 2018

(em mil toneladas)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Análise por região de Planejamento

Região de Planejamento Cariri

Em 2018, houve redução do valor executado no Cariri: em 2015 foi de R\$ 2.380.267,20 e passou para R\$ 1.543.475,10, em 2018, uma queda de -35,2%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 17)

Conforme apresentado anteriormente, em todos os anos analisados, o Cariri se destaca como a região de planejamento que mais recebeu recursos para execução do PAA, sendo que em 2015, recebeu 18,7% do total de recursos, em 2016, 21,7%, em 2017, 24,3% e em 2018, 28,3% (gráfico 8 e tabela 3).

Gráfico 17
Valor total executado por ano
Cariri -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA no Cariri cresceu entre 2015 e 2018, passando de 475 em 2015 para 1.092, em 2018 (gráfico 18).

Gráfico 18
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Cariri-2015 a 2018

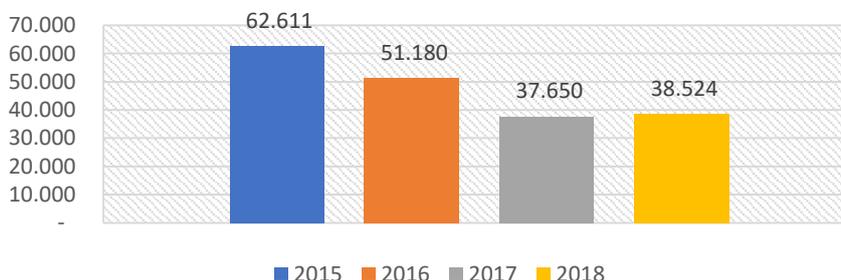


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA diminuiu no período analisado na região do Cariri, passando de 62.611 para 38.524, o equivalente a -38,5%. Em 2018, o Cariri respondia por 22% dos beneficiários do PAA (Gráficos 11 e 19).

A população total da região de planejamento do Cariri hoje era estimada em 999.169, em 2014, segundo o IPECE³, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 4,3% da população da região.

Gráfico 19
Número total de beneficiários do PAA
Cariri -2015 a 2018

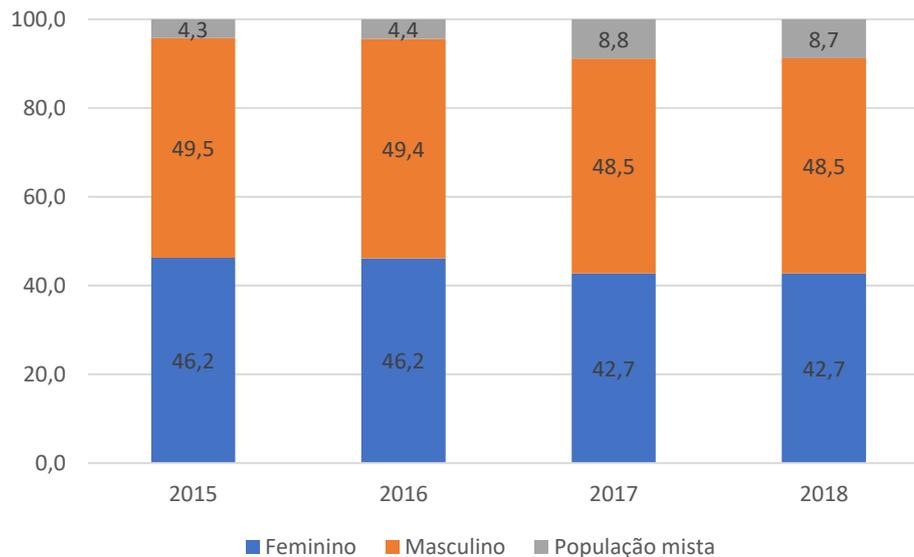


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

³ IPECE. As regiões de planejamento do Ceará. Texto para discussão novembro de 2015. Ceará disponível em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjmsuDP-5XhAhWIIbkGHZEhB_wQFjAAegQIAhAC&url=https%3A%2F%2Fwww.ipece.ce.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F45%2F2014%2F02%2FTD_111.pdf&usg=AOvVaw2wzbuOt1 JsZtibsI jnflR

Em 2018, 42,7% dos beneficiários eram do sexo feminino, 48,5%, do masculino e 8,7% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 20).

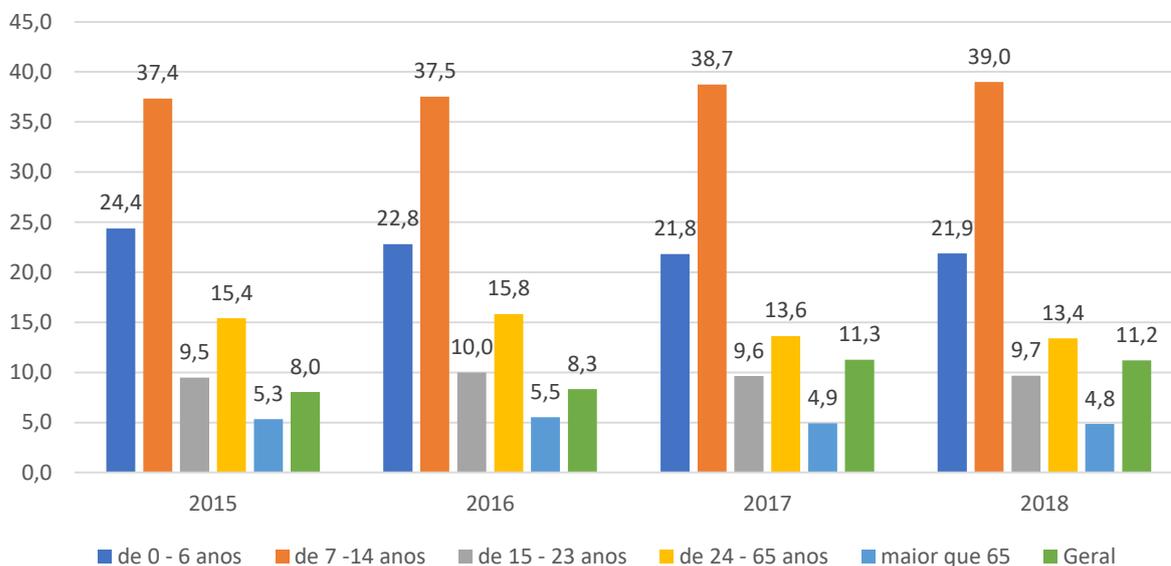
Gráfico 20
Distribuição dos beneficiários por sexo
Cariri– 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, a distribuição dos beneficiários do PAA por faixa etária se apresentava da seguinte maneira: tinham entre 7 e 14 anos (39,0%), 21,9%, entre 0 e 6 anos. Já as pessoas de mais de 65 anos totalizaram 4,8%. Não houve mudança significativa nos percentuais dos anos anteriores (gráfico 21).

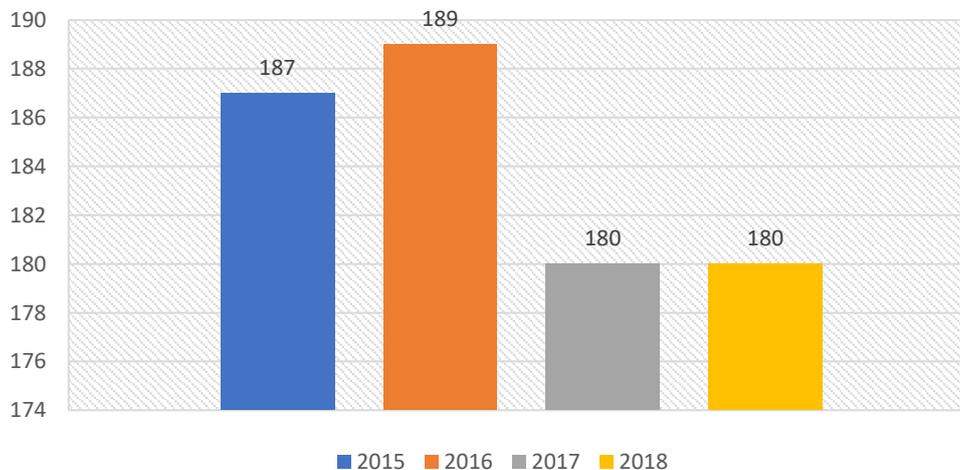
Gráfico 21
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Cariri – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas pouco se alterou, segundo os dados da SDA. Em 2015, 187 entidades foram atendidas e em 2018, esse número caiu para 180. (Gráfico 22).

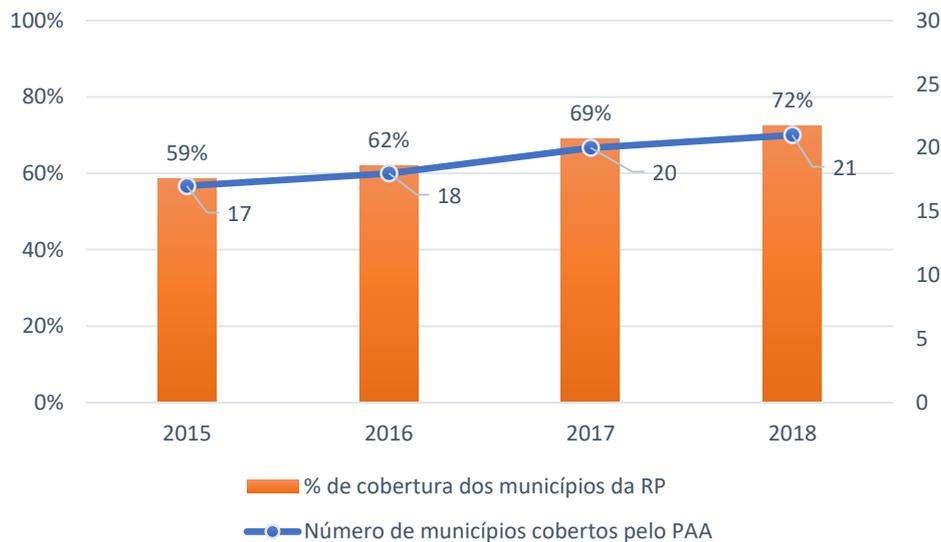
Gráfico 22
Número de entidades atendidas pelo PAA
Cariri – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Na região do Cariri, 72% dos municípios foram atendidos pelo PAA, em 2018. Entre 2015 e 2018, houve expansão e de 17 municípios, passou para 21 (gráfico 23).

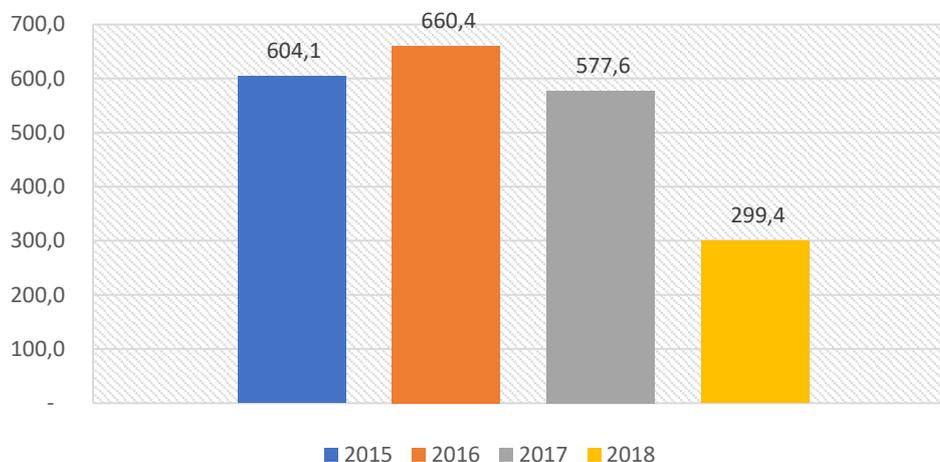
Gráfico 23
Número de municípios atendidos pelo PAA
Cariri – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

No Cariri, 82 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas cerca de 300 toneladas de alimentos em 2018, pelo PAA, número menor do que em 2015, quando o total somou 604,1 toneladas (gráfico 24)

Gráfico 24
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Cariri – 2015 a 2018



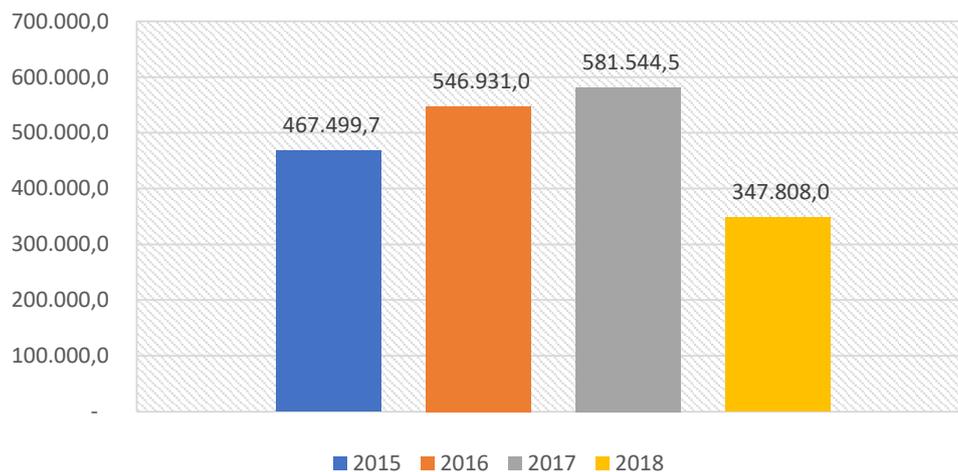
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento Centro Sul

Em 2018, houve redução do valor executado no Centro Sul em relação a 2017: em 2017 foi de R\$ 581.544,50, maior valor executado nos 4 anos analisados e passou para R\$ 347.808,00, em 2018, representando uma queda de -40,2%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 25)

A região Centro Sul recebeu 3,7% do total executado no Ceará em 2015, 4,4% em 2016, 4,9% em 2017 e 6,4% em 2018 e, apesar da redução do montante recebido em reais, proporcionalmente, houve um aumento do percentual em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

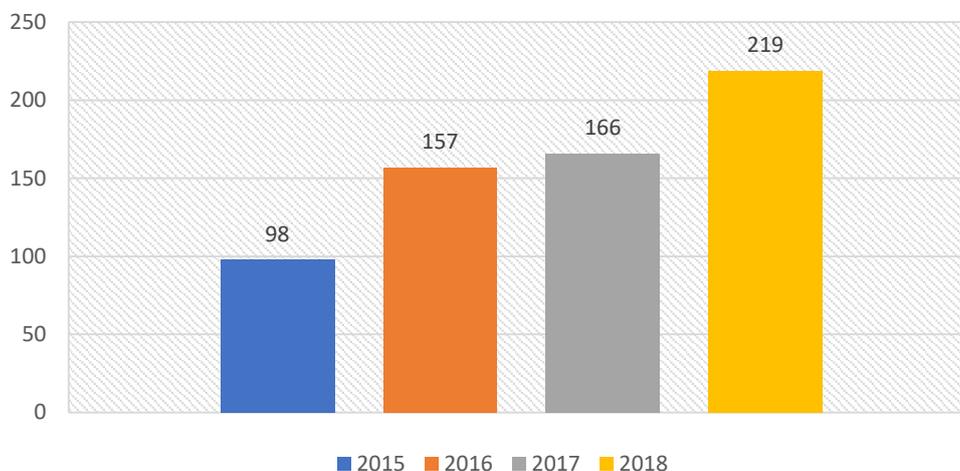
Gráfico 25
Valor total executado por ano
Centro Sul -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passando de 98 em 2015 para 219, em 2018 (gráfico 26).

Gráfico 26
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Centro Sul-2015 a 2018

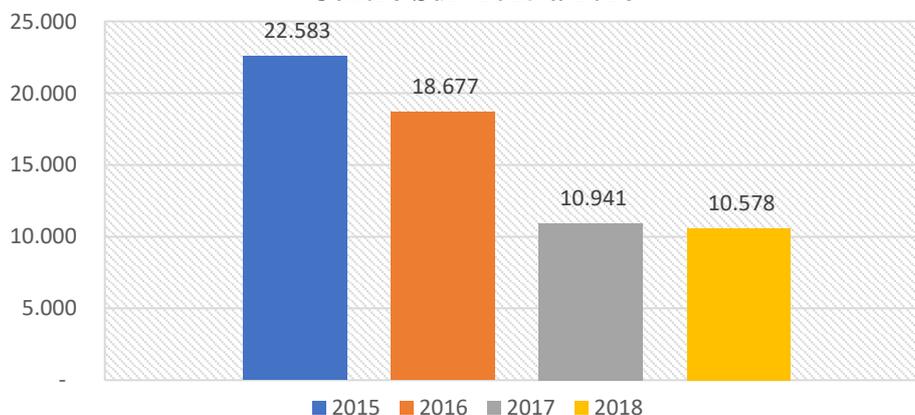


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA na região Centro Sul diminuiu no período analisado, passando de 22.583 para 10.578, o equivalente a -53,2%. Em 2018, o Centro Sul respondia por 6% dos beneficiários do PAA (Gráfico 27).

A população total da região de planejamento do Centro Sul era estimada em 387.141, em 2014, segundo dados do IPECE. Se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 2,7% da população da região.

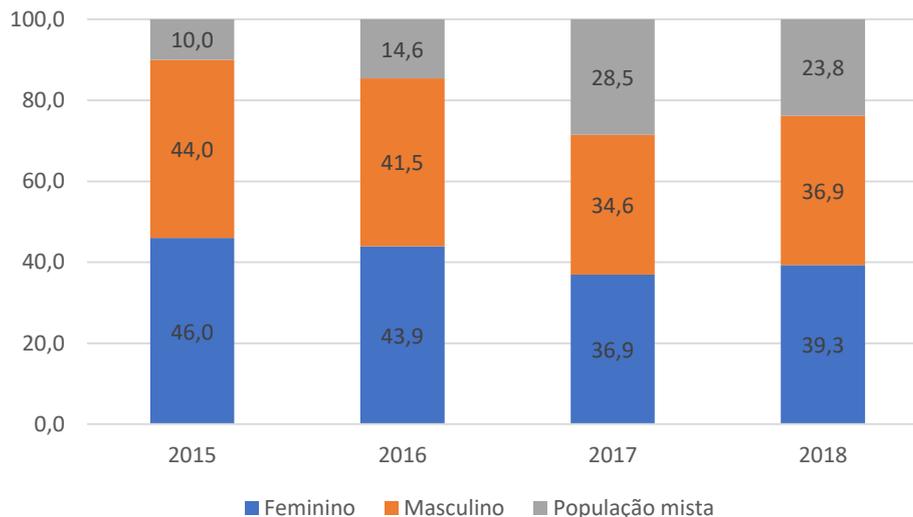
Gráfico 27
Número total de beneficiários do PAA
Centro Sul -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 39,3% dos beneficiários eram do sexo feminino, 36,9%, do masculino e 23,8% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 28).

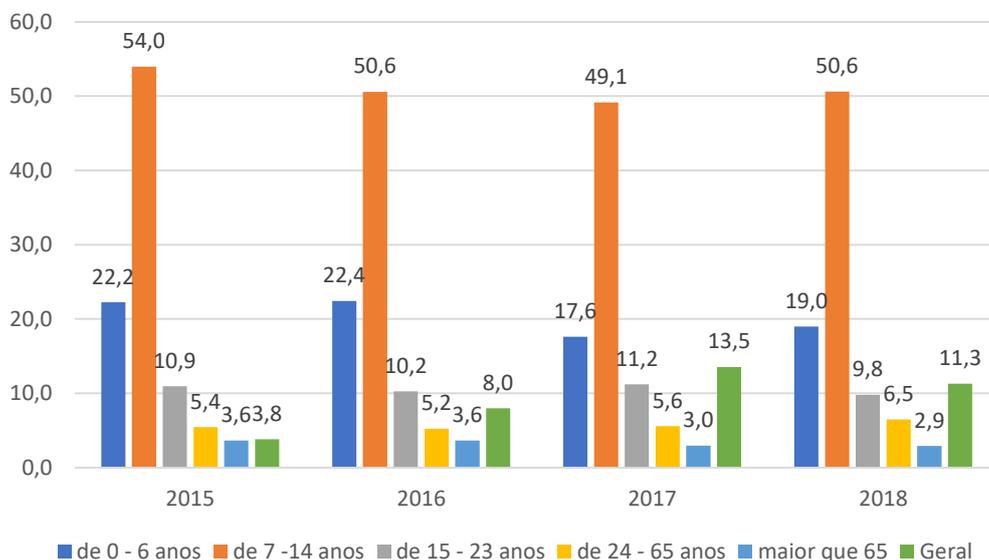
Gráfico 28
Distribuição dos beneficiários por sexo
Centro Sul– 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
Elaboração: DIEESE

Em 2018, metade dos beneficiários do PAA tinham entre 7 e 14 anos (50,6%) e 19,0%, entre 0 e 6 anos. Já as pessoas de mais de 65 anos totalizaram 2,9% (gráfico 29).

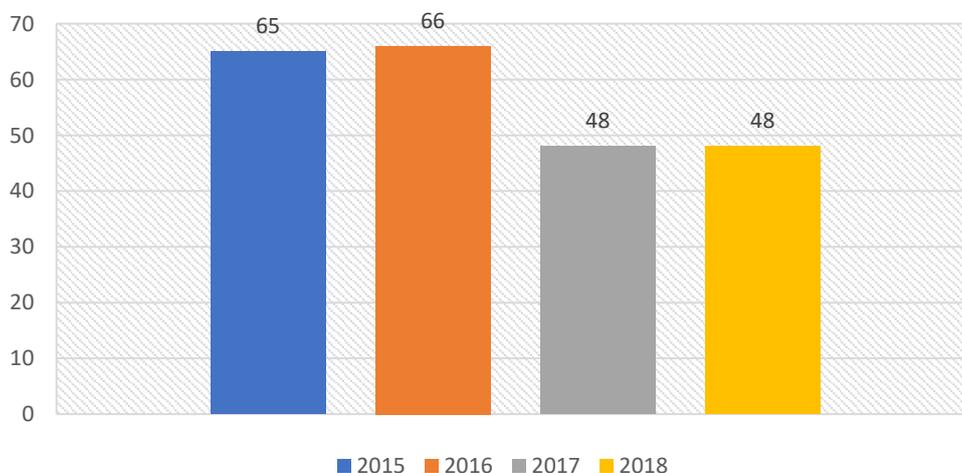
Gráfico 29
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Centro Sul – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas sofreu redução de -26,2%, segundo os dados da SDA. Em 2015, 65 entidades foram atendidas e em 2018, esse número caiu para 48. (Gráfico 30).

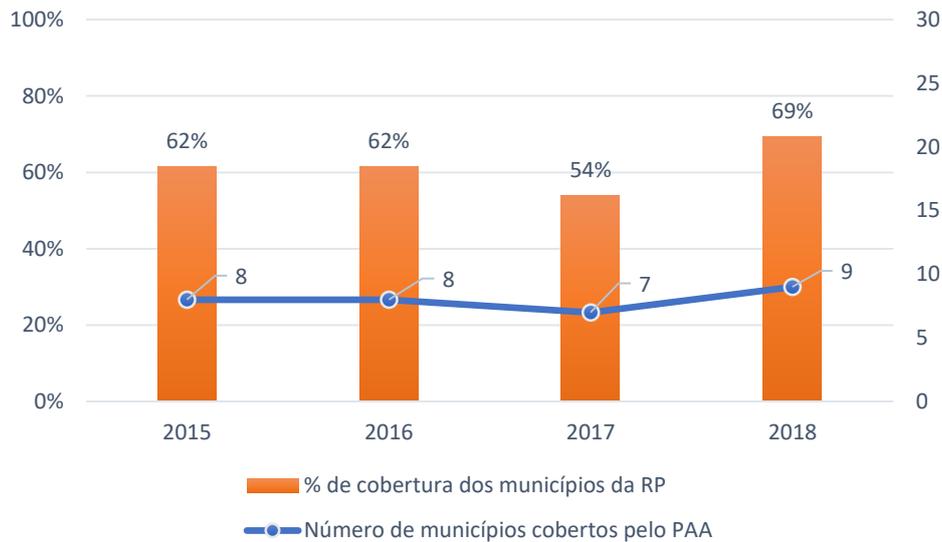
Gráfico 30
Número de entidades atendidas pelo PAA
Centro Sul – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Na região do Centro Sul, 69% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, houve expansão de um município, passando de 8 para 9 municípios (gráfico 31).

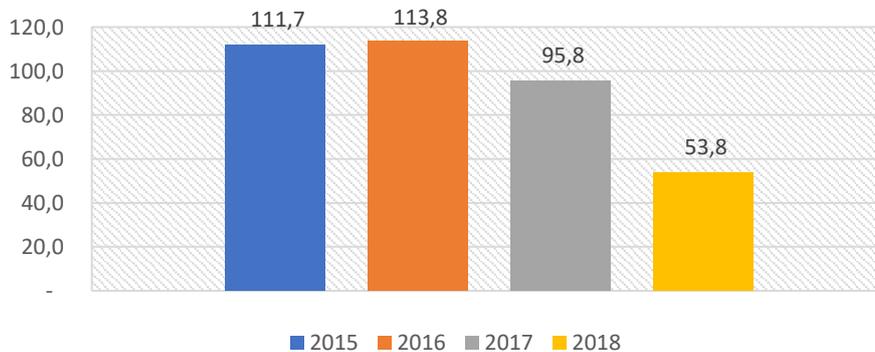
Gráfico 31
Número de municípios atendidos pelo PAA
Centro Sul – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

No Centro Sul, 52 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 53,8 toneladas de alimentos em 2018, pelo PAA, número menor do que em 2015, quando o total somou 111,7 toneladas (gráfico 32).

Gráfico 32
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Centro Sul – 2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento Grande Fortaleza

Em 2018, houve redução expressiva do valor executado na Grande Fortaleza em relação a 2016: em 2016 foi de R\$ 618.971,40, maior valor executado nos 4 anos analisados e passou para R\$ 195.917,60, em 2018, representando uma queda de -68,3%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 33).

A região Grande Fortaleza recebeu 4,0% do total executado no Ceará em 2015, 5,0% em 2016, 3,7% em 2017 e 3,6% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

Gráfico 33
Valor total executado por ano
Grande Fortaleza -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passando de 150 em 2015 para 217, em 2018. Ou seja, um aumento de 44,7% (gráfico 34).

Gráfico 34
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Grande Fortaleza - 2015 a 2018

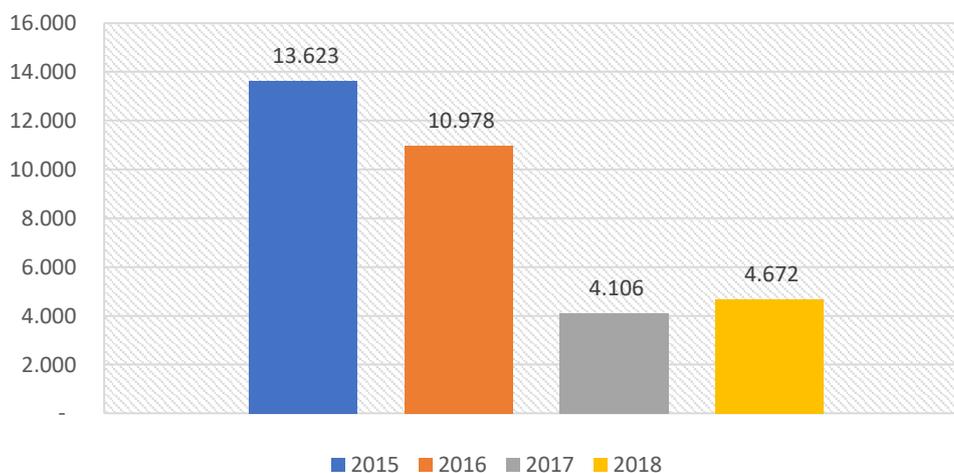


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA na região de Grande Fortaleza diminuiu no período analisado, passando de 13.623 para 4.672, o equivalente a -65,7%. Em 2018, a Grande Fortaleza respondia por 3% dos beneficiários do PAA (Gráfico 35).

A população total da região de planejamento da Grande Fortaleza era estimada em 3.949.974, em 2014, segundo dados do IPECE. Se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 0,1% da população da região.

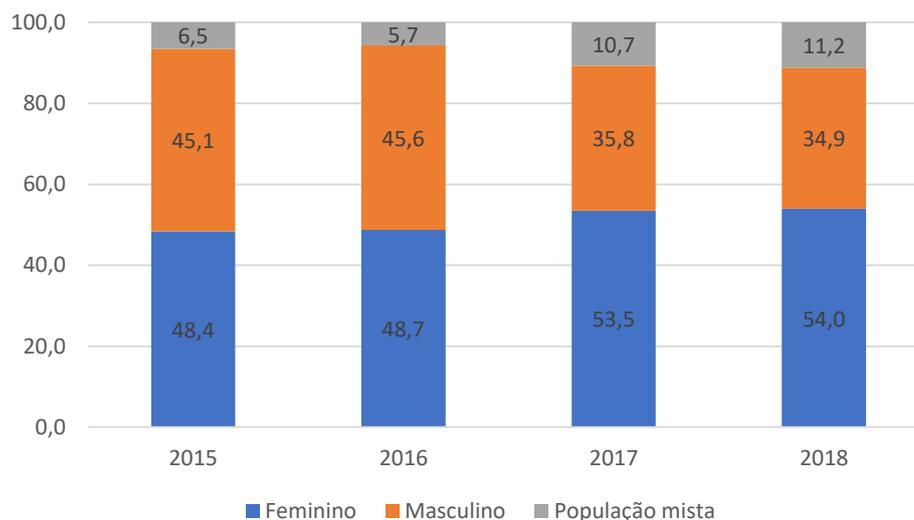
Gráfico 35
Número total de beneficiários do PAA
Grande Fortaleza -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 54,0% dos beneficiários eram do sexo feminino, 34,9%, do masculino e 11,2% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 36).

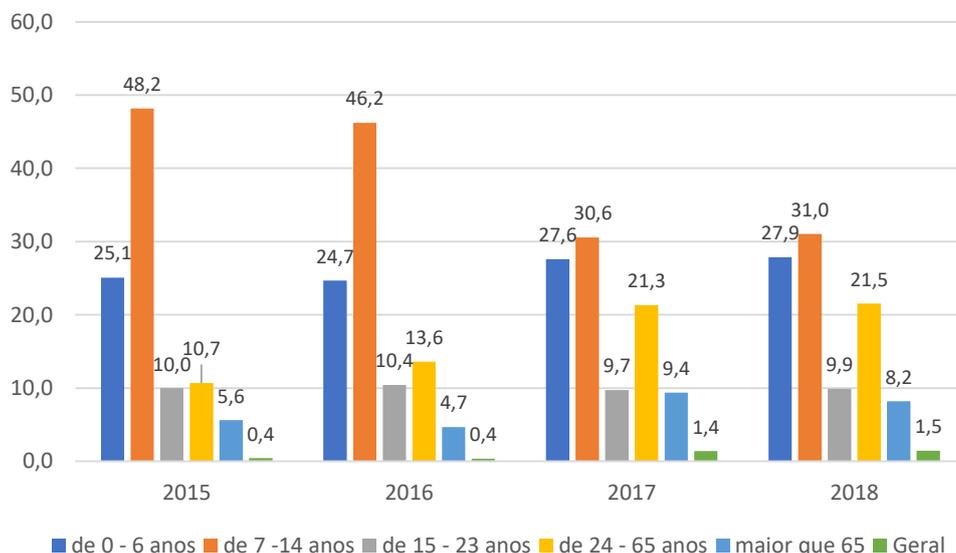
Gráfico 36
Distribuição dos beneficiários por sexo
Grande Fortaleza – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, dos beneficiários do PAA, 31,0% tinham entre 7 e 14 anos e 27,9%, entre 0 e 6 anos. Já os beneficiários entre 24 e 65 anos, totalizaram 21,5% e os de mais de 65 anos, 8,2% (gráfico 37).

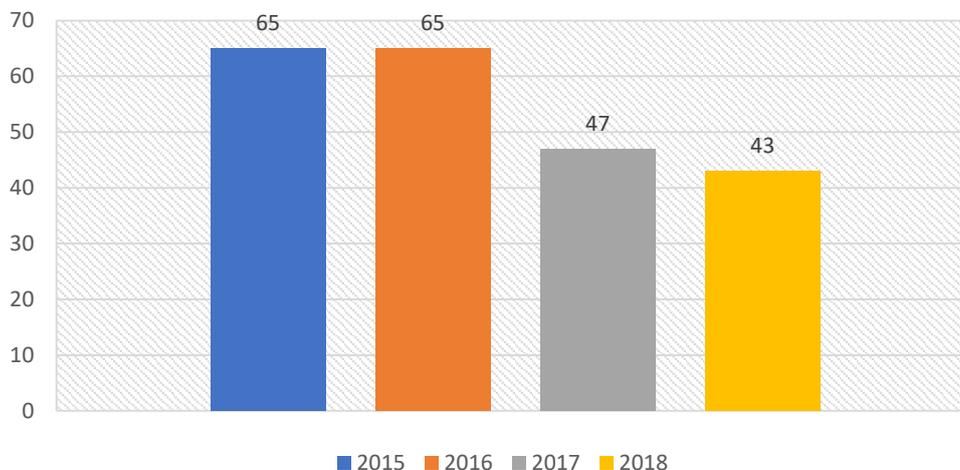
Gráfico 37
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Grande Fortaleza – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas diminuiu, segundo os dados da SDA. Em 2015, 65 entidades foram atendidas e em 2018, esse número caiu para 43 (Gráfico 38).

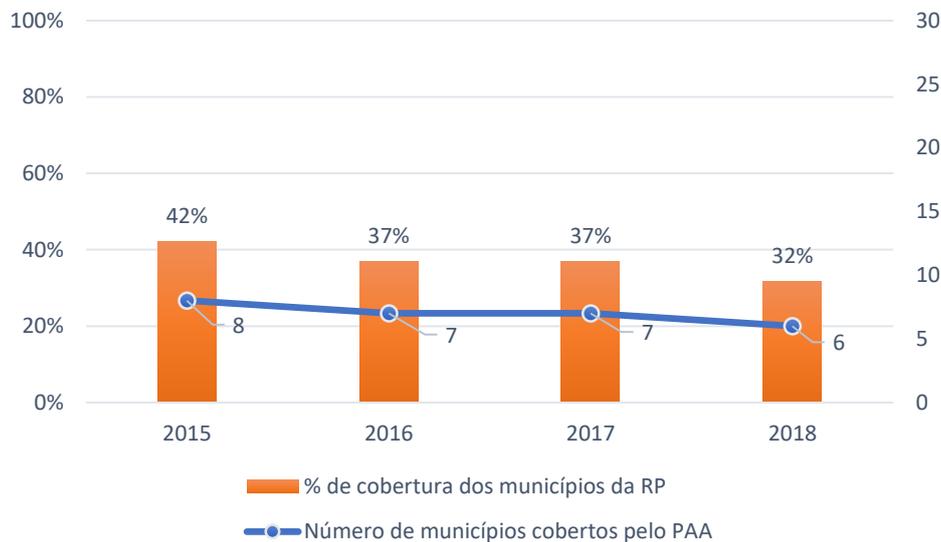
Gráfico 38
Número de entidades atendidas pelo PAA
Grande Fortaleza – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Na região da Grande Fortaleza, 32% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, houve redução de 2 municípios, passando de 8 para 6 (gráfico 39).

Gráfico 39
Número de municípios atendidos pelo PAA
Grande Fortaleza – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Na Grande Fortaleza, 50 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas cerca de 38,7 toneladas de alimentos em 2018, pelo PAA, número menor do que em 2015, quando o total somou 77,0 toneladas (gráfico 40).

Gráfico 40
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Grande Fortaleza – 2015 a 2018



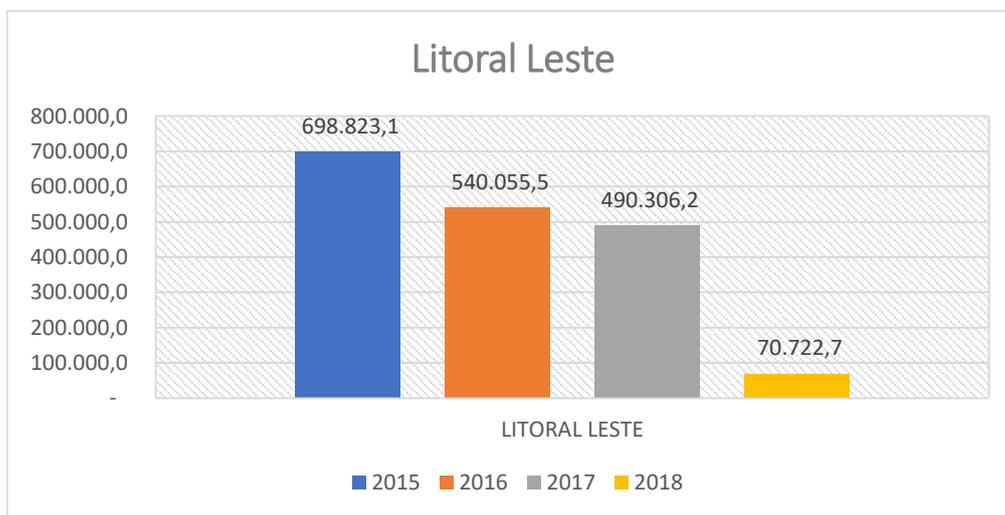
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Litoral Leste

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Litoral Leste em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 698.823,10, maior valor executado nos 4 anos analisados e passou para R\$ 70.722,70, em 2018, uma queda de -89,9%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 41).

A região do Litoral Leste recebeu 5,5% do total executado no Ceará em 2015, 4,3% em 2016, 4,1% em 2017 e apenas 1,3% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

Gráfico 41
Valor total executado por ano
Litoral Leste -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA diminuiu entre 2015 e 2018, passando de 126 em 2015 para 86, em 2018 (gráfico 42).

Gráfico 42
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Litoral Leste -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA na região do Litoral Leste diminuiu no período analisado, passou de 8.418 para 6.157, o equivalente a -26,9%. Em 2018, o Litoral Leste respondia por 4% dos beneficiários do PAA (Gráfico 43).

A população total da região de planejamento do Litoral Leste era estimada em 200.126 em 2014, segundo dados do IPECE. Se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 3,1% da população da região.

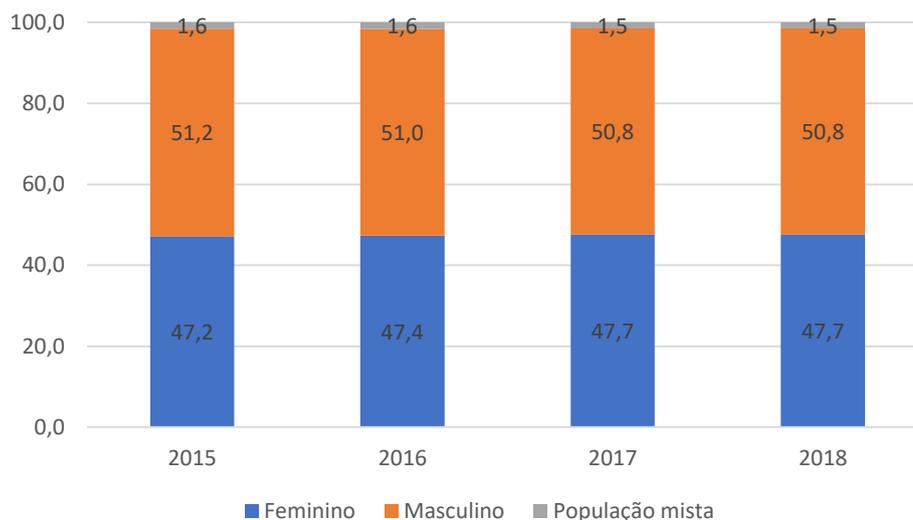
Gráfico 43
Número total de beneficiários do PAA
Litoral Leste -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 47,7% dos beneficiários eram do sexo feminino, 50,8%, do masculino e 1,5% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 44).

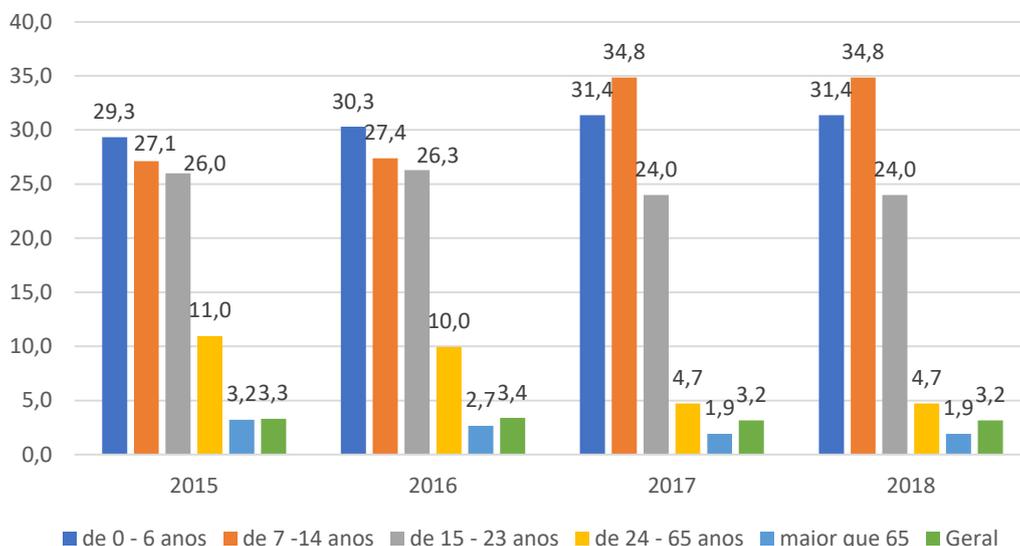
Gráfico 44
Distribuição dos beneficiários por sexo
Litoral Leste – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, crianças e jovens foram os mais beneficiados pelo PAA, 34,8% tinham entre 7 e 14 anos, 31,4%, entre 0 e 6 anos e 24,0%, entre 15 e 23 anos. Já os beneficiários com mais de 65 anos totalizaram 1,9% (gráfico 45).

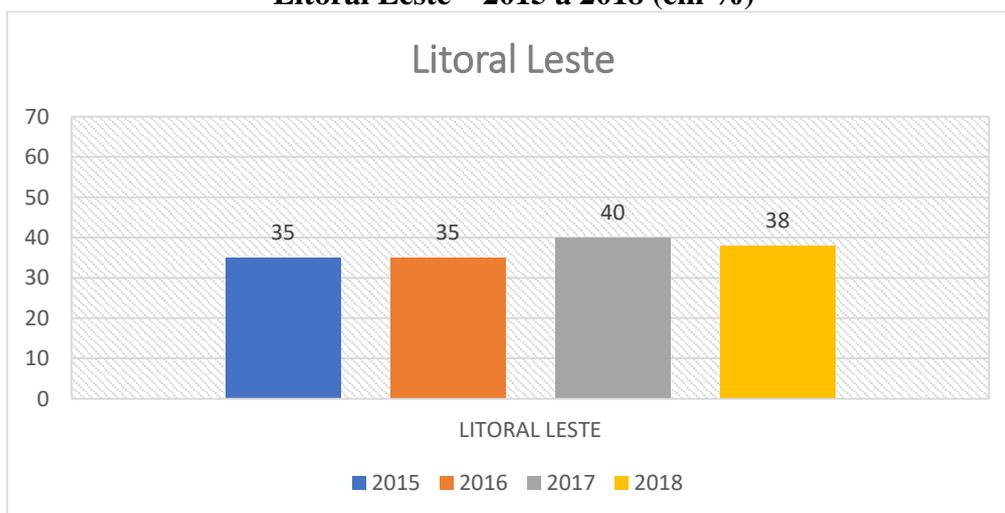
Gráfico 45
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Litoral Leste – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas apresentou pequena variação, segundo os dados da SDA. Em 2015, 35 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 38. (Gráfico 46).

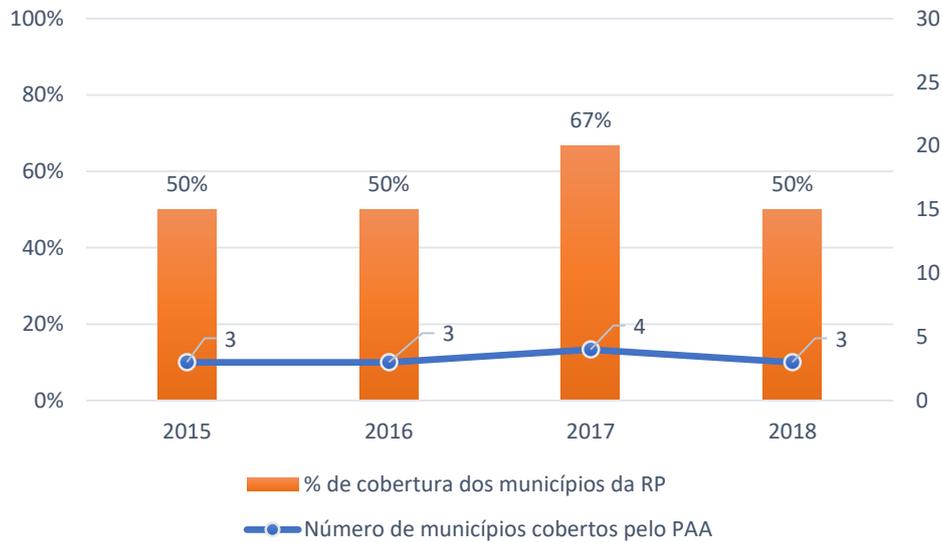
Gráfico 46
Número de entidades atendidas pelo PAA
Litoral Leste – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Na região da Grande Fortaleza, 50% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de 3 municípios ficou praticamente estável (gráfico 47).

Gráfico 47
Número de municípios atendidos pelo PAA
Litoral Leste – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

No Litoral Leste, 30 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas cerca de 305,8 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número muito maior do que em 2018, quando o total somou apenas 15,4 toneladas (gráfico 48).

Gráfico 48
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Litoral Leste – 2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Litoral Norte

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Litoral Norte em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 219.276,00 e passou para R\$ 156.229,00, em 2018, uma queda de -28,8%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 49).

A região do Litoral Norte recebeu 1,7% do total executado no Ceará em 2015, 2,2% em 2016, 2,7% em 2017 e 2,9% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

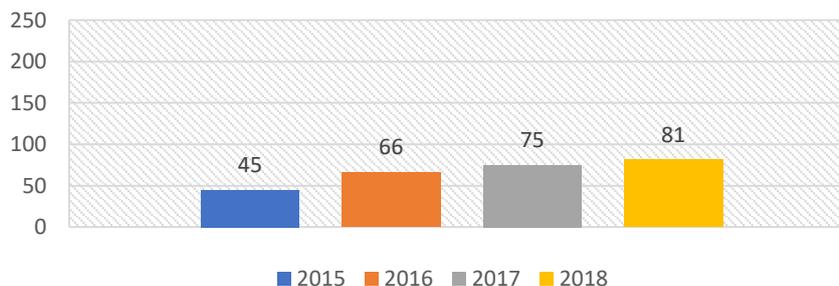
Gráfico 49
Valor total executado por ano
Litoral Norte -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passando de 45 em 2015 para 81, em 2018 (gráfico 50).

Gráfico 50
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Litoral Norte -2015 a 2018

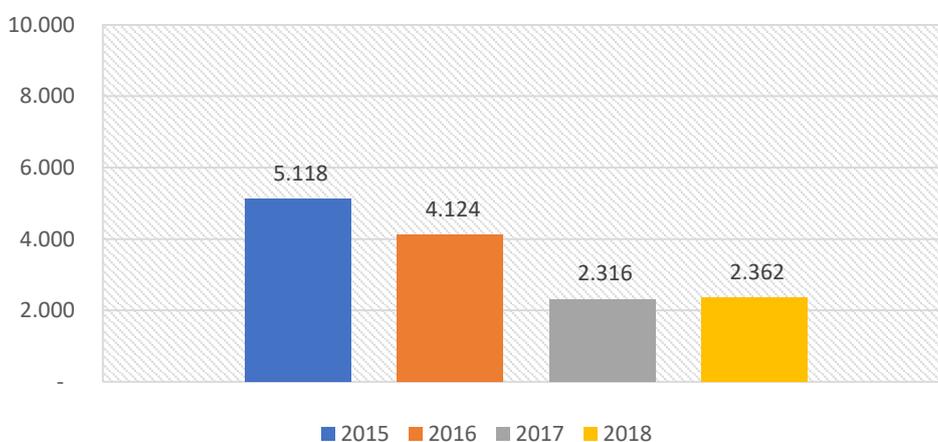


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA na região do Litoral Norte diminuiu no período analisado, passando de 5.118 para 2.362, o equivalente a -53,8%. Em 2018, a o Litoral Leste respondia por 1% dos beneficiários do PAA (Gráfico 51).

A população total da região de planejamento do Litoral Leste era estimada em 390.483, em 2014, segundo dados do IPECE, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 0,1% da população da região.

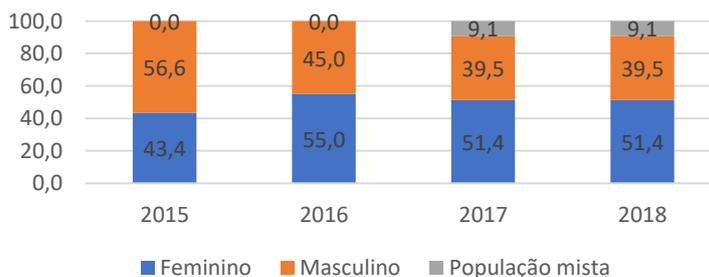
Gráfico 51
Número total de beneficiários do PAA
Litoral Norte -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 51,4% dos beneficiários eram do sexo feminino, 39,5%, do masculino e 9,1% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 52).

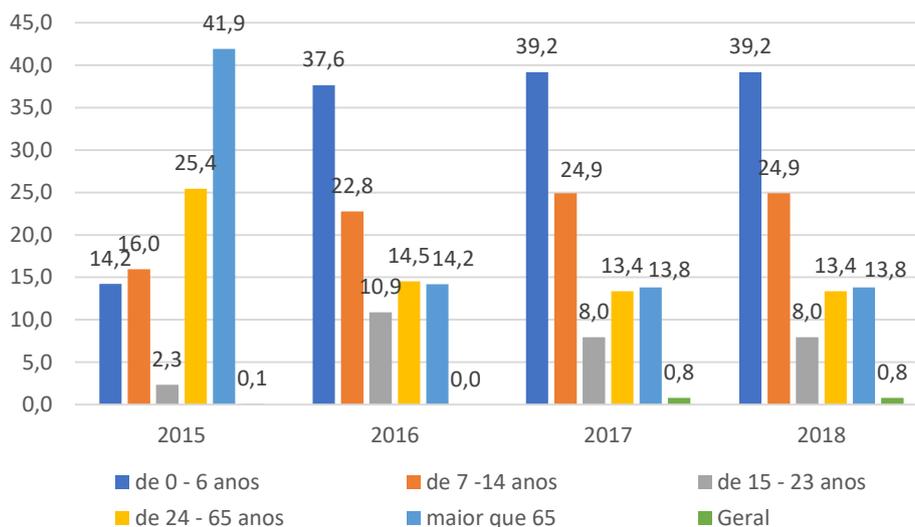
Gráfico 52
Distribuição dos beneficiários por sexo
Litoral Norte – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, os mais jovens foram os mais beneficiados pelo PAA, 39,2% tinham entre 0 e 6 anos e 24,9 %, entre 7 e 14 anos. Já os beneficiários com mais de 65 anos totalizaram 13,8% (gráfico 53).

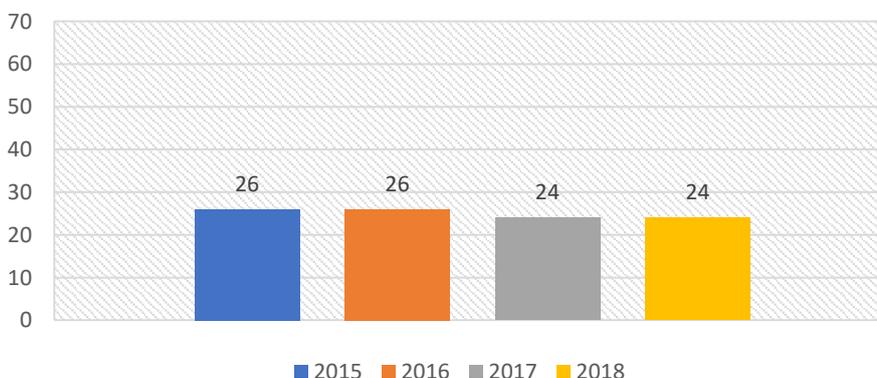
Gráfico 53
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Litoral Norte – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas ficou praticamente estável, segundo os dados da SDA. Em 2015, 26 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 24 (Gráfico 54).

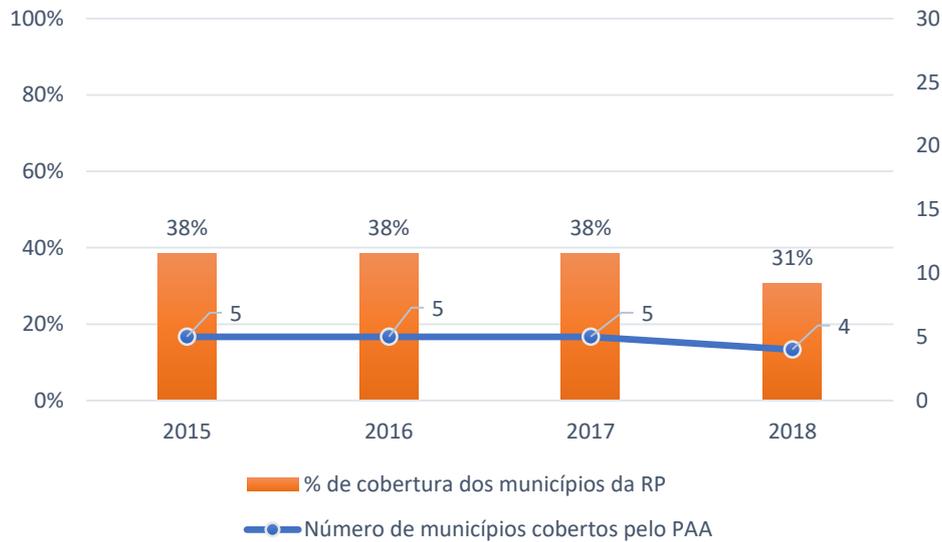
Gráfico 54
Número de entidades atendidas pelo PAA
Litoral Norte – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Na região do Litoral Norte, 31% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios passou de 5 para 4 (gráfico 55).

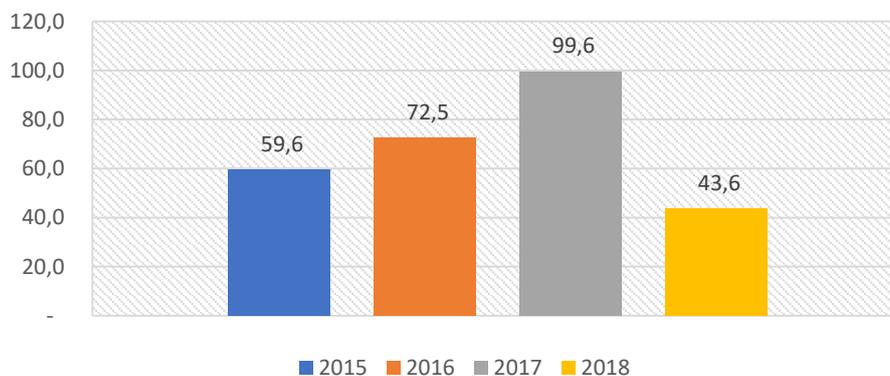
Gráfico 55
Número de municípios atendidos pelo PAA
Litoral Norte – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

No Litoral Norte, 31 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 59,6 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 43,6 toneladas (gráfico 56).

Gráfico 56
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Litoral Norte – 2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Litoral Oeste/Vale do Curu

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Litoral Oeste/Vale do Curu em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 620.894,60, e passou para R\$ 287.268,80, em 2018, uma queda de -53,7%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 57).

A região do Litoral Oeste/Vale do Curu recebeu 4,9% do total executado no Ceará em 2015, 5,4% em 2016, 5,7% em 2017 e 5,3% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

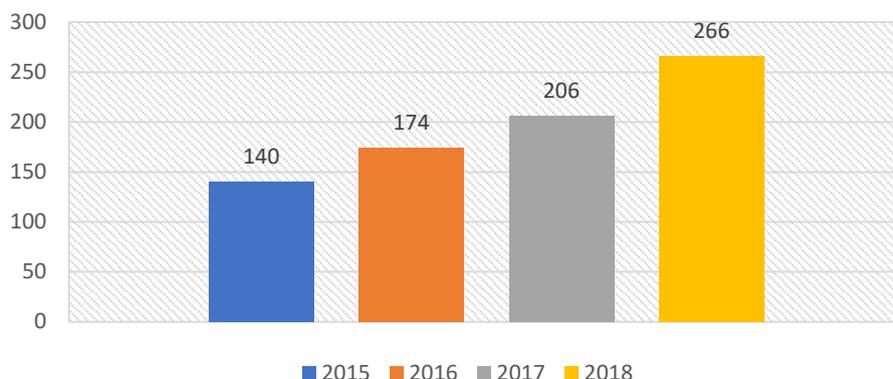
Gráfico 57
Valor total executado por ano
Litoral Oeste/Vale do Curu -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passou de 140 em 2015 para 266, em 2018 (gráfico 58).

Gráfico 58
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Litoral Oeste/Vale do Curu -2015 a 2018

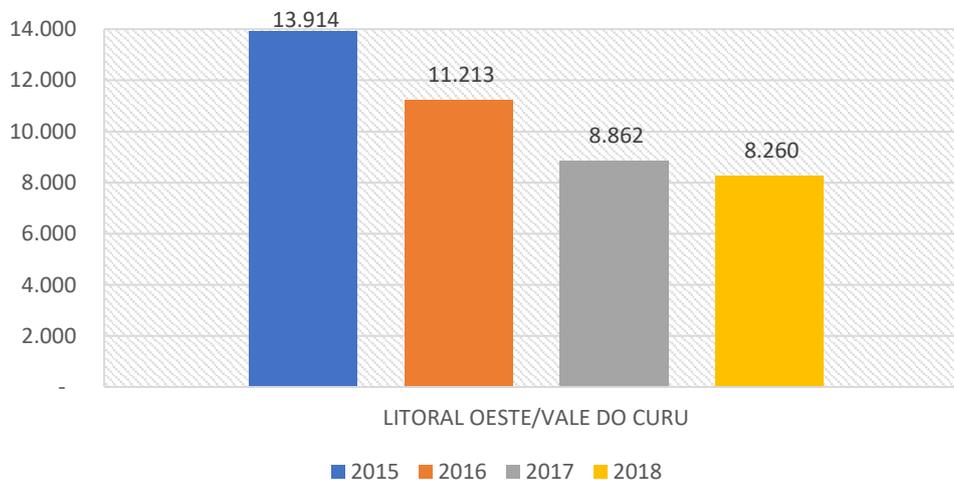


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA na região do Litoral Oeste/Vale do Curu diminuiu no período analisado, passou de 13.914 para 8.260, o equivalente a -40,6%. Em 2018, a região do Litoral Oeste/Vale do Curu respondia por 5% dos beneficiários do PAA (Gráfico 59).

A população total da região de planejamento do Litoral Oeste/Vale do Curu era estimada em 384.592, em 2014, segundo dados do IPECE, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 2,1% da população da região.

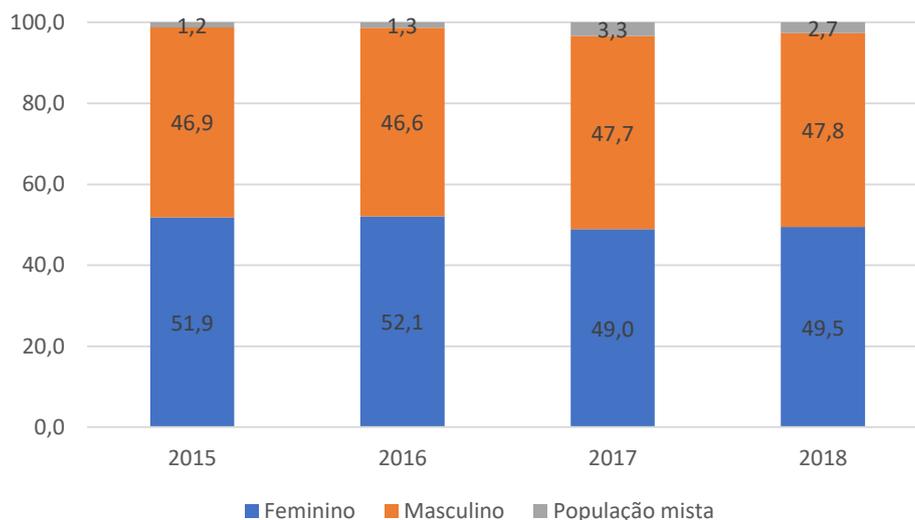
Gráfico 59
Número total de beneficiários do PAA
Litoral Oeste/Vale do Curu -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 49,5% dos beneficiários eram do sexo feminino, 47,8%, do masculino e 2,7% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 60).

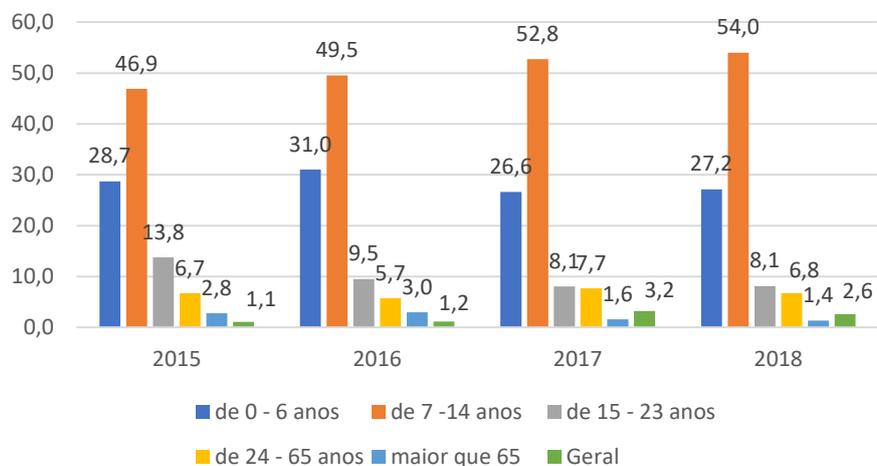
Gráfico 60
Distribuição dos beneficiários por sexo
Litoral Oeste/Vale do Curu – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 54,0% dos beneficiários tinham entre 7 e 14 anos e 27,2% entre 0 e 6 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 1,4% do total (gráfico 61).

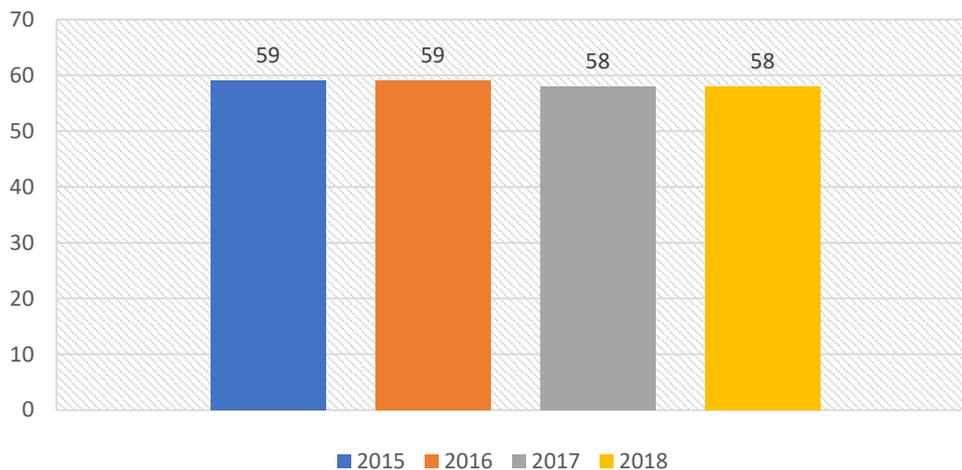
Gráfico 61
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Litoral Oeste/Vale do Curu – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas ficou praticamente estável, segundo os dados da SDA. Em 2015, 59 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 58 (Gráfico 62).

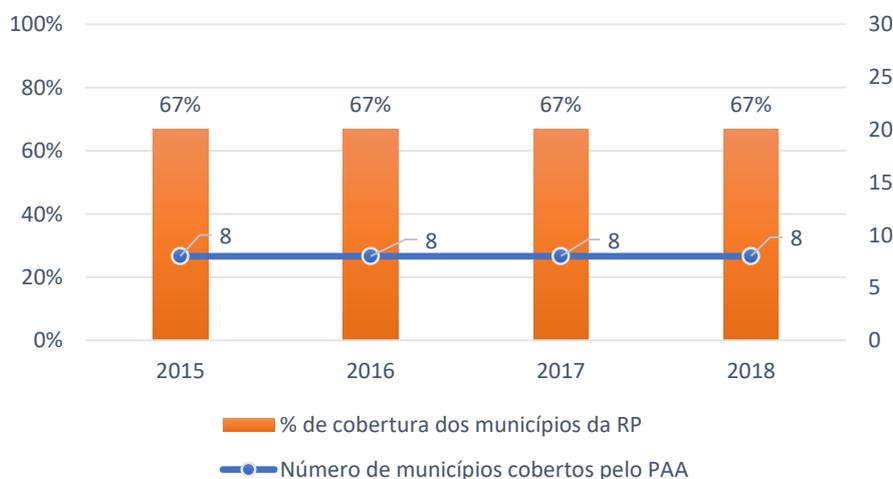
Gráfico 62
Número de entidades atendidas pelo PAA
Litoral Oeste/Vale do Curu – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
Elaboração: DIEESE

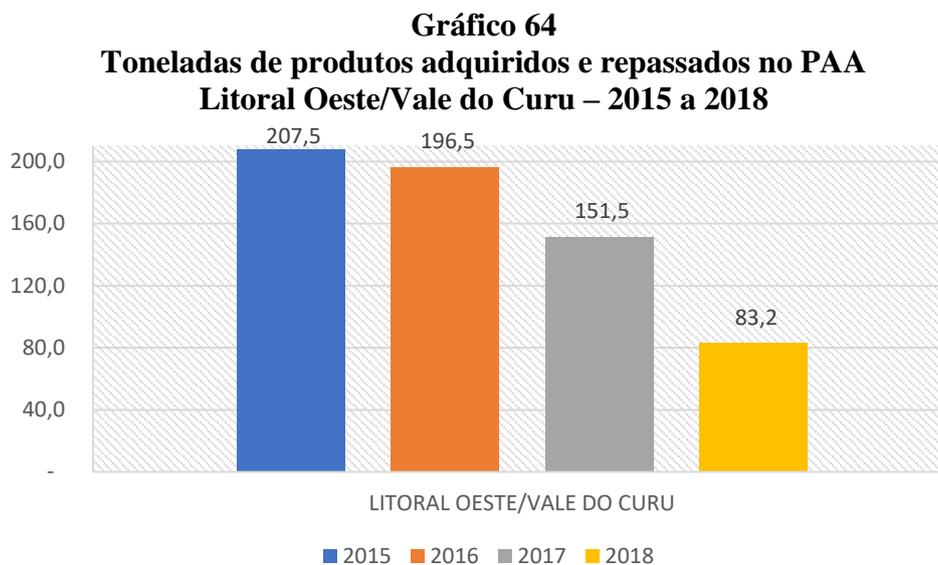
Na região do Litoral Oeste/Vale do Curu, 67% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos ficou em estável em 8 (gráfico 63)

Gráfico 63
Número de municípios atendidos pelo PAA
Litoral Oeste/Vale do Curu – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

No Litoral Oeste/Vale do Curu, 48 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 207,5 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 83,2 toneladas, representando uma queda de -59,9% (gráfico 64).



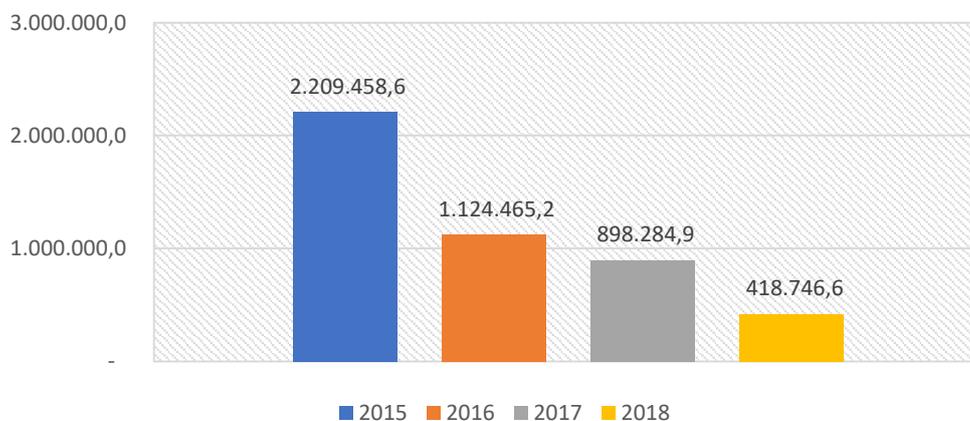
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Maciço de Baturité

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Maciço de Baturité em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 2.209.458,60, e passou para R\$ 418.746,60, em 2018, uma queda de -81,0%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 65).

A região do Maciço de Baturité recebeu 17,4% do total executado no Ceará em 2015, 9,0% em 2016, 7,6% em 2017 e 7,7% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

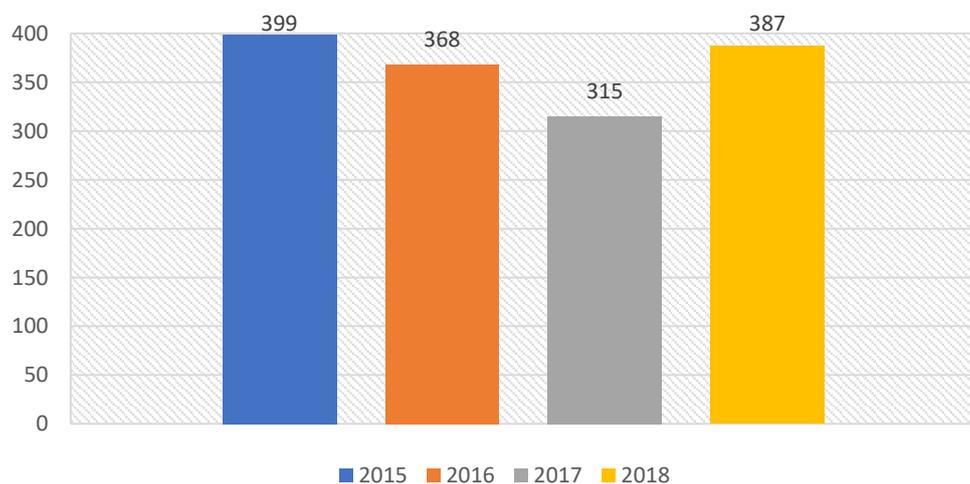
Gráfico 65
Valor total executado por ano
Maciço de Baturité -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA diminuiu entre 2015 e 2018, passando de 399 em 2015 para 387 em 2018 (gráfico 66).

Gráfico 66
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Maciço de Baturité -2015 a 2018



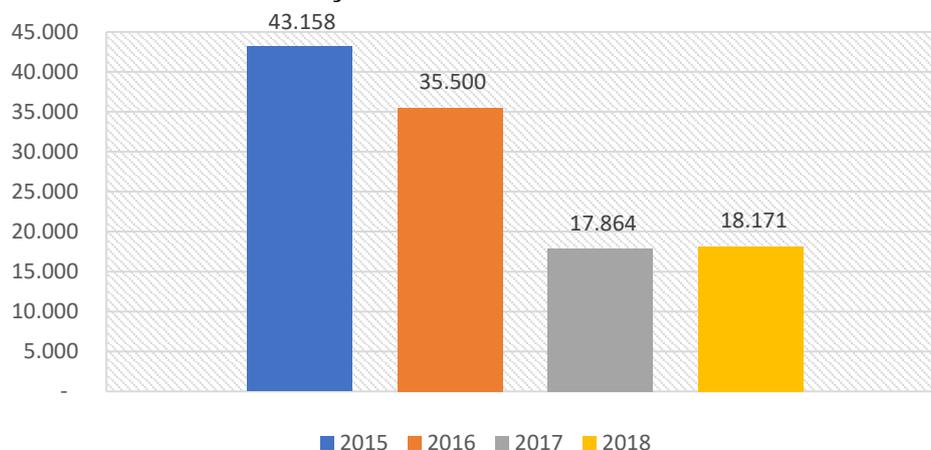
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA na região do Maciço de Baturité diminuiu no período analisado, passando de 43.158 para 18.171, o equivalente a

-57,9%. Em 2018, o Maciço do Baturité respondia por 10,0% dos beneficiários do PAA (Gráfico 67).

A população total da região de planejamento do Maciço de Baturité era estimada em 238.977, em 2014, segundo dados do IPECE, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 7,6% da população da região.

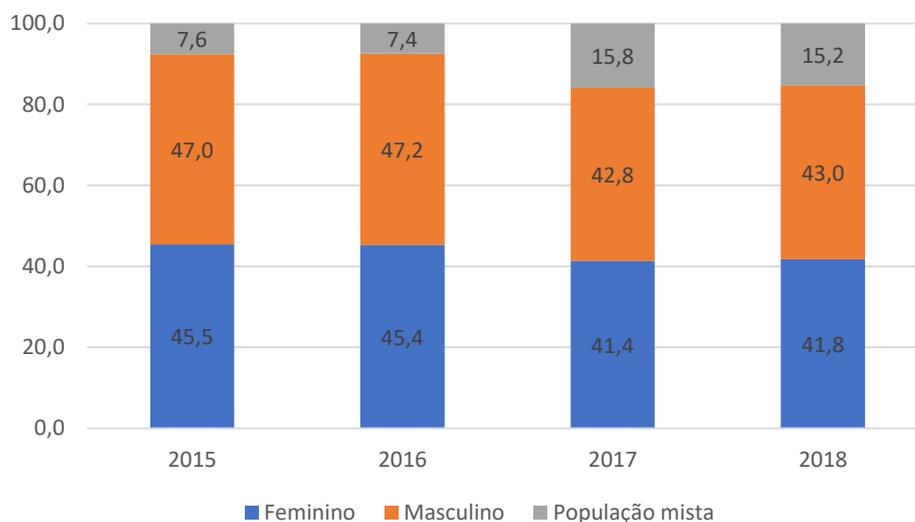
Gráfico 67
Número total de beneficiários do PAA
Maciço de Baturité -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 41,8% dos beneficiários eram do sexo feminino, 43,0%, do masculino e 15,2% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 68).

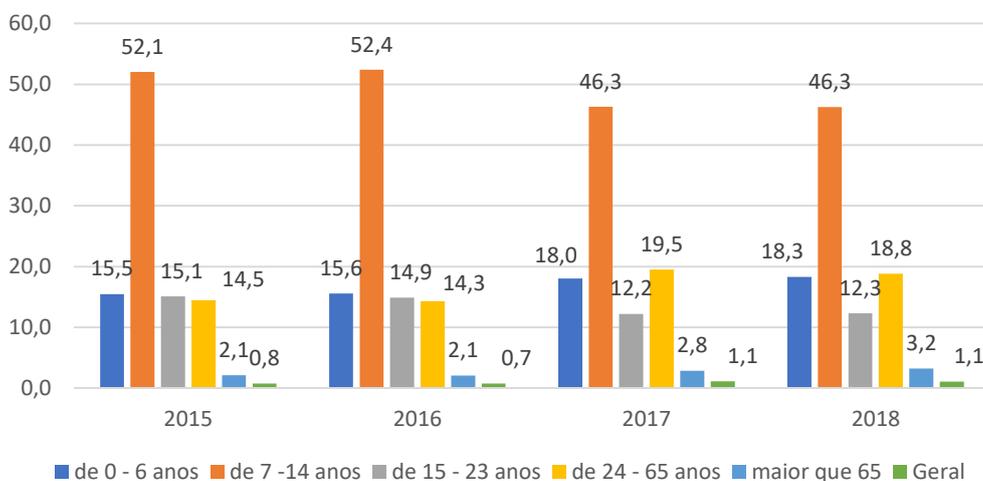
Gráfico 68
Distribuição dos beneficiários por sexo
Maciço do Baturité – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 46,3% dos beneficiários tinham entre 7 e 14 anos, 18,8% entre 24 e 65 anos e 18,3% entre 0 e 6 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 3,2% do total (gráfico 69).

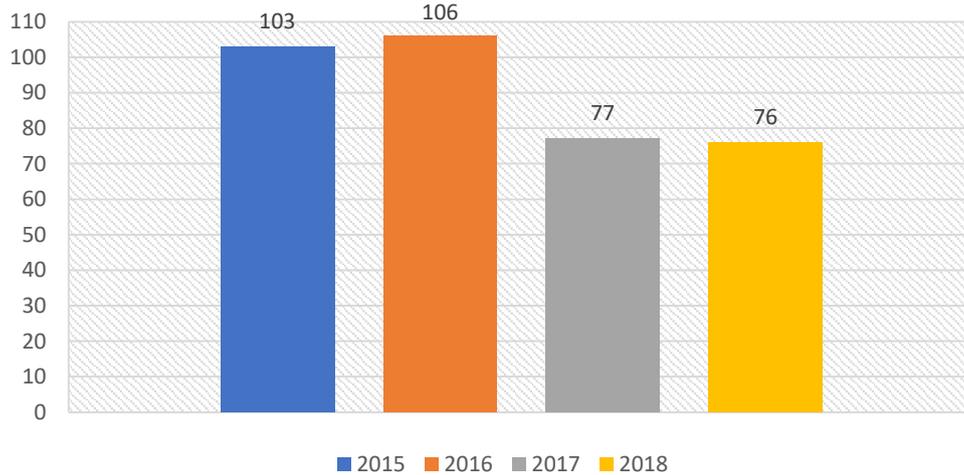
Gráfico 69
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Maciço de Baturité – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas diminuiu, segundo os dados da SDA. Em 2015, 103 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 76. (Gráfico 70).

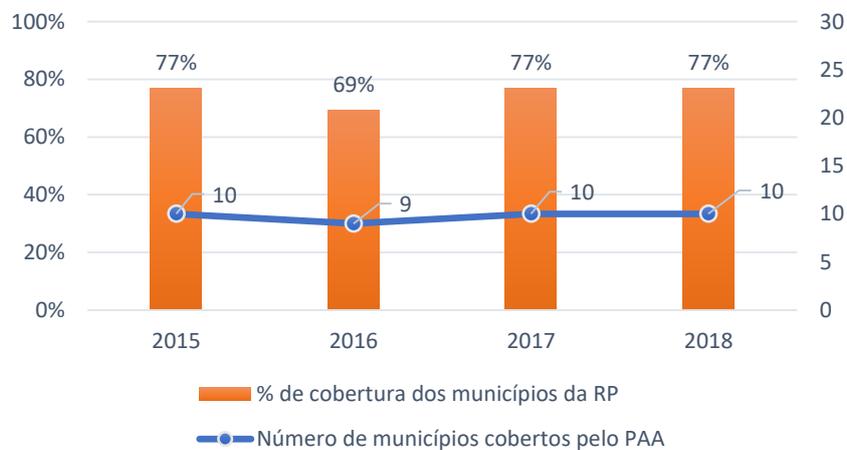
Gráfico 70
Número de entidades atendidas pelo PAA
Maciço de Baturité – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

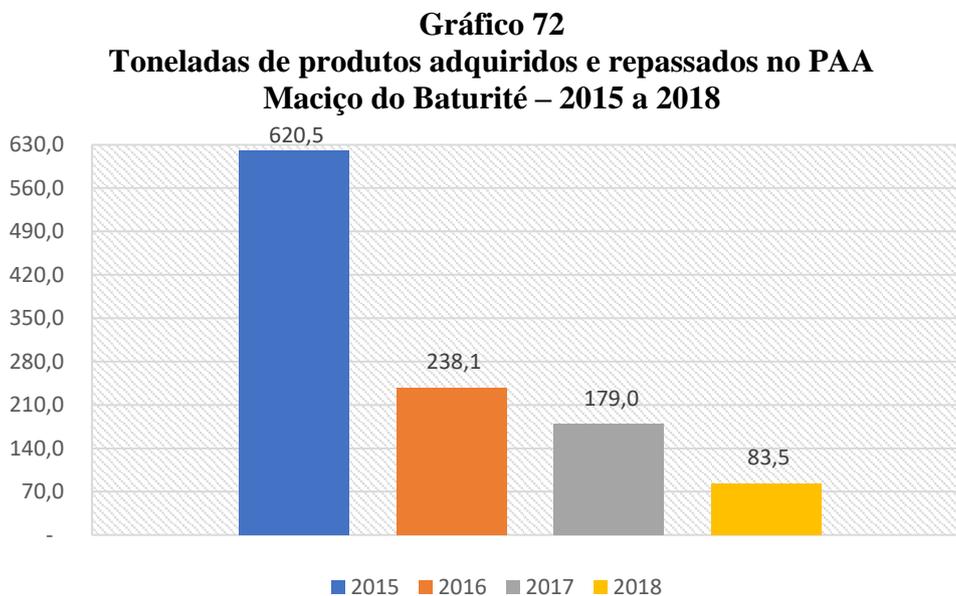
Na região do Maciço de Baturité, 77% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos ficou em estável em 10 (gráfico 71).

Gráfico 71
Número de municípios atendidos pelo PAA
Maciço do Baturité – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

No Maciço de Baturité, 63 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 620,5 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 83,5 toneladas, representando uma queda significativa de -86,5% (gráfico 72).



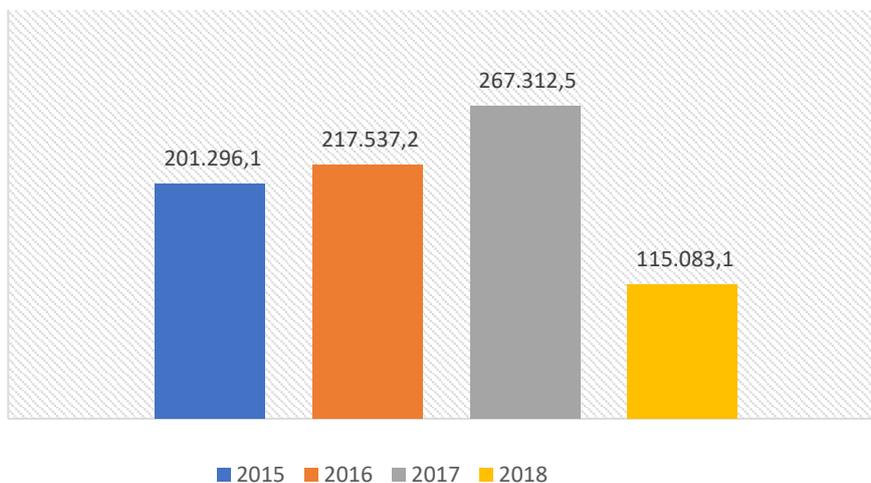
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento da Serra da Ibiapaba

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região da Serra da Ibiapaba em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 201.296,10, e passou para R\$ 115.083,10, em 2018, uma queda de -42,8%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 73).

A região da Serra da Ibiapaba recebeu 1,6% do total executado no Ceará em 2015, 1,7% em 2016, 2,3% em 2017 e 2,1% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

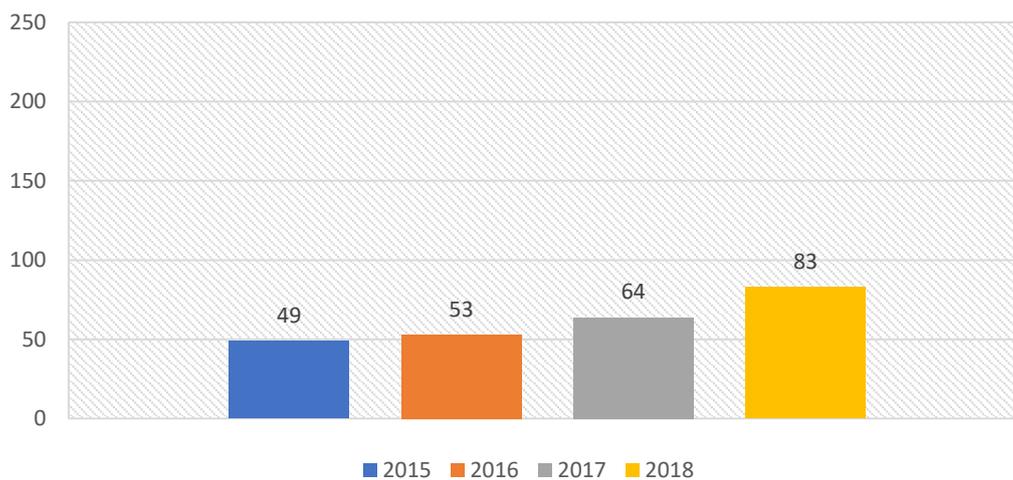
Gráfico 73
Valor total executado por ano
Serra da Ibiapaba -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passou de 49 em 2015 para 83 em 2018 (gráfico 74).

Gráfico 74
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Serra da Ibiapaba -2015 a 2018

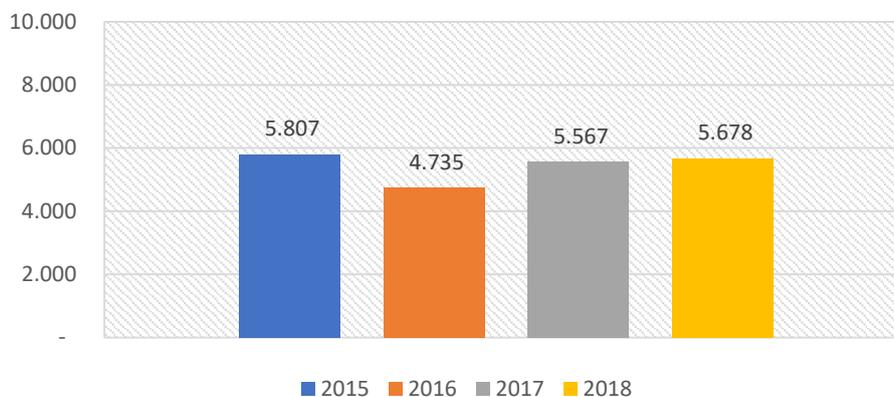


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA na região da Serra da Ibiapaba diminuiu ligeiramente no período analisado, passou de 5.807 para 5.678, o equivalente a -2,2%. Em 2018, o Maciço de Baturité respondia por 3,0% dos beneficiários do PAA (Gráfico 75).

A população total da região de planejamento da Serra da Ibiapaba era estimada em 350.423, em 2014, segundo dados do IPECE, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 1,6% da população da região.

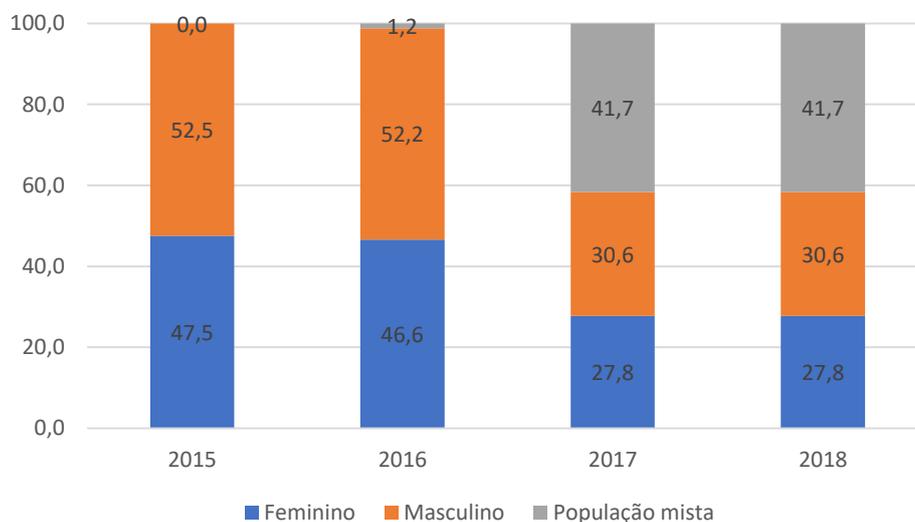
Gráfico 75
Número total de beneficiários do PAA
Serra da Ibiapaba -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 27,8% dos beneficiários eram do sexo feminino, 30,6%, do masculino e 41,7% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 76).

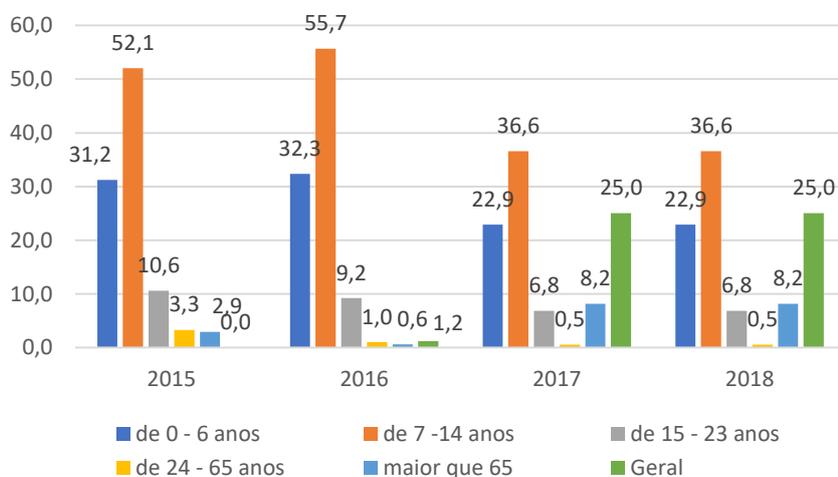
Gráfico 76
Distribuição dos beneficiários por sexo
Serra da Ibiapaba – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, cerca de 60% dos beneficiários tinham até 14 anos: 36,6% tinham entre 7 e 14 anos e 22,9% entre 0 e 6 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 8,2% do total (gráfico 77).

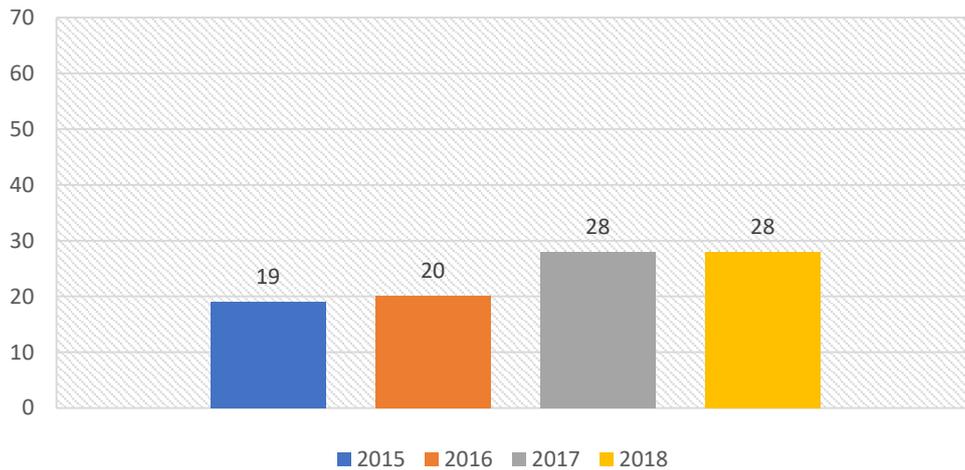
Gráfico 77
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Serra da Ibiapaba – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas aumentou, segundo os dados da SDA. Em 2015, 19 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 28. (Gráfico 78).

Gráfico 78
Número de entidades atendidas pelo PAA
Serra da Ibiapaba – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Na região da Serra da Ibiapaba, 44% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos passou de 2 para 4 (gráfico 79).

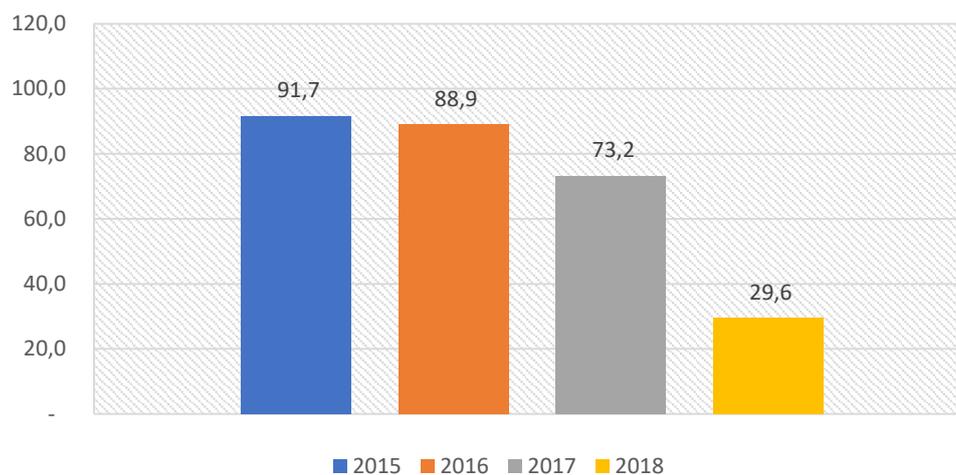
Gráfico 79
Número de municípios atendidos pelo PAA
Serra da Ibiapaba – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

Na Serra da Ibiapaba, 34 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 91,7 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 29,6 toneladas, representando uma queda de -67,7% (gráfico 80).

Gráfico 80
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Serra da Ibiapaba – 2015 a 2018



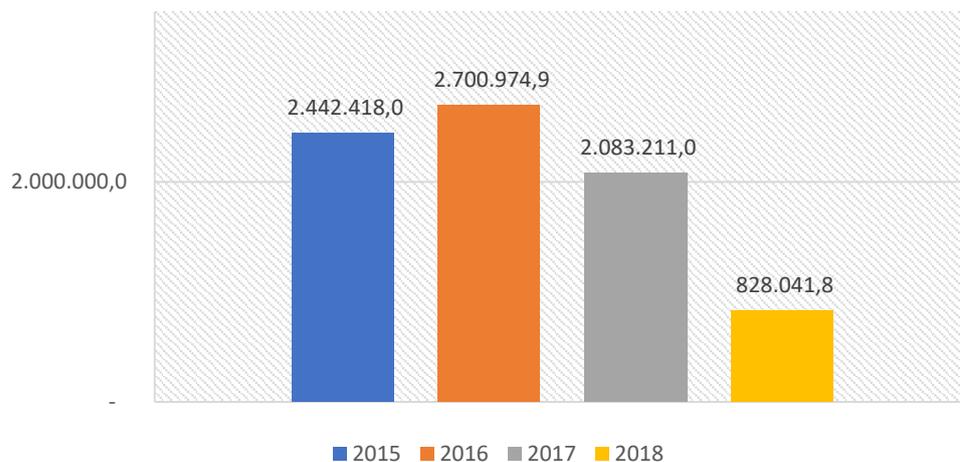
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Sertão Central

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Sertão Central em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 2.442.418,00, e passou para R\$ 828.041,80, em 2018, uma queda de -66,1%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 81).

A região do Sertão Central recebeu 19,2% do total executado no Ceará em 2015, 21,7% em 2016, 17,6% em 2017 e 15,2% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

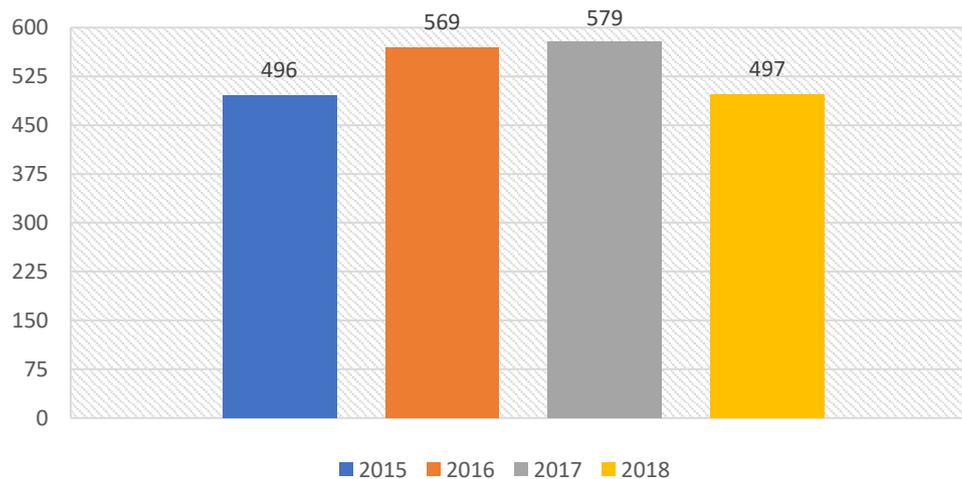
Gráfico 81
Valor total executado por ano
Sertão Central -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA quase não variou entre 2015 e 2018, passou de 496 em 2015 para 497 em 2018 (gráfico 82).

Gráfico 82
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Sertão Central -2015 a 2018

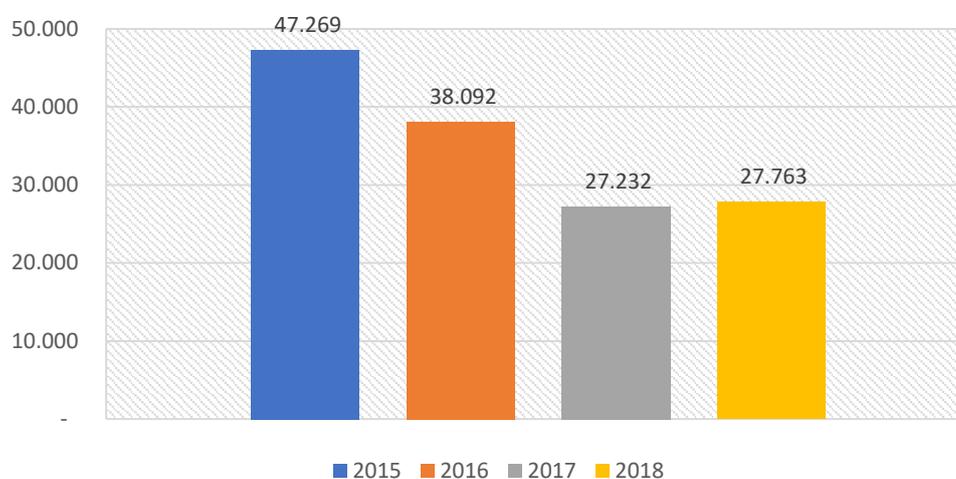


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Assim como no Ceará, o número de beneficiários do PAA na região do Sertão Central diminuiu no período analisado, passou de 47.269 para 27.763, o equivalente a -41,3%. Em 2018, o Sertão Central respondia por 16,0% dos beneficiários do PAA (Gráfico 83).

A população total da região de planejamento do Sertão Central era estimada em 387.164, em 2014, segundo dados do IPECE. Se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado 7,0% da população da região.

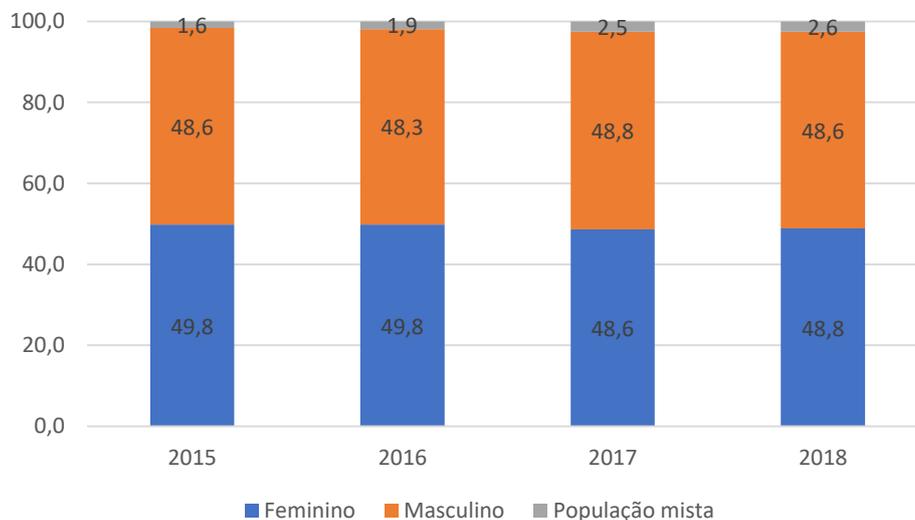
Gráfico 83
Número total de beneficiários do PAA
Sertão Central -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 48,8% dos beneficiários eram do sexo feminino, 48,6%, do masculino e 2,6% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 84).

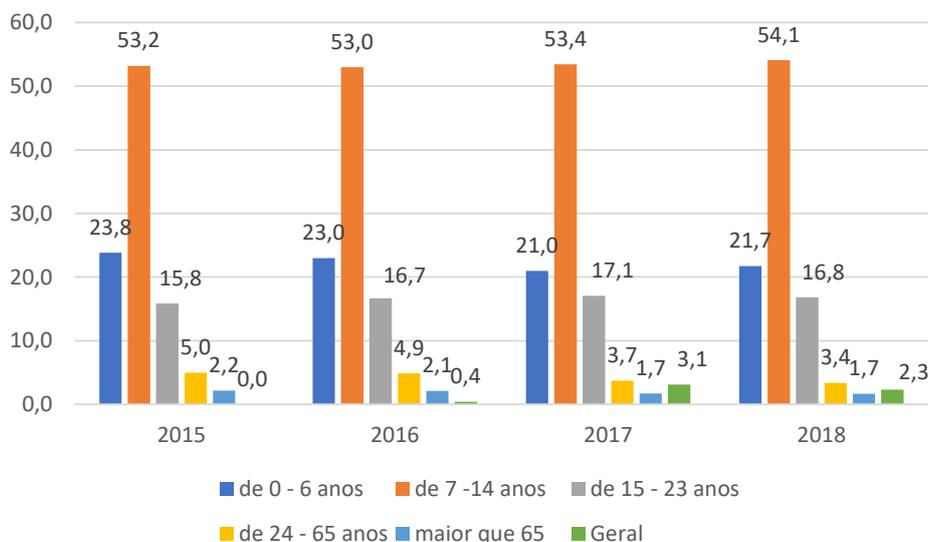
Gráfico 84
Distribuição dos beneficiários por sexo
Sertão Central – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 54,1% dos beneficiários tinham entre 7 e 14 anos e 21,7% entre 0 e 6 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 1,7% do total (gráfico 85).

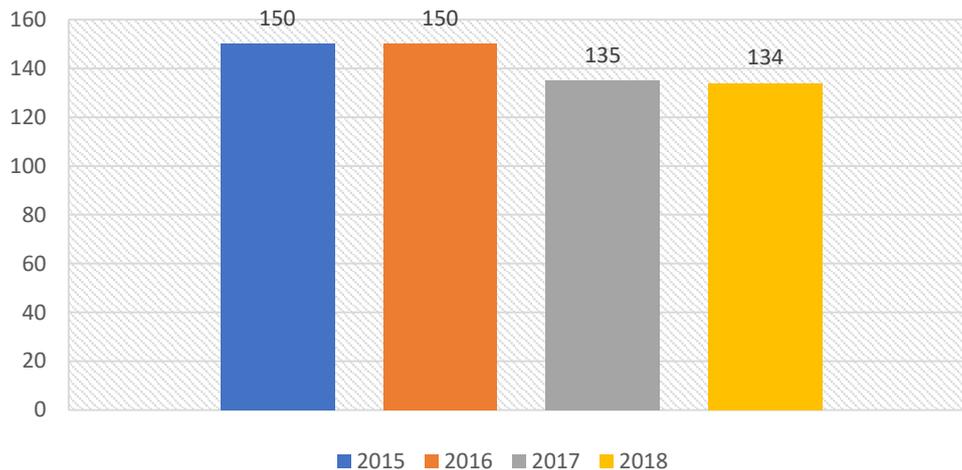
Gráfico 85
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Sertão Central – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas diminuiu, segundo os dados da SDA. Em 2015, 150 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 134. (Gráfico 86).

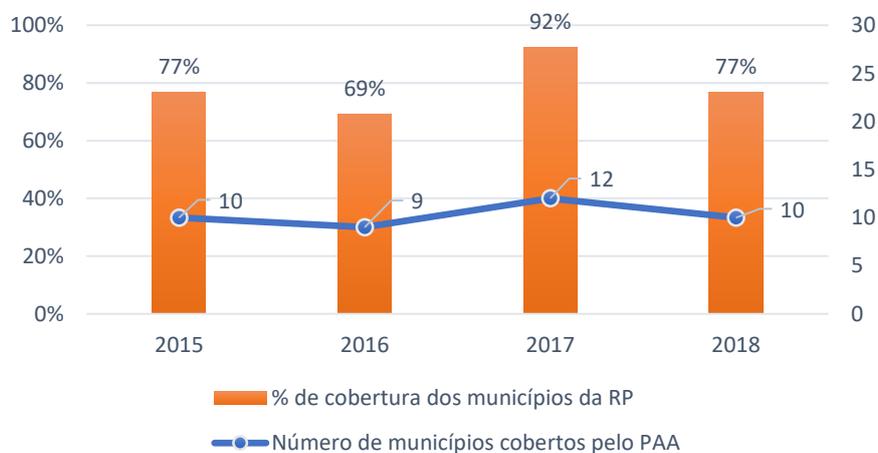
Gráfico 86
Número de entidades atendidas pelo PAA
Sertão Central – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
Elaboração: DIEESE

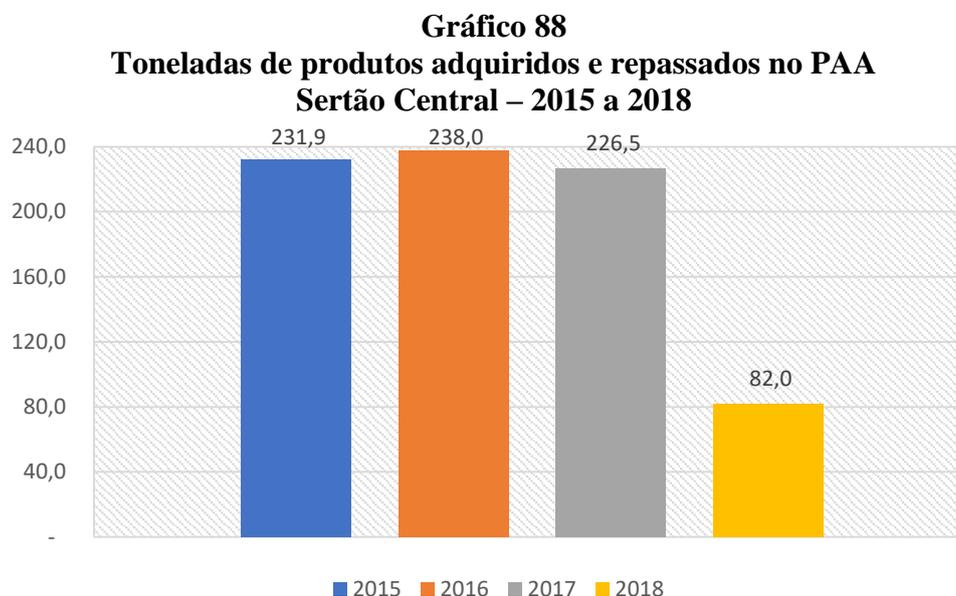
Na região do Sertão Central, 77% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos ficou estável em 10 (gráfico 87).

Gráfico 87
Número de municípios atendidos pelo PAA
Sertão Central – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

No Sertão Central, 59 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas cerca de 231,9 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 82,0 toneladas, equivalente a uma queda de -64,6% (gráfico 88).



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Sertão de Canindé

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Sertão de Canindé em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 142.468,60, e passou para R\$ 129.712,20, em 2018, uma queda de -9,0%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 89).

A região do Sertão de Canindé recebeu 1,1% do total executado no Ceará em 2015, 1,2% em 2016, 2,2% em 2017 e 2,4% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

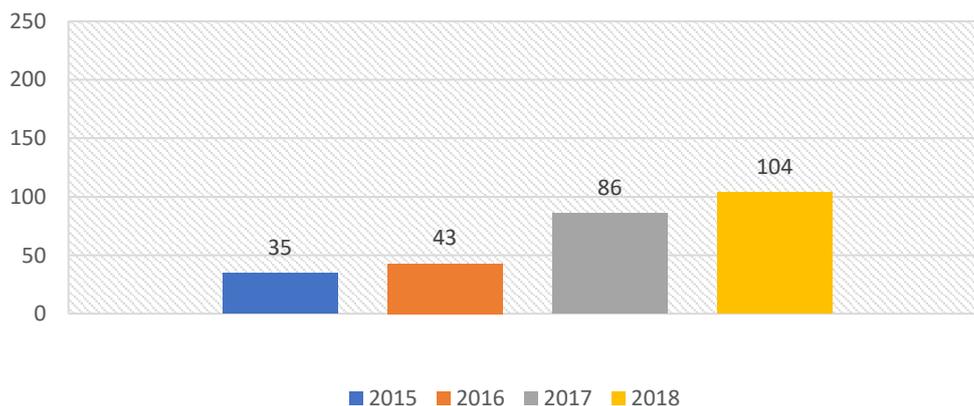
Gráfico 89
Valor total executado por ano
Sertão de Canindé -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passou de 35 em 2015 para 104 em 2018 (gráfico 90).

Gráfico 90
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Sertão de Canindé -2015 a 2018



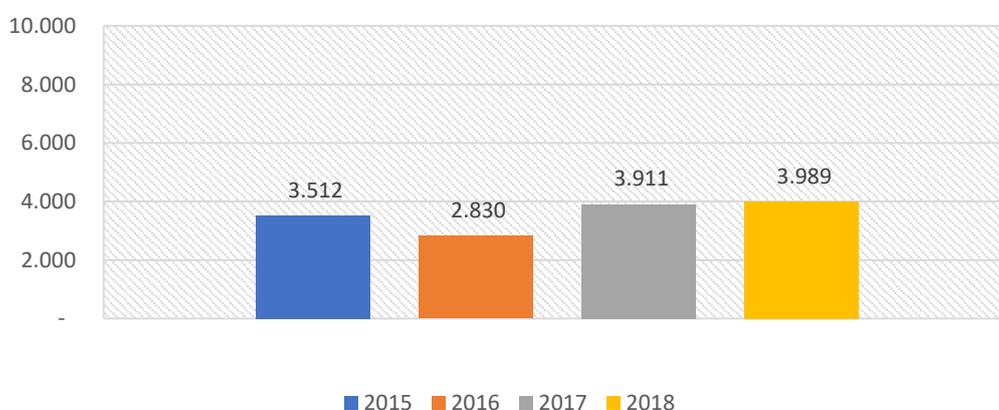
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Ao contrário do Ceará, o número de beneficiários do PAA na região do Sertão de Canindé aumentou no período analisado, passou de 3.512 para 3.989, o equivalente a um

crescimento de 13,5%. Em 2018, o Sertão Central respondia por 2,0% dos beneficiários do PAA (Gráfico 91).

A população total da região de planejamento do Sertão de Canindé era estimada em 202.808, em 2014, segundo dados do IPECE, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado quase 2,0% da população da região.

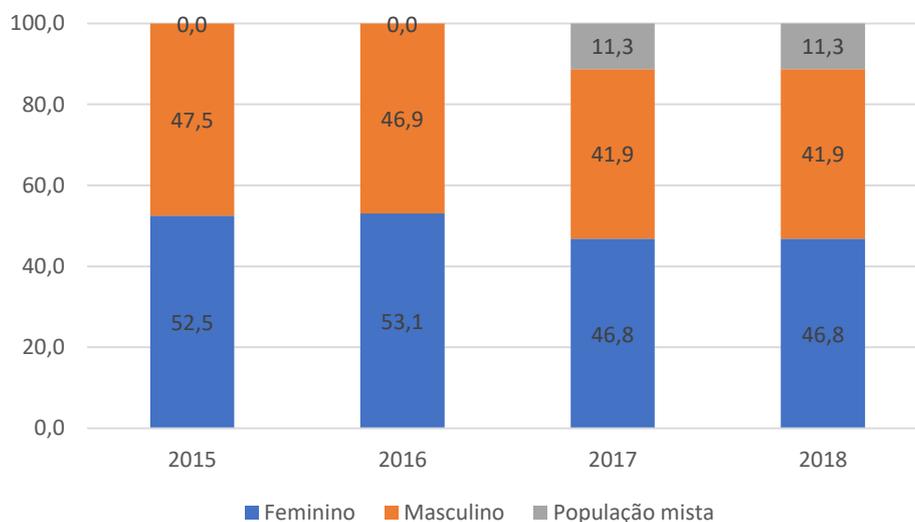
Gráfico 91
Número total de beneficiários do PAA
Sertão de Canindé -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 46,8% dos beneficiários eram do sexo feminino, 41,9%, do masculino e 11,3% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 92).

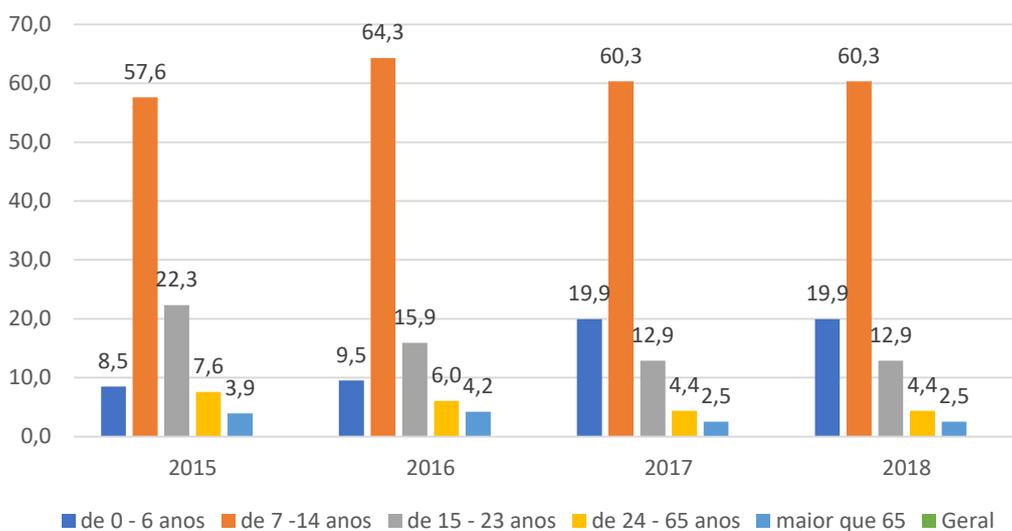
Gráfico 92
Distribuição dos beneficiários por sexo
Sertão de Canindé – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 60,3% dos beneficiários tinham entre 7 e 14 anos e 19,9% entre 0 e 6 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 2,5% do total (gráfico 93).

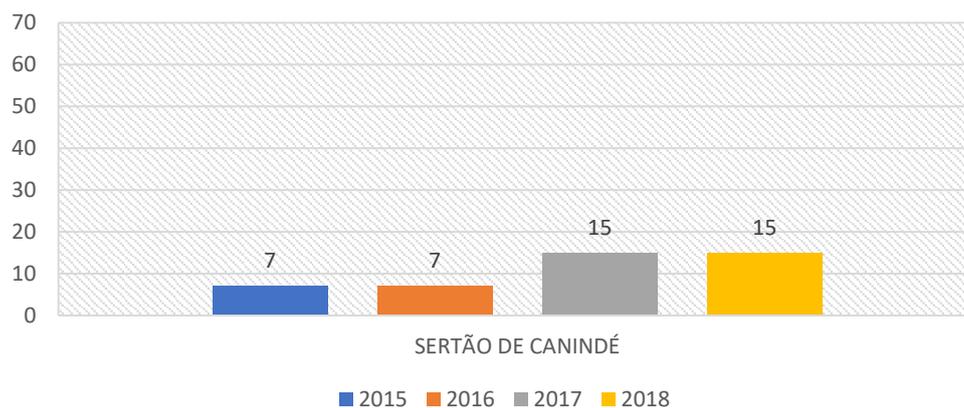
Gráfico 93
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Sertão de Canindé – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas aumentou, segundo os dados da SDA. Em 2015, 7 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 15. (Gráfico 94).

Gráfico 94
Número de entidades atendidas pelo PAA
Sertão de Canindé – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
Elaboração: DIEESE

Na região do Sertão de Canindé, 50% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos passou de 2 para 3 (gráfico 95).

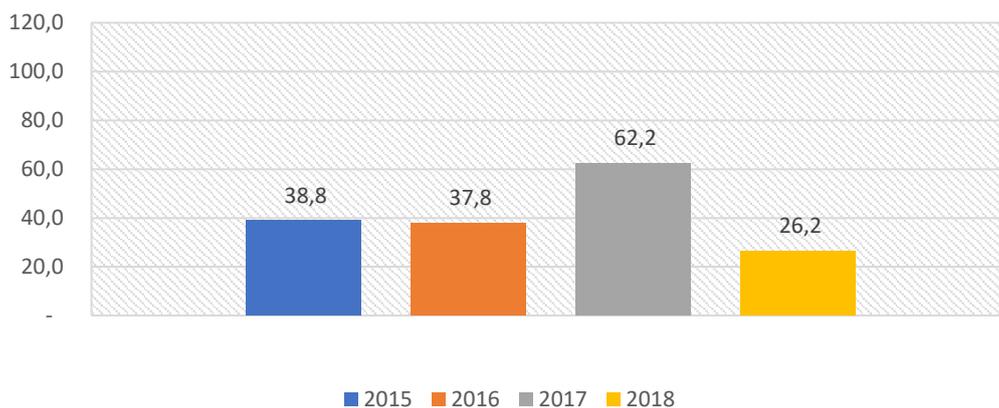
Gráfico 95
Número de municípios atendidos pelo PAA
Sertão de Canindé – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

No Sertão de Canindé, 34 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 38,8 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 26,2 toneladas (gráfico 96)

Gráfico 96
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Sertão de Canindé – 2015 a 2018



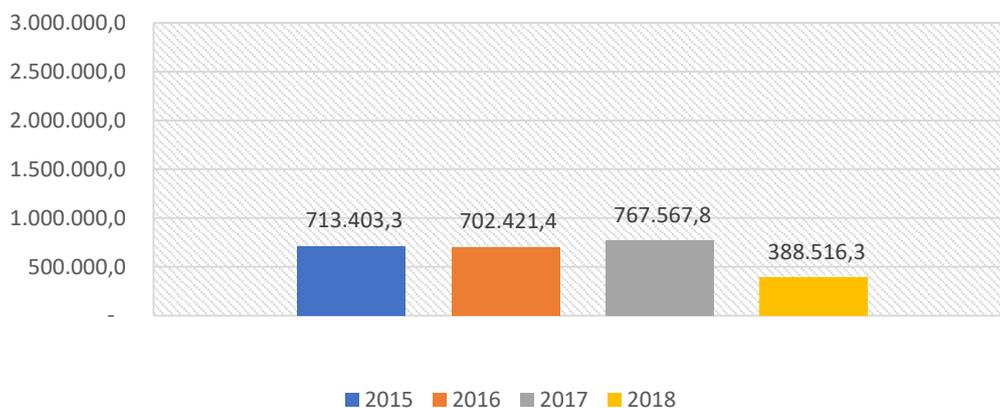
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Sertão de Sobral

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Sertão de Sobral em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 713.403,30, e passou para R\$ 388.516,30, em 2018, uma queda de -45,5%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 97).

A região do Sertão de Sobral recebeu 5,6% do total executado no Ceará em 2015, 5,7% em 2016, 6,5% em 2017 e 7,1% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

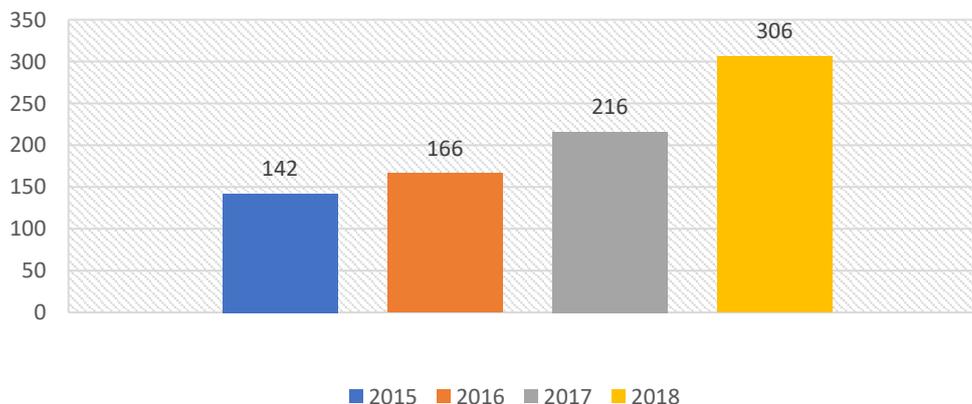
Gráfico 97
Valor total executado por ano
Sertão de Sobral -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passou de 142 em 2015 para 306 em 2018 (gráfico 98).

Gráfico 98
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Sertão de Sobral -2015 a 2018

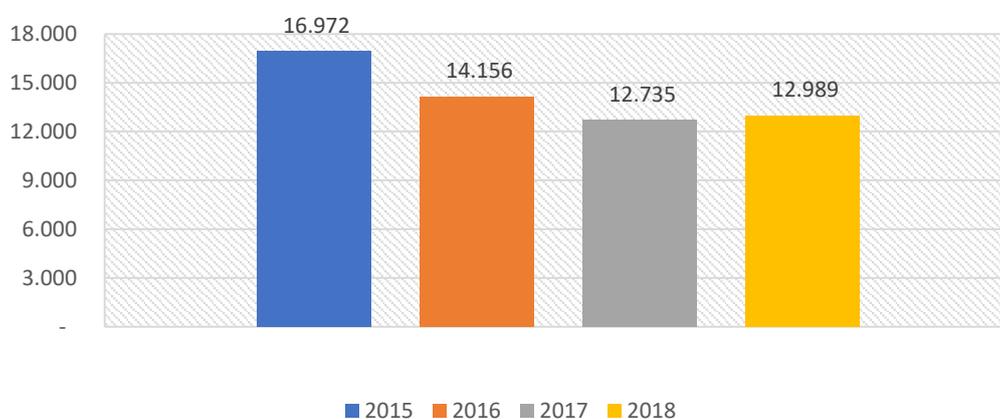


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de beneficiários do PAA na região do Sertão de Sobral diminuiu no período analisado, passou de 16.972 para 12.989, o equivalente a -23,5%. Em 2018, o Sertão Central respondia por 16,0% dos beneficiários do PAA (Gráfico 99).

A população total da região de planejamento do Sertão de Sobral era estimada em 482.399, em 2014, segundo dados do IPECE, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado cerca de 2,7% da população da região.

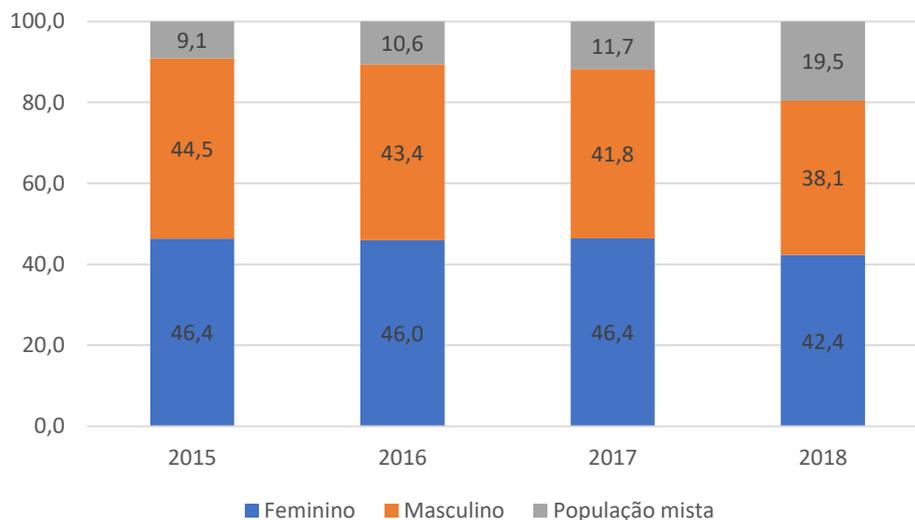
Gráfico 99
Número total de beneficiários do PAA
Sertão de Sobral -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 42,4% dos beneficiários eram do sexo feminino, 38,1%, do masculino e 19,5% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 100).

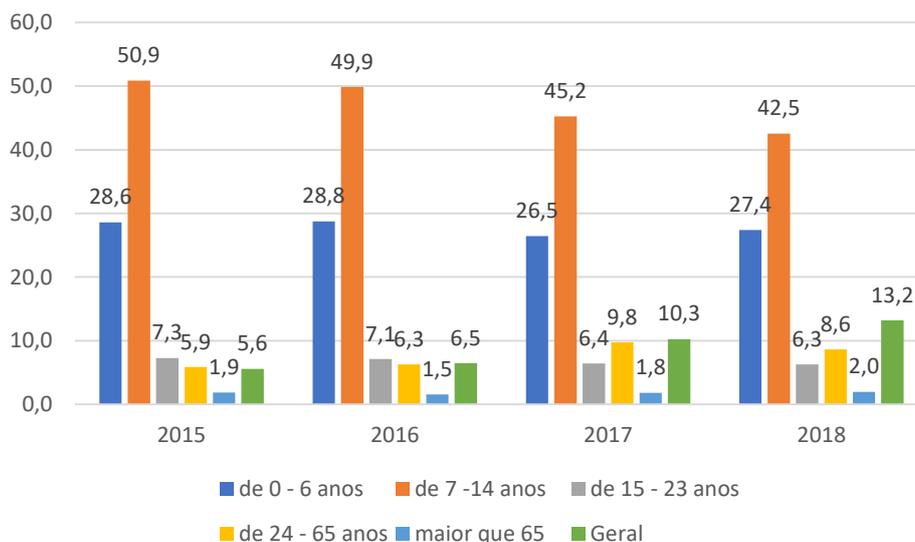
Gráfico 100
Distribuição dos beneficiários por sexo
Sertão de Sobral – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 42,5% dos beneficiários tinham entre 7 e 14 anos e 27,4% entre 0 e 6 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 2,0% do total (gráfico 101).

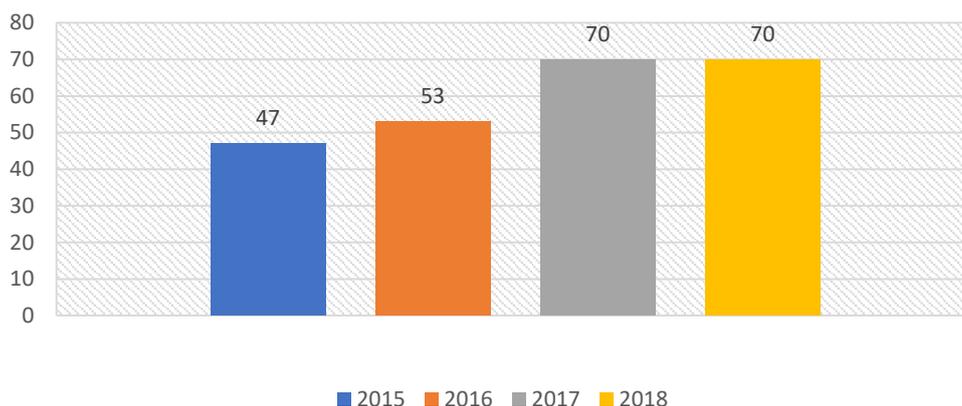
Gráfico 101
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Sertão de Sobral – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas aumentou segundo os dados da SDA. Em 2015, 47 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 70. (Gráfico 102).

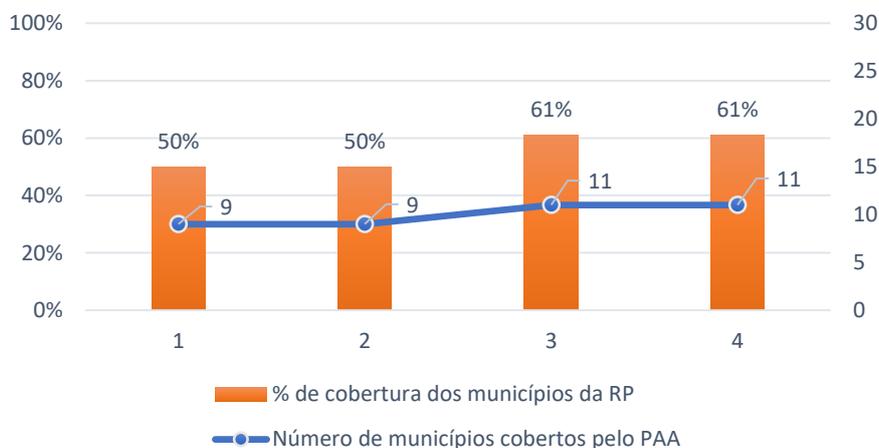
Gráfico 102
Número de entidades atendidas pelo PAA
Sertão de Sobral – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Na região do Sertão de Sobral, 61% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos passou de 9 para 11 (gráfico 103).

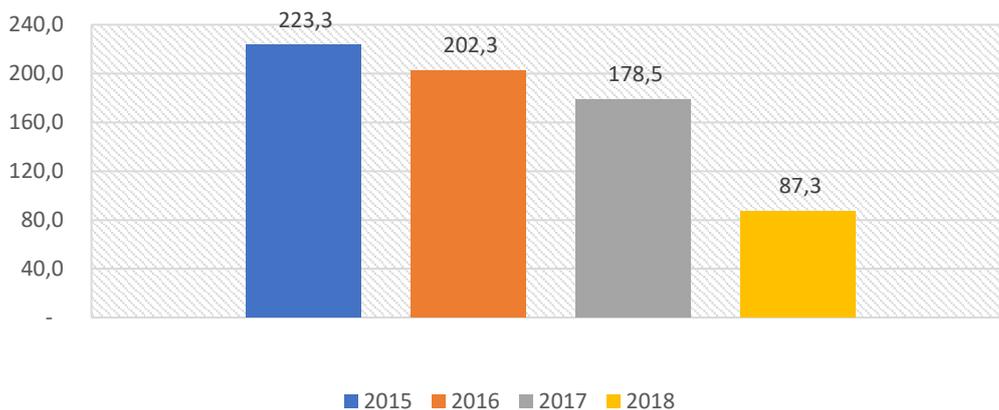
Gráfico 103
Número de municípios atendidos pelo PAA
Sertão de Sobral – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

No Sertão de Sobral, 60 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 5). Foram comercializadas 223,3 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 87,3 toneladas (gráfico 104).

Gráfico 104
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Sertão de Sobral – 2015 a 2018



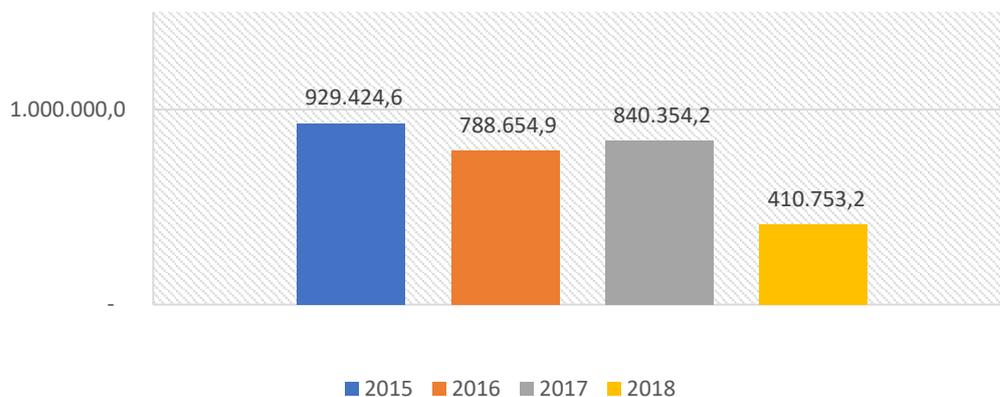
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Sertão dos Crateús

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Sertão dos Crateús em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 929.424,60, e passou para R\$ 410.753,20, em 2018, uma queda de -55,8%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 105).

A região do Sertão dos Crateús recebeu 7,3% do total executado no Ceará em 2015, 6,3% em 2016, 7,1% em 2017 e 7,5% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

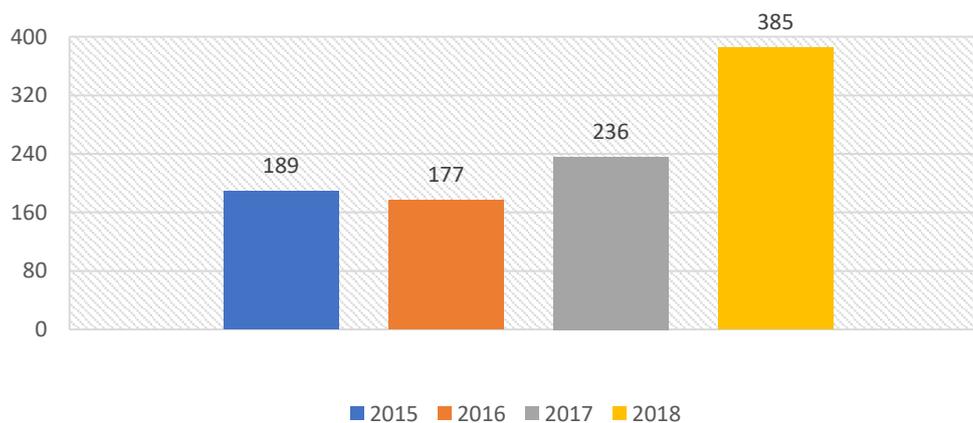
Gráfico 105
Valor total executado por ano
Sertão dos Crateús -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passou de 189 em 2015 para 385 em 2018 (gráfico 106).

Gráfico 106
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Sertão dos Crateús -2015 a 2018

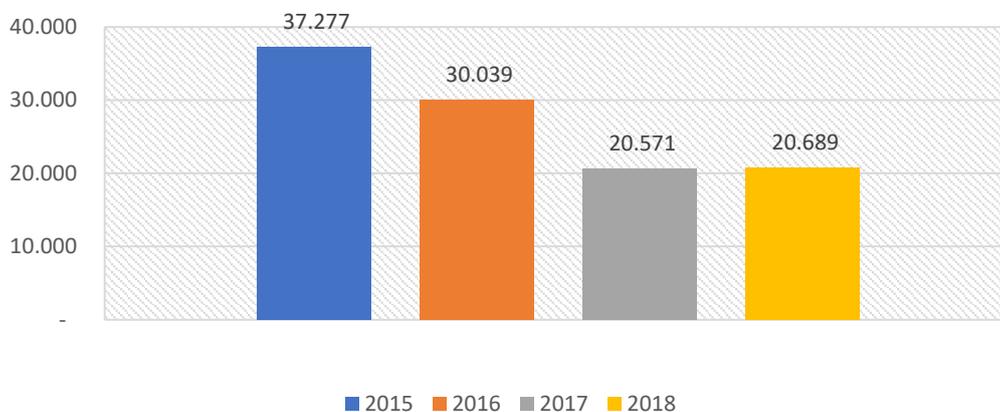


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de beneficiários do PAA na região do Sertão dos Crateús diminuiu no período analisado, passou de 37.277 para 20.689, o equivalente a -44,5%. Em 2018, o Sertão Central respondia por 12,0% dos beneficiários do PAA (Gráfico 107).

A população total da região de planejamento do Sertão dos Crateús era estimada em 348.844, em 2014, segundo dados do IPECE. Se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado cerca de 6,0% da população da região.

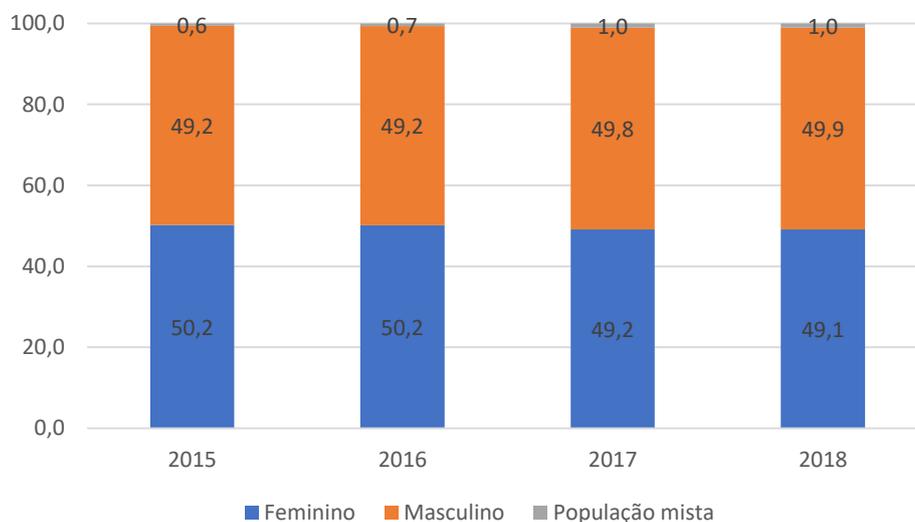
Gráfico 107
Número total de beneficiários do PAA
Sertão dos Crateús -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 49,1% dos beneficiários eram do sexo feminino, 49,9%, do masculino e 1,0% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 108).

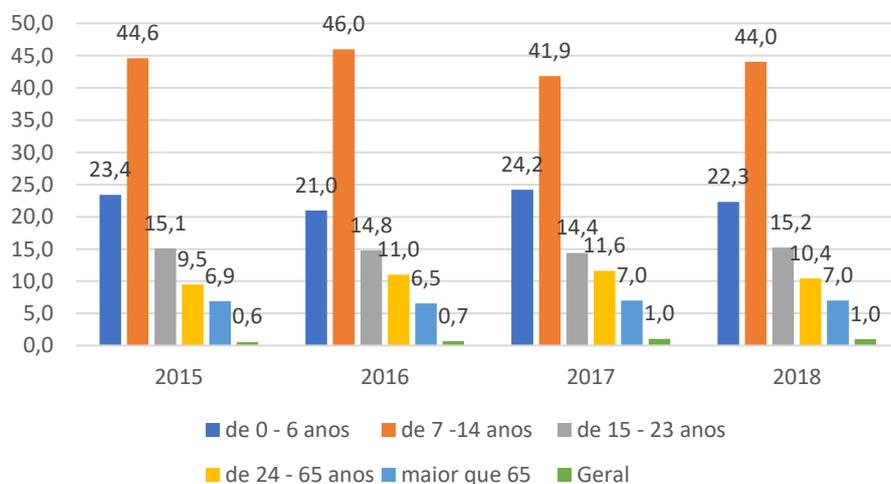
Gráfico 108
Distribuição dos beneficiários por sexo
Sertão dos Crateús – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 44,0% dos beneficiários tinham entre 7 e 14 anos, 22,3% entre 0 e 6 anos e 15,2% entre 15 e 23 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 7,0% do total (gráfico 109).

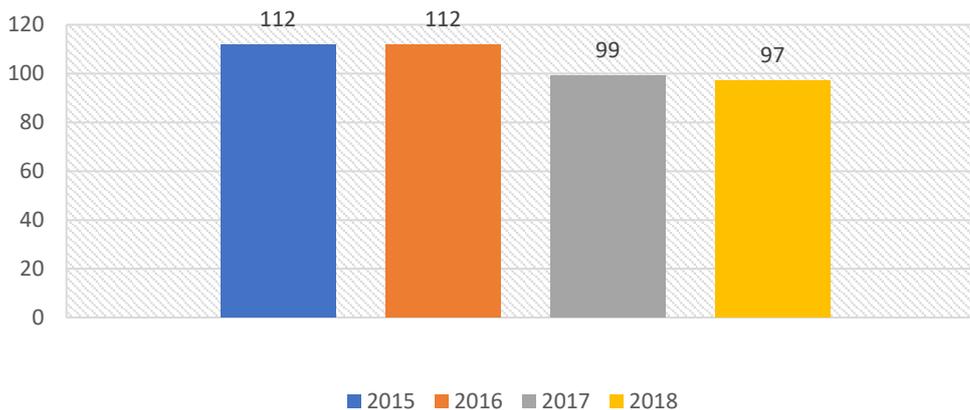
Gráfico 109
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Sertão dos Crateús – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas diminuiu, segundo os dados da SDA. Em 2015, 112 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 97. (Gráfico 110).

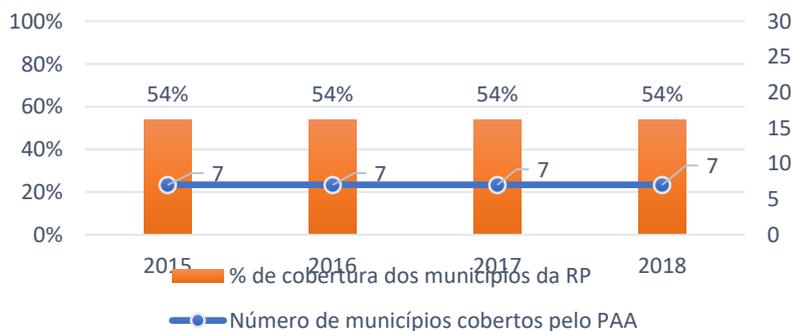
Gráfico 110
Número de entidades atendidas pelo PAA
Sertão dos Crateús – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
Elaboração: DIEESE

Na região do Sertão dos Crateús, 54% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos não se alterou (7) (gráfico 111).

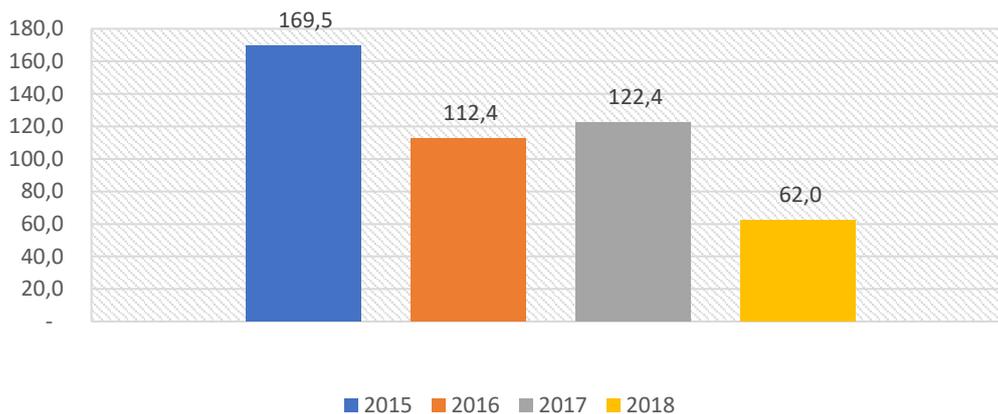
Gráfico 111
Número de municípios atendidos pelo PAA
Sertão dos Crateús – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

No Sertão dos Crateús, 55 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 169,5 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 62,0 toneladas (gráfico 112)

Gráfico 112
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Sertão dos Crateús – 2015 a 2018



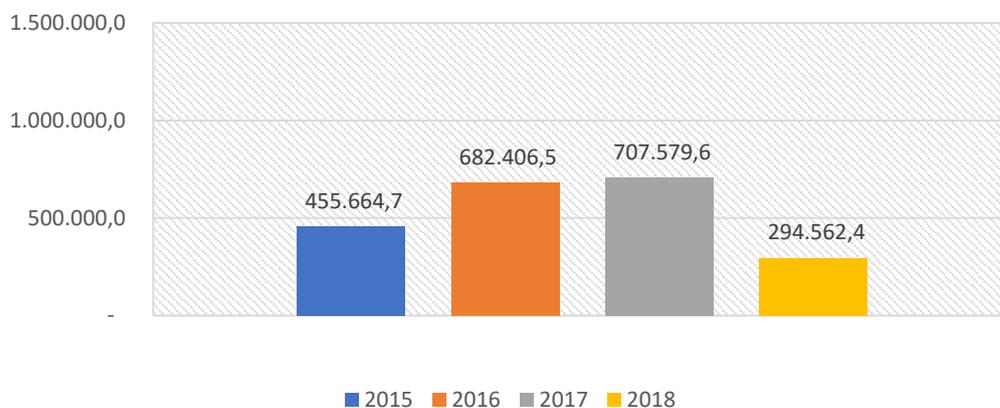
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Sertão dos Inhamuns

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Sertão dos Inhamuns em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 455.664,70, e passou para R\$ 294.562,40, em 2018, uma queda de -35,4%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 113).

A região do Sertão dos Inhamuns recebeu 3,6% do total executado no Ceará em 2015, 5,5% em 2016, 6,0% em 2017 e 5,4% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

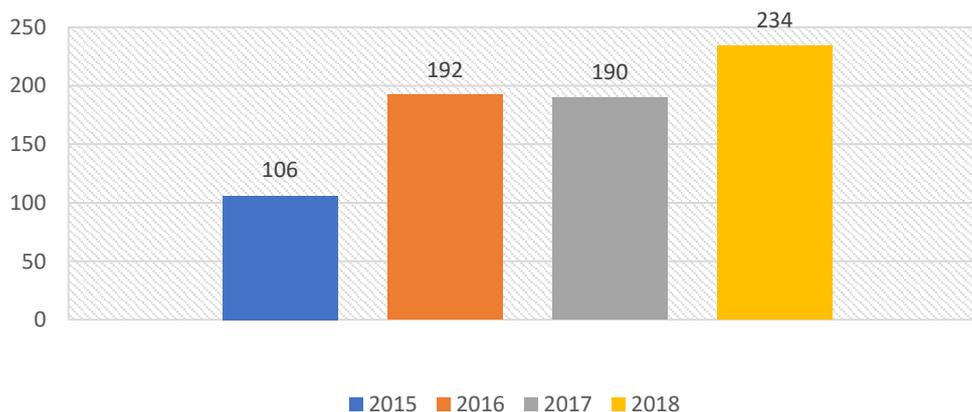
Gráfico 113
Valor total executado por ano
Sertão dos Inhamuns -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA aumentou entre 2015 e 2018, passou de 106 em 2015 para 234 em 2018 (gráfico 114).

Gráfico 114
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Sertão dos Inhamuns -2015 a 2018

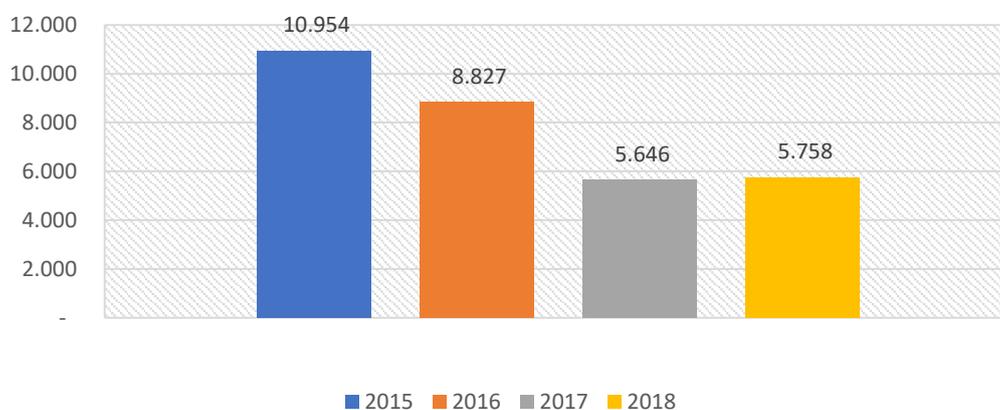


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de beneficiários do PAA na região do Sertão dos Inhamuns diminuiu no período analisado, passando de 10.954 para 5.758, o equivalente a -47,4%. Em 2018, o Sertão Central respondia por 3,0% dos beneficiários do PAA (Gráfico 115).

A população total da região de planejamento do Sertão dos Inhamuns era estimada em 134.115, em 2014, segundo dados do IPECE, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado cerca de 4,3% da população da região.

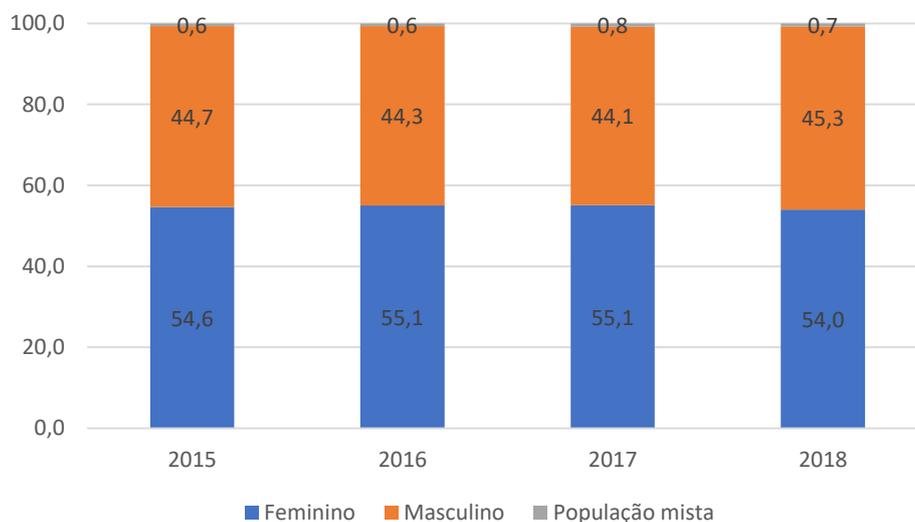
Gráfico 115
Número total de beneficiários do PAA
Sertão dos Inhamuns -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 54,0% dos beneficiários eram do sexo feminino, 45,3%, do masculino e 0,7% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 116).

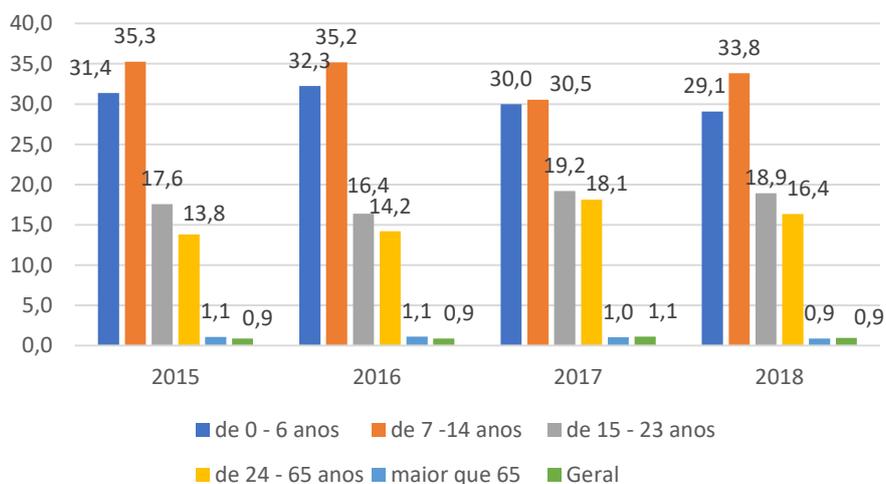
Gráfico 116
Distribuição dos beneficiários por sexo
Sertão dos Inhamuns – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 33,8% dos beneficiários tinham entre 7 e 14 anos, 29,1% entre 0 e 6 anos, 18,9% entre 15 e 23 anos e 16,4 entre 25 e 65 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 0,9% do total (gráfico 117).

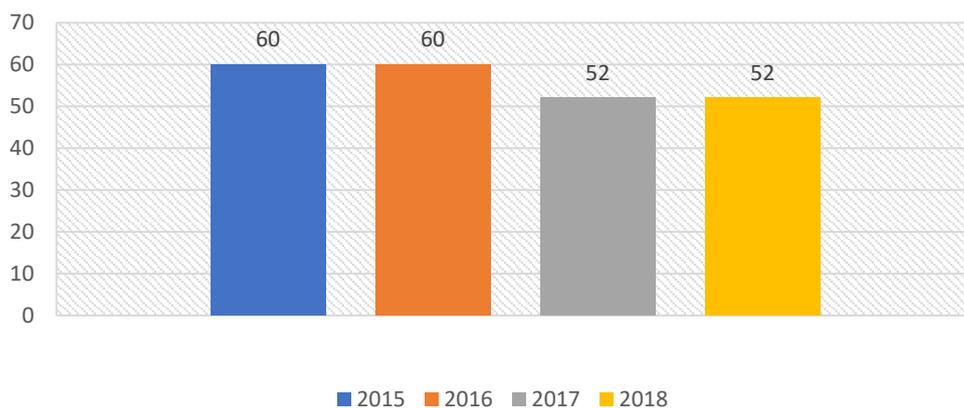
Gráfico 117
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Sertão dos Inhamuns – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas diminuiu, segundo os dados da SDA. Em 2015, 60 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 52. (Gráfico 118).

Gráfico 118
Número de entidades atendidas pelo PAA
Sertão dos Inhamuns – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Na região do Sertão dos Inhamuns, todos os municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos não se alterou (5) (gráfico 119).

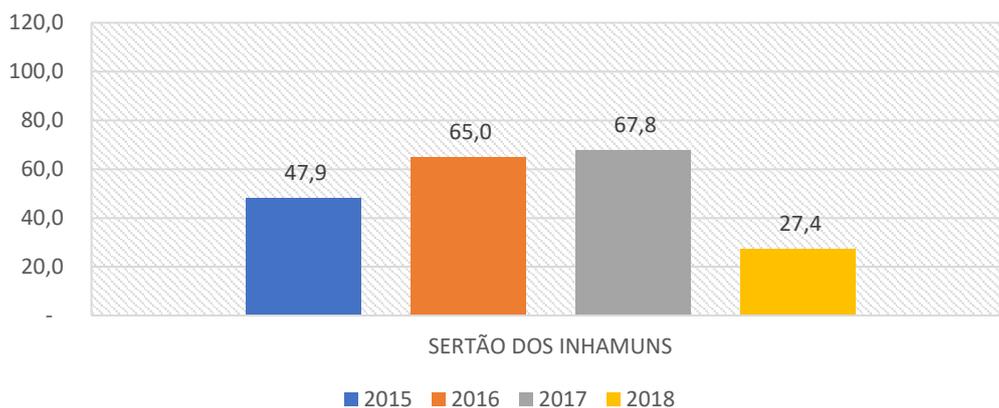
Gráfico 119
Número de municípios atendidos pelo PAA
Sertão dos Inhamuns – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

No Sertão dos Inhamuns, 52 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 47,9 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 27,4 toneladas (gráfico 120)

Gráfico 120
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Sertão dos Inhamuns – 2015 a 2018



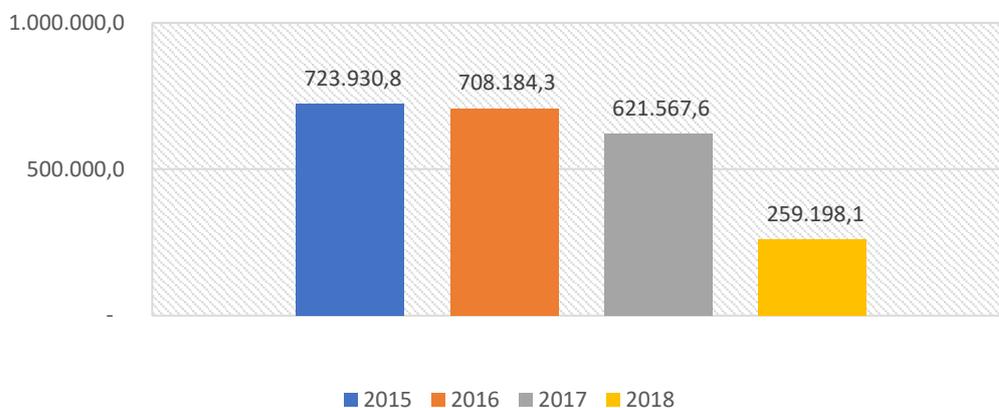
Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Região de Planejamento do Vale do Jaguaribe

Em 2018, houve diminuição do valor executado na região do Vale do Jaguaribe em relação a 2015: em 2015 foi de R\$ 723.930,80, e passou para R\$ 259.198,10, em 2018, uma queda de -64,2%, segundo dados sistematizados pela SDA (gráfico 121).

A região do Vale do Jaguaribe recebeu 5,7% do total executado no Ceará em 2015, 5,7% em 2016, 5,3% em 2017 e 4,8% em 2018 (gráfico 8 e tabela 3).

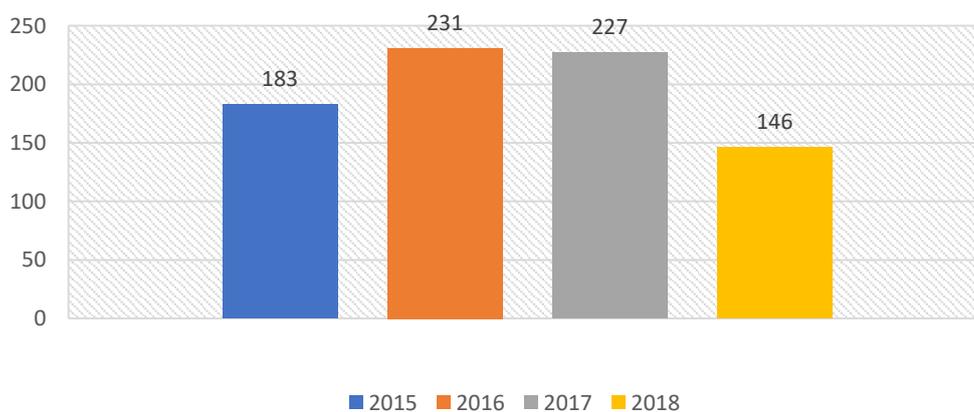
Gráfico 121
Valor total executado por ano
Vale do Jaguaribe -2015 a 2018 (em R\$)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de agricultores familiares envolvidos no PAA diminuiu entre 2015 e 2018, passou de 183 em 2015 para 146 em 2018 (gráfico 122).

Gráfico 122
Total de agricultores familiares participantes do PAA
Vale do Jaguaribe -2015 a 2018

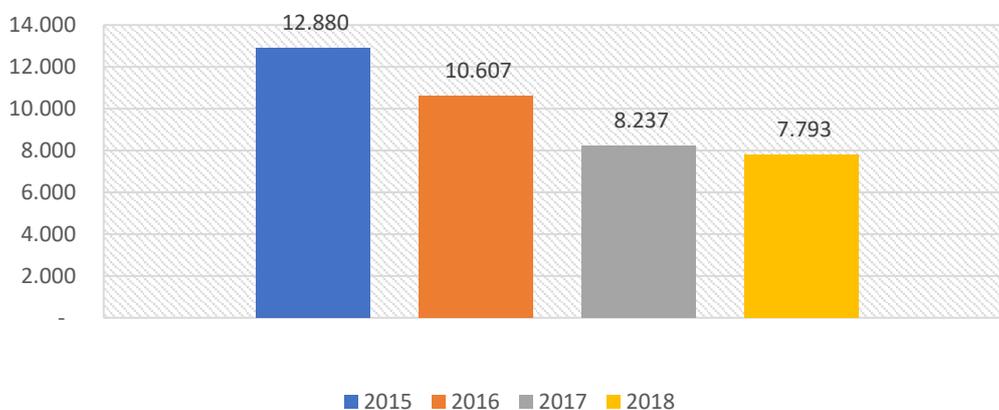


Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

O número de beneficiários do PAA na região do Vale do Jaguaribe diminuiu no período analisado, passou de 12.880 para 7.793, o equivalente a -39,5%. Em 2018, o Sertão Central respondia por 5,0% dos beneficiários do PAA (Gráfico 123).

A população total da região de planejamento do Vale do Jaguaribe era estimada em 386.576, em 2014, segundo dados do IPECE, se este número estivesse mantido em 2018, o programa teria alcançado cerca de 2,0% da população da região.

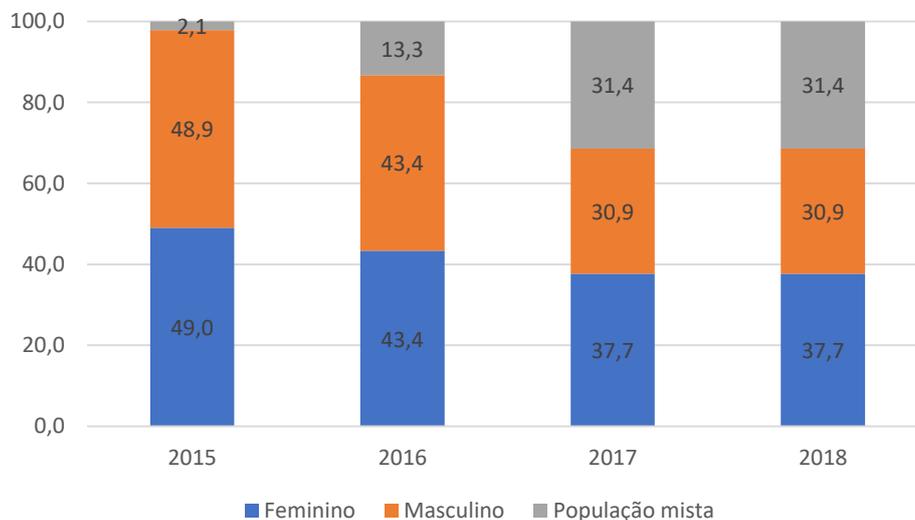
Gráfico 123
Número total de beneficiários do PAA
Vale do Jaguaribe -2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

Em 2018, 37,7% dos beneficiários eram do sexo feminino, 30,9%, do masculino e 31,4% população mista, pois os dados não identificaram o sexo, uma vez que estavam em hospitais e outras entidades mistas (gráfico 124).

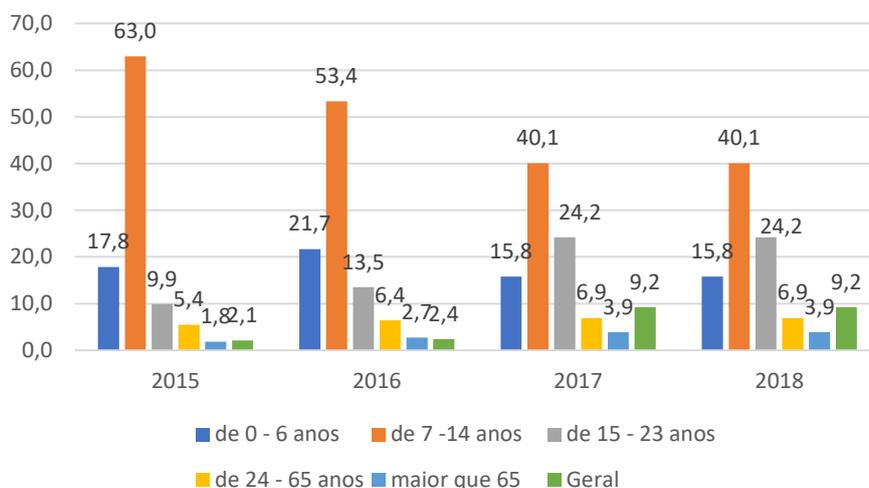
Gráfico 124
Distribuição dos beneficiários por sexo
Vale do Jaguaribe – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

Em 2018, 40,1% dos beneficiários tinham entre 7 e 14 anos, 24,2% entre 15 e 23 anos e 15,8% entre 0 e 6 anos. A população atendida com mais de 65 anos representou 3,9% do total (gráfico 125).

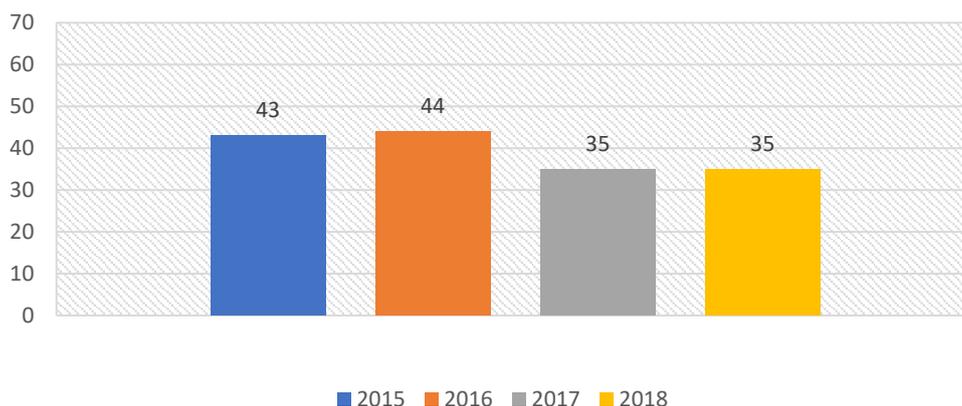
Gráfico 125
Distribuição dos beneficiários por faixa etária
Vale do Jaguaribe – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA
 Elaboração: DIEESE

O número de entidades (escolas, creches, presídios, hospitais, associações, asilos) atendidas diminuiu, segundo os dados da SDA. Em 2015, 43 entidades foram atendidas e em 2018, esse número passou para 35. (Gráfico 126).

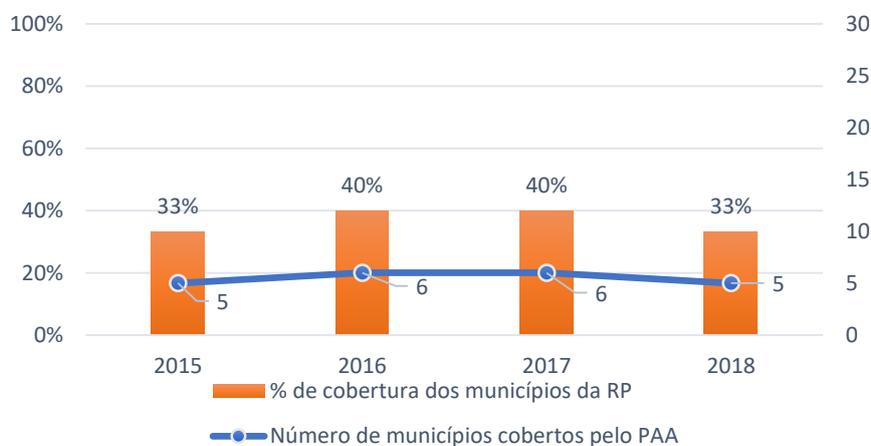
Gráfico 126
Número de entidades atendidas pelo PAA
Vale do Jaguaribe – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistema online da SDA.
 Elaboração: DIEESE

Na região do Vale do Jaguaribe, 33% dos municípios foram atendidos pelo PAA em 2018. Entre 2015 e 2018, o número de municípios atendidos não se alterou (5) (gráfico 127).

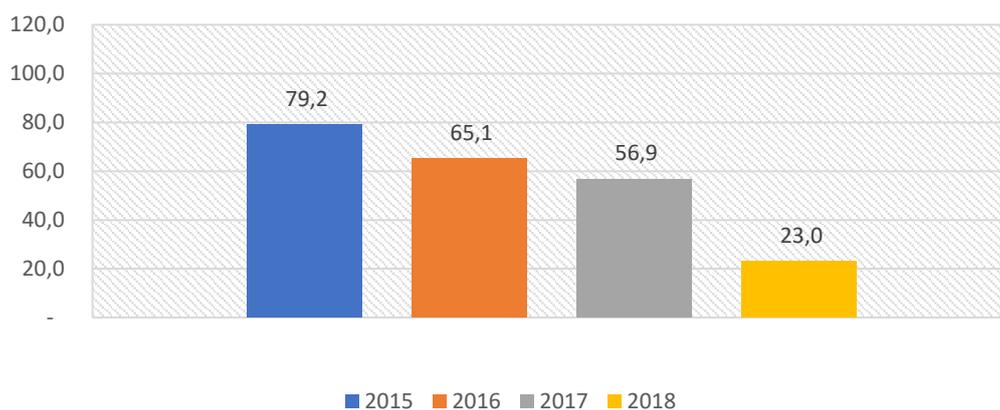
Gráfico 127
Número de municípios atendidos pelo PAA
Vale do Jaguaribe – 2015 a 2018 (em %)



Fonte: sistematização CODET/ SDA
 Elaboração: DIEESE

No Vale do Jaguaribe, 36 tipos diferentes de produtos foram distribuídos pelo PAA (tabela 6). Foram comercializadas 79,2 toneladas de alimentos em 2015, pelo PAA, número maior do que em 2018, quando o total somou 23,0 toneladas (gráfico 128).

Gráfico 128
Toneladas de produtos adquiridos e repassados no PAA
Vale do Jaguaribe – 2015 a 2018



Fonte: sistematização CODET/ SDA
Elaboração: DIEESE

REFERÊNCIAS

AMARAL, V. R.; BASSO, D. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica.** Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/386>>. Acesso em 12/03/2019.

ARAÚJO, R. T. et al. Caracterização e histórico das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ensaio e Ciência, ciências biológicas, agrárias e da saúde**, v.16, ano 4, 2012. Acesso em 15/03/2019

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J.G. e SILVA, D.B.P. **O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional De Alimentação Escolar (PNAR) no Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar.** Tema de administração pública, volume 8, número 2, 2013. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846>>. Acesso em 20/03/2019.

CONTIL, I. L. **Interfaces entre DHAA, soberania alimentar, SAN e agricultura familiar.** Publicado em 14/12/2018, última modificação 17/12/2018. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2018/interfaces-entre-direito-humano-a-alimentacao-adequada-soberania-alimentar-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-agricultura-familiar>>. Acesso em: 21/02/2019.

CONSEA. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada.** Indicadores e monitoramento. Brasília, 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar.** 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: 20/02/2019.

IPEA. **A segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação.** Brasília, maio de 2002.

IPECE. As regiões de planejamento do Estado do Ceará. **Texto para discussão.** Número 111, novembro de 2015.

LISITA, F. O.; AMÂNCIO, C. O. G. **Considerações sobre a evolução e perspectivas do Pronaf.** Embrapa, Agosto de 2005. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/37479/1/CT57.pdf>>. Acesso em: 15/02/2019.

MDA. Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, Outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 21/02/2019.

MDA. Plano safra da Agricultura Familiar. Vários anos.

MDS. **Balço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 2003 a 2010.** Grupo Gestor, Dezembro de 2010. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf>. Acesso em: 18/02/2019.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. 174 p.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional como valorização da cultura alimentar**. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=647147>>. Acesso em 10/03/2019.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em 16/03/2019.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, v. IV, p. 66-88, 1996.

MARQUES, P.E.M., MOAL e P.F e ANDRADE, A.G.F. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão**. Campinas, Ruris, volume 8, 2014, disponível em <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwj36KXkkJ7hAhXBB9QKHyeZD70QFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fwww.ifch.unicamp.br%2Fojs%2Findex.php%2Ffruris%2Farticle%2Fdownload%2F1741%2F1157&usq=AOvVaw22BUESkm8IIQ6zmUnWeT9>>. Acesso em 19/03/2019.

MENEZES, F. **Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil., 1996**. ActionAid, 1998. Disponível em: <<http://amar-bresil.pagesperso-orange.fr/documents/secual/san.html>>. Acesso em: 18/02/2019.

ONUBR. Agricultura familiar é vital para segurança alimentar e desenvolvimento sustentável globais, diz FAO. **Outubro de 2014, atualizado em Dezembro de 2014**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agricultura-familiar-e-vital-para-seguranca-alimentar-e-desenvolvimento-sustentavel-globais-diz-fao/>>. Acesso em: 10/03/2019.

SILVA, S. P. **A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: projetos, discontinuidades e consolidação** in IPEA. Textos para discussão. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso em: 19/02/2019.

SOBREIRA, D. B. et al. Programa de aquisição de alimentos (PAA): efeitos sobre produtores de mel do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, número 2. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/642>>. Acesso em: 27/02/2019.

VALADARES A.A. E SOUZA, M.G.P. A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. IPEA, nota técnica número 21, dezembro de 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26955. Acesso em 21/03/2019.